

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

4.^a Reunião
(27 de julho de 2016)

SUMÁRIO

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 15 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à audição do Dr. José Agostinho Martins de Matos (Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos), que, após uma intervenção inicial, (a) respondeu às questões colocadas pelos Deputados Hugo Lopes Soares (PSD), João Paulo Correia (PS), Moisés Ferreira (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Adão Silva (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 50 minutos.

(a) Durante esta intervenção foram projetadas imagens.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos quórum pelo que vamos dar início à nossa reunião.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Começamos hoje a realizar as audições desta Comissão de Inquérito e temos entre nós o Sr. Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, Dr. José Agostinho Martins de Matos, a quem aproveito para cumprimentar, em primeiro lugar, e agradecer a presença.

Julgo que todos estão a par das regras de funcionamento da Comissão que constam do Regulamento, mas, em todo o caso, para que tudo fique claro, daria aqui duas ou três notas a esse respeito.

Como sabem, o Regulamento prevê a existência de três rondas de perguntas. Na primeira ronda, cada grupo parlamentar tem 8 minutos e funciona numa lógica de pergunta e resposta, o que significa, do meu ponto de vista, que, evidentemente, os partidos não são obrigados a fazer uma pergunta de 8 minutos, podem fazer a gestão do tempo como entenderem. As respostas serão dadas à medida que as perguntas forem formuladas, sendo que os 8 minutos serão contabilizados pelo conjunto de todas essas questões.

Serei naturalmente rigoroso, mas não excessivamente, na contabilização dos tempos dos diferentes grupos parlamentares. Compreenderão que seja um pouco mais flexível na contabilização do tempo de resposta do Dr. José de Matos, na medida em que, normalmente, se toma muito mais tempo a responder do que a formular perguntas. Ainda assim, não deixarei de ter aqui alguma disciplina para que os trabalhos possam fluir com normalidade.

Na segunda ronda, os grupos parlamentares dispõem de 5 minutos e a na terceira de 3 minutos, não respondendo o Dr. José de Matos pergunta a

pergunta mas no fim da formulação de todas as questões que todos os grupos parlamentares entenderem colocar.

Consta do anexo ao Regulamento da Comissão a possibilidade de o depoente fazer uma intervenção inicial na ordem dos 15 minutos.

O Sr. Dr. José de Matos manifestou o interesse em fazê-lo e tem uma exposição preparada. Também aqui terei alguma flexibilidade, caso seja preciso mais do que 15 minutos. Já falámos sobre esse assunto e, se for preciso, será permitido o uso de mais tempo, embora pedisse ao Dr. José de Matos que, tanto quanto possível, esse período não fosse demasiado alongado.

Definidas as regras do jogo, que são do conhecimento de todos, passo, de imediato, a palavra ao Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos** (Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, SA): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É um enorme prazer para mim corresponder à convocatória de VV. Ex.^{as} para comparecer perante esta Comissão de Inquérito para poder contribuir para os seus trabalhos e para a obtenção dos objetivos que foram fixados pela Resolução da Assembleia da República de 27 de junho de 2016.

Com a autorização do Sr. Presidente, gostaria de fazer, primeiro, uma declaração, que vou ler e, depois, uma breve referência através de uma apresentação em *PowerPoint* para fixar alguns números ou para ter alguma informação quantificada que pode ser útil para o prosseguimento dos nossos trabalhos.

Como sabem, estou a terminar as minhas funções como Presidente Executivo da Caixa Geral de Depósitos e gostava de, nesta ocasião, começar por agradecer aos meus colegas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva a forma profissional e dedicada como partilharam

comigo os últimos cinco anos ao serviço de uma instituição que comemora este ano o seu 140.º aniversário.

Agradeço também aos dirigentes, quadros e demais trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos que, com o seu trabalho dedicado e competente, contribuíram decisivamente para que a instituição cumprisse os seus objetivos, na medida do possível e num contexto particularmente difícil.

Quer os trabalhadores da Caixa, quer os seus administradores, exerceram funções, nos últimos anos, sujeitos a um enquadramento contratual de exceção, claramente discriminatório relativamente aos seus colegas de instituições concorrentes, mesmo as sujeitas a intervenção pública. Essa situação não é compatível com as exigências de gestão e funcionamento, em condições normais, da maior e mais importante instituição de crédito do País, num mercado muito concorrencial.

Gostaria que me permitissem iniciar por uma introdução sobre os principais factos e resultados da atividade da CGD nos últimos anos, focada nas questões suscitadas por esta CPI — vou referir-me assim à Comissão Parlamentar de Inquérito, com a vossa autorização —, antes de responder às questões que as Sr.^{as} e Srs. Deputados entendam colocar-me.

Para dissipar algumas dúvidas que o recente ruído mediático e político sobre a Caixa possa ter suscitado, gostaria de enfatizar os seguintes pontos: as contas da Caixa Geral de Depósitos, auditadas e sujeitas à mais apertada e intrusiva supervisão de sempre, foram devidamente explicadas nos relatórios que são públicos e foram aprovados em assembleias gerais, em que o acionista Estado sistematicamente aprovou também um voto de confiança no Conselho de Administração e nos órgãos de fiscalização.

A CGD cumpriu permanentemente — Srs. Deputados, desculpem, mas houve referências públicas em que parecia que isso não tinha acontecido — todas as exigências em matéria de capital e de liquidez, mais

folgadoamente no que respeita à liquidez, mais parcimoniosamente no que respeita ao capital.

A CGD cumpriu integralmente as exigências que o *Memorandum of Understanding* do Programa de Assistência Económica e Financeira previa explicitamente para a instituição — desalavancagem e alienação das participações financeiras não estratégicas, incluindo da atividade seguradora — com acompanhamento regular por parte dos representantes dos credores oficiais do País.

Na sequência da recapitalização de 2012 — 750 milhões de euros em capital e 900 milhões de euros em instrumentos contingentes, os chamados CoCo —, considerada como ajuda de Estado, o Estado assinou com a Direção-geral de Concorrência, ou DGComp, da Comissão Europeia um Programa de Reestruturação que impunha exigências à CGD que, no que dela dependia, foi escrupulosamente respeitado, embora circunstâncias fora do nosso controlo tenham impedido a obtenção integral dos resultados pretendidos.

As condições económicas e financeiras em Portugal e na Europa revelaram-se muito mais negativas para o desempenho financeiro do sistema bancário português, tanto antes como depois do início do Programa de Reestruturação, com consequências negativas para a geração orgânica de capital.

Refira-se que outros bancos tiveram aumentos de capital pelos seus acionistas que, em alguns casos, permitiram o reembolso total ou parcial de capital contingente (CoCo). No caso da Caixa, essa possibilidade não se concretizou, sendo que, em termos relativos — e isto é importante — a capitalização da Caixa em 2012 foi a mais baixa do sistema bancário português e das mais baixas em termos da Europa.

O fraco crescimento na área do euro e o nível de inflação muito abaixo do objetivo conduziram a uma política monetária muito expansionista pelo

Banco Central Europeu, em especial após meados de 2014, com reflexo no nível extremamente baixo das taxas de juro de curto e de longo prazo — taxas de mercado.

Este contexto de mercado, em que o Plano de Reestruturação e a estratégia inerente à Carta de Missão de maio de 2013 foram implementados, foi significativamente mais adverso do que o inicialmente projetado. A recuperação macroeconómica foi muito mais lenta e foram muito mais baixas as taxas de juro.

A quebra muito significativa das taxas de juro de curto prazo e a procura de crédito deprimida afetaram negativamente a margem financeira. Este facto é também afetado por uma estrutura de balanço com um elevado peso de financiamentos a médio e longo prazos, quer a particulares, com o crédito à habitação, quer a empresas, com o financiamento de investimento. A estrutura de balanço de uma instituição da dimensão da Caixa não se altera com muita rapidez.

A redução do nível das taxas de juro de longo prazo e/ou o alargamento de *spreads* da dívida pública portuguesa afetaram mais recentemente os resultados em operações financeiras ou tiveram um impacto negativo direto nos fundos próprios, via reservas avaliadas a justo valor.

Os fundos próprios reduziram-se também significativamente pelo impacto na alteração das hipóteses atuariais do fundo de pensões, no mesmo ano, aliás, em que a venda muito bem sucedida da atividade seguradora contribuiu muito positivamente para os resultados e fundos próprios — estamos a falar de 2014.

A recessão e a fragilidade da recuperação económica afetaram também muito negativamente os resultados da CGD por via das perdas por provisões e imparidades associadas a crédito, particularmente a empresas sobreendidadas, e outros ativos financeiros.

Estas perdas resultaram de operações originadas em anos anteriores, contribuindo muito significativamente para os prejuízos que tiveram de ser reconhecidos nos últimos cinco anos. Esta «limpeza de balanço», se lhe posso chamar assim, foi acompanhada por uma radical reorganização das atividades de recuperação de crédito, quer de empresas, quer de particulares.

Aos prejuízos que a CGD teve de registar — e, portanto, redução, por essa via, dos seus fundos próprios —, vieram juntar-se requisitos regulatórios de capital que têm vindo a aumentar de forma continuada ao longo dos últimos anos, antes e especialmente depois do início do Plano de Restruturação.

Desde o início do Plano de Restruturação, os requisitos para a CGD do rácio de capital *Common Equity Tier 1* (CET1), desculpem o jargão, aumentaram quase 3 pontos percentuais e num banco do tamanho da Caixa cada ponto percentual corresponde *grosso modo* a 600 milhões de euros.

A CGD necessita de capital adicional em 2016 e 2017 para cumprir com os requisitos mínimos prudenciais, incluindo naturalmente um *buffer* de gestão. As necessidades de capital provêm essencialmente de novos requisitos de capital, mas também de diversos fatores externos que afetaram o desempenho da CGD, como já referi.

Esta situação foi sendo evidenciada ao logo das várias revisões com cadência trimestral/semestral — trimestral durante a existência do Programa com a troica e semestral no *Post-Program Monitoring* — do Plano de Financiamento e Capital (FCP, *Funding and Capital Plan*), em particular, desde o primeiro semestre de 2015.

Esta evolução, particularmente no curto prazo, resultou das referidas exigências regulatórias e foi-se traduzindo em previsões de necessidades de capital progressivamente mais elevadas e mais urgentes, de que fomos dando conhecimento ao Ministério das Finanças, como órgão de tutela e

representante do acionista, bem como às autoridades de supervisão, aliás, os destinatários primordiais desses exercícios regulares.

Contudo, através da implementação do Plano de Restruturação e de medidas adicionais, a CGD conseguiu mitigar uma parte relevante dos desvios de capital. Estou a usar a palavra «desvio» mas espero que seja bem interpretada, porque já houve usos arriscados desta palavra, neste contexto. Estou a falar de desvios quando faço a comparação de valores observados com valores estimados ou projetados. Não tem mais nenhum significado se não esse.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Era o que a declaração original já tinha!

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — A CGD tem tomado proativamente medidas viáveis para melhorar a sua eficiência e rentabilidade. No entanto, essas medidas adicionais não foram suficientes para satisfazer o reforço muito acentuado das exigências prudenciais.

A Caixa Geral de Depósitos tem cumprido de forma consistente os compromissos do plano de reestruturação, exceto o chamado *cost to income*, ou seja, a comparação entre o custo e o rendimento bancário, que foi quase atingido em 2014 — e há também um objetivo para 2016. Este progresso tem vindo a ser reconhecido pelo *Monitoring Trustee*, que é uma entidade selecionada por nós e aprovada pela Comissão Europeia, pela Direção-Geral da Concorrência, para fazer, em nome da Comissão, o acompanhamento regular do cumprimento do Plano de Reestruturação. Já fez cinco relatórios semestrais e está agora a iniciar o sexto relatório.

O Grupo CGD tem vindo a adaptar-se proativamente a um contexto económico e regulamentar cada vez mais desafiante. A CGD tem vindo a realizar um esforço significativo para reestruturar as suas operações, nomeadamente refocando a sua atividade no negócio de retalho de empresas.

Adicionalmente, a CGD tem vindo a reduzir os custos dos depósitos e a ajustar a sua estrutura de forma contínua, com uma significativa redução dos custos com pessoal e com fornecimentos e serviços de terceiros, incluindo um plano de redução de efetivos através de reformas antecipadas e de encerramento de agências.

A nível do balanço, a CGD fez um esforço, já mencionado, para se dotar de uma estrutura capaz de gerir e reduzir os seus NPE (*non-performing exposures*).

Na sua atividade internacional, a CGD reestruturou com sucesso a sua operação espanhola — separando o Banco Caixa Geral e a sucursal e colocando na sucursal os ativos mais problemáticos — e tem vindo a focar-se no crescimento sustentável e prudente em mercados relevantes para as exportações e a internacionalização das empresas portuguesas suas clientes, o que contribuiu positivamente para a rentabilidade do Grupo CGD. Estamos a falar das operações em África — Moçambique e Angola — e Macau.

Em matéria de governação, e este é um ponto importante, foram introduzidas alterações estruturais em diversas áreas, nomeadamente a criação de várias comissões a nível do Conselho de Administração, com destaque para a Comissão de Risco.

Na área de gestão de risco houve concentração de esforços na resposta a requisitos de relevo para diferentes *stakeholders*, nomeadamente o Banco de Portugal e o BCE.

A CGD evoluiu para um modelo de funcionamento corporativo, assegurando unidade na visão e cultura do Grupo, alinhamento estratégico com todas as entidades, procurando uma gestão integrada e coordenada.

Para melhorar a sua rentabilidade — o seu desafio mais difícil, como, de resto, para a generalidade dos bancos —, a CGD tem vindo a implementar uma estratégia que integra o plano de reestruturação e medidas adicionais que excedem as exigências mínimas da DGComp — excetuando o *cost to*

income, como foi referido — num contexto económico adverso para a indústria bancária europeia. Contudo, os benefícios dessas medidas serão graduais e o seu impacto só será totalmente materializado a médio prazo.

As últimas projeções apresentadas aos supervisores pelo atual Conselho de Administração, no final do primeiro trimestre do corrente ano, reforçavam o percurso da CGD para níveis de viabilidade e rentabilidade a médio prazo mais ajustados às referências do setor financeiro europeu, constituindo uma base de trabalho para um diálogo que o acionista terá prosseguido com as autoridades europeias e em que já não fomos chamados a participar.

Com a autorização do Sr. Presidente, passarei agora rapidamente uma apresentação em *PowerPoint*, que permite ilustrar os aspetos fundamentais referidos.

Pausa.

Não vou passar o número integral de *slides* que tenho aqui, senão o tempo será escasso.

As mensagens-chave são aquelas que já vos disse. Passarei rapidamente sobre o contexto e os principais indicadores macroeconómicos, os principais indicadores da atividade do Grupo — demonstrações financeiras, impacto no contexto, requisitos e necessidades de capital, Plano de Reestruturação e custos —, o modelo de governo, com a organização e conselhos, gestão de risco e principais riscos para o setor.

Em relação aos factos, tenho aqui, na apresentação, uma evolução temporal, para percebermos que estes cinco anos — quando falo nos cinco anos refiro-me aos cinco anos em que estive na Caixa Geral de Depósitos, não falarei de outros anos — foram anos complicados em que, primeiro,

tivemos o programa de ajustamento, depois saímos do programa e agora estamos numa recuperação suave da economia, esperamos.

Portanto, está aqui demonstrada a sequência de factos: primeiro, tivemos uma crise de liquidez, que levou a um programa de ajustamento, de 2011 a 2014, com a mudança de requisitos jurídicos, o agravamento das condições económicas, o aumento de capital e o Plano de Reestruturação, depois de meados de 2012, durante 2013 e até agora. Temos um contexto político-monetário do BCE com taxas de juro em mínimos históricos, mesmo negativas no muito curto prazo, e um enquadramento regulamentar com o aumento de requisitos de capital.

Neste *slide* temos os números um pouco mais destacados. Tivemos requisitos do programa de ajustamento económico, um *Core Tier 1* de Basileia II mínimo de 9%, até dezembro de 2011, num rácio de transformação máximo de 120% até dezembro de 2014, da redução da utilização de financiamento do BCE no médio prazo e um rácio de financiamento estável de 100% em dezembro 2014.

Penso que posso passar estes pontos rapidamente, deixando esta documentação com os Srs. Deputados, se acharem bem.

Os impactos para o Grupo foram os seguintes: uma gestão de balanço muito apertada para responder à crise de liquidez, um aumento de imparidades e a desalavancagem de atividades não *core* e de ativos não rentáveis.

Como consequência, tivemos um programa de ajustamento, em 2011, e tivemos novos requisitos de capital em 2012, por causa de uma decisão da EBA (*European Banking Authority*), de que os Srs. Deputados estarão lembrados, em que todos os bancos foram chamados a indexar o seu capital ao nível de exposição da sua dívida pública. Há aqui quase uma contradição inerente entre ser o banco de uma área monetária que tem um Estado por trás a suportar essa moeda e, ao mesmo tempo, ter de proteger-se do risco da

dívida que é emitida por esse Estado. Mas enfim, é o que é, foi assim e é nessa situação que temos vivido. Aliás, a união bancária é, em boa parte, uma coisa parecida.

No Plano de Reestruturação, os principais compromissos que foram assumidos pela Caixa Geral de Depósitos até 2017 foram os seguintes: a desalavancagem do balanço, a melhoria da eficiência operacional consolidada, a otimização da rentabilidade do negócio, a reestruturação e a otimização da operação espanhola e medidas comportamentais da operação — por exemplo, não podermos ter atitudes de concorrência agressiva no mercado.

Não vou destacar o desafio da situação do mercado europeu, são dados conhecidos, e passarei, então, à evolução dos dados económicos. Acho que esta informação é importante, porque compara o que todos nós imaginávamos que fosse acontecer, por exemplo, ao produto e ao nível das taxas de juro no início de 2011 e aquilo que veio a acontecer.

No que foi observado neste período, vemos que, quanto ao crescimento do volume do *gross domestic product* — desculpem, mas alguns destes quadros foram extraídos de apresentações que foram feitas inicialmente em inglês e foi mais simples fazer assim, o que não significa um menor respeito pelos Srs. Deputados —, portanto, do produto interno bruto, esperávamos quedas de 1,9% a 4%, que foi o que aconteceu, e depois a recuperação de 1%, 0,9% e de 1,5%. Mas o que projetávamos, quando começámos a trabalhar nestas coisas, em 2011-2012, era uma quebra, mas em 2013, em 2014 e em 2015 já estávamos a recuperar 1,1%, 2,5% e 2,4%, estando a inflação também com valores mais elevados.

Se olharmos para as taxas de juro, que são absolutamente cruciais para determinar a rentabilidade dos bancos, os valores observados, por exemplo, para as taxas de mercado monetário a três meses foram de 1,36% em 2011, e em 2012 foram de 0,19%, depois de 0,29%, de 0,08% e de -0,13% em

2015. Tivemos taxas Euribor negativas a três, a seis e a doze meses ao longo de 2015.

Quando comparamos isto com as previsões com que trabalhámos e fizemos os nossos planos, há cinco anos, as taxas de que estávamos a falar eram de 2%, 2,5%, 2,9%, 3,3% e de 3,5%. Esta diferença é assustadora quando se está a falar em programação do balanço de um banco. Num balanço com as características do da Caixa Geral de Depósitos, cálculos de há uns tempos, 1 ponto percentual de diferença nas taxas de juro a curto prazo pode significar 200 milhões de euros de diferença na margem financeira. Portanto, o que é uma situação de prejuízo em 2011, 2012, 2013 até 2015, com facilidade, noutra contexto de muito curto prazo, com taxas mais razoáveis, seriam valores positivos, fácil e rapidamente, como, aliás, tivemos no passado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira, diga, por favor.

O Sr. **Paulo Trigo Pereira (PS)**: — Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta interpretativa?

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim, faça favor.

O Sr. **Paulo Trigo Pereira (PS)**: — Gostaria de saber se aquela taxa de juro de referência do Banco Central Europeu era a vossa previsão, da Caixa Geral de Depósitos, ou a previsão do próprio Banco Central Europeu.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Como expliquei, fizemos todos estes exercícios no quadro do chamado *Funding and Capital Plan*. O *Funding and capital Plan* é um exercício que não existia na banca

portuguesa antes do programa de ajustamento, em 2011. Pura e simplesmente, não era costume, não havia. Havia exercícios de programação, exercícios de planeamento, com certeza, mas não um exercício com a consistência interna de um *Funding and Capital Plan*, em que no mesmo exercício se previa o financiamento do banco, a utilização dos recursos do banco e as necessidades de capital desse banco. Isso foi feito para todos os bancos em Portugal e, como saberão, foi exigido e feito, em boa hora, pelo Banco de Portugal.

Foi um processo complicado. Quando cheguei à Caixa Geral de Depósitos, estávamos a fazer o primeiro exercício — já fui eu quem o apresentou ao Banco de Portugal, de onde tinha vindo, como sabem, no princípio de agosto de 2011 — e daí para cá temos feito exercícios trimestrais. Todos os três meses tivemos de rever este exercício, enquanto durou o programa da troica. Era um exercício útil e necessário. Aliás, devo dizer que era útil e necessário mesmo que não houvesse troica nem programa de ajustamento. É uma boa prática de gestão ter um exercício destes e ter o hábito de fazer este exercício regularmente é um *acquis*, uma vantagem, uma herança positiva — algumas são negativas — para o funcionamento dos bancos.

Recebíamos do Banco de Portugal um cenário para fazermos as nossas projeções. Tinha de ser um cenário dado pelo Banco de Portugal para — penso eu, é a minha interpretação, já não estava no Banco de Portugal, mas é o que faz sentido — ser um cenário consistente para todos os bancos, para que o Banco de Portugal pudesse agregar esses resultados e discuti-los, de uma forma que fizesse algum sentido, com os economistas da troica. É assim que entendo este exercício.

Mas o importante aqui, independentemente se eram estes níveis ou outros, é que estávamos a falar de um mundo completamente diferente, de um mundo que tinha tido um início numa recessão, em que a recessão era

grande e era rápida mas teria uma recuperação também rápida e em que as taxas de juro, à medida que tivéssemos essa recuperação, voltariam rapidamente para os níveis normais.

O que aconteceu foi que a recessão foi mais intensa e mais prolongada — nem vale a pena falar, há mais gente que sabe isto melhor do que eu —, as taxas de juro não se recuperaram e, quando pensávamos que, em 2014, eventualmente, até estaríamos, do ponto de vista doméstico, a sair já de uma fase mais aguda e mais difícil, do ponto de vista europeu não estávamos ainda, e o BCE, em meados do ano, usou a «artilharia» toda para poder ter uma política ultra expansionista, reconhecendo a recessão e que o nível da taxa de inflação seria muito baixo durante muito tempo.

Curiosamente, e isto não deixa nenhum de nós nada satisfeitos, estejamos onde estejamos, neste momento, as projeções de mercado para as taxas de juro de curto prazo é que serão ainda muito baixas durante muito tempo. Aquilo que temos pela frente, nos próximos anos, pode ser — a menos que haja algum milagre na conjuntura — um nível de taxas de juro muito baixo, o que acrescenta dificuldade a todos estes nossos exercícios. Mas esta era a conjuntura em que estávamos e não vos vou maçar mais.

Quanto a demonstrações financeiras, no que respeita à evolução dos nossos resultados, como sabem, a Caixa nestes cinco anos teve prejuízos. Digo-vos com toda a franqueza que não tenho o mínimo orgulho em ter assinado os prejuízos da Caixa, mas igualmente com toda a franqueza vos digo que era preciso que alguém assinasse os prejuízos que a Caixa teve. E se era preciso que alguém os assinasse, eu assinei-os, porque era preciso. Assinei-os com a consciência de que não havia alternativa, não havia nada que pudesse evitar os prejuízos que a Caixa Geral de Depósitos teve.

Portanto, desculpem eu referir isto neste contexto mas quando, às vezes, vejo referências a esconder, a desviar, enfim, um certo tipo de terminologia em que parece que a gestão da Caixa e eu próprio estaríamos a

fazer alguma coisa para esconder, desculpem que vos diga mas isto é uma coisa que me surpreende e ofende. Se eu assinei os prejuízos da Caixa foi porque não estava a esconder prejuízos adicionais que a Caixa tinha. Só esconde prejuízos quem apresenta lucros que deviam ser prejuízos e eu assinei os prejuízos, não assinei falsos lucros. Assinei prejuízos que lá estavam.

Quanto ao balanço consolidado com a evolução, como sabem a Caixa é um grande banco e quando lá cheguei fiz as contas para me impressionar ainda mais. Na altura, a Caixa tinha um balanço que era de quase 2/3 do produto português; ainda tem quase isso e continua a ser um grande banco, uma grande instituição, de uma grande dimensão e de uma grande importância para a economia portuguesa.

Em termos europeus, a Caixa não é muito grande, porque quando falo com outros bancos percebo que a nossa dimensão relativa é toda ela mais pequena, a população é menor e os bancos são menores, mas em termos nacionais é extraordinariamente grande e importante.

Não vou perder aqui mais tempo e deixo-vos o que foi a evolução do capital social e dos dividendos da Caixa desde 2000. Percebi que esta Comissão está a trabalhar com dados que vinham desde 2000 e é evidente que quando olhamos para períodos de tempo...

A contabilidade é uma convenção, como existem outras convenções, e um das convenções que tem é que regista os fluxos financeiros de um determinado período. Geralmente, olhamos para o ano ou para o trimestre, e contentamo-nos com isso; podíamos ter uma contabilidade trimestral, quinquenal, decenal ou até de 20 anos, e nessa altura, num período mais largo, veríamos tudo o que foram os lucros e os prejuízos, todos os tempos bons e os tempos maus, internalizados num mesmo período, ou seja, num mesmo período em que as decisões e as suas consequências produzem resultados.

É evidente que quando trabalho com contabilidade numa base anual posso ter lucros elevadíssimos em anos em que provoco imensos prejuízos para anos futuros e posso ter anos em que reconheço prejuízos grandes por decisões tomadas noutras alturas.

Queria só explicar isto, não estou a fazer nenhuma referência específica, porque não me interessa e não acho que seja particularmente útil.

Quanto ao resultado operacional *core*, quando excludo os resultados com operações financeiras, percebe-se que a economia ainda teve um impacto negativo nos primeiros anos, 2011, 2012 e 2013, mas em 2014 e 2015 começámos a recuperar um pouco e, eventualmente, continuaríamos a recuperar.

O impacto do contexto económico externo penso que já está aqui referido; as taxas de juro que estão na linha de cima era aquilo que estava previsto e as que estão na linha de baixo é aquilo que se verificou, e, portanto, dado o impacto e a importância que as taxas de juro de curto prazo têm na margem financeira e nos resultados dos bancos, têm um impacto bastante negativo, e também o crescimento da economia estava previsto que fosse muito maior e foi muito mais pequeno.

Um ponto importante é quando comparo o Plano de Reestruturação que foi desenhado em 2012 para vigorar em 2013/2017. Se se tivessem verificado os níveis das taxas de juro com esse Plano foi feito e não aqueles que de facto se verificaram, teríamos tido um resultado líquido de juros, portanto, uma margem financeira, que seria superior em quase 2 biliões relativamente àquela que efetivamente se verificou. Mas é uma coisa que está completamente fora do controlo de qualquer banco, nenhum banco manda no nível das taxas de juro de curto prazo — é o que é! — e as taxas de juro com que trabalhávamos inicialmente, comparadas com as atuais, davam um diferencial, uma diferença na margem, e aqui volto a usar o termo

desvio no sentido que um macroeconomista usa quando fala em desvio entre resultados e projeções, portanto, face às hipóteses.

As taxas de juro dos depósitos começaram em níveis extremamente altos e foram sendo reduzidas como meio de aumentar a nossa rentabilidade.

Tenho aqui as taxas de juro dos depósitos porque elas merecem uma referência especial.

A Caixa Geral de Depósitos é um banco extraordinariamente importante e, como banco público que é, tem um papel de política pública. As pessoas têm uma tendência enorme para olhar para os bancos, sobretudo para a Caixa Geral de Depósitos, olhando para o ativo, mas, se me permitem, penso que é mais importante olhar para o passivo dos bancos do que para o seu ativo.

O que é importante nos bancos é eles serem os captadores de depósitos, que têm de reembolsar ao valor nominal a quem se apresentar lá, em qualquer altura, e isso é que compara um banco com qualquer outra instituição. Ora, quando tivemos dificuldades de liquidez em Portugal — e durante 2010 tivemos claras dificuldades —, a Caixa Geral de Depósitos, e muito prudentemente, durante 2010 e no início de 2011, o que fez foi criar produtos de depósito com remunerações extremamente elevadas.

Isto foi feito antes de eu chegar e foi bem feito, não estou a criticar o que foi feito. Perante um país que está com uma crise de liquidez e tem imensa dificuldade em segurar aquela que existe, o que a Caixa fez foi tentar segurar ao máximo os colaterais que estavam disponíveis para obter liquidez do BCE e tentar segurar ao máximo a liquidez que é dada pela própria base de depósitos de retalho.

A Caixa tem uma enorme base de depósitos de retalho e era preciso que esses depósitos ficassem absolutamente seguros na economia portuguesa, e foi o que aconteceu com este nível de taxas.

É evidente que à medida que a situação de liquidez foi sendo resolvida, progressivamente mas com cautela, o que fomos fazendo, como, aliás, os outros bancos, foi reduzir os níveis das taxas de juro. Aqui, a Caixa tinha uma ligeira diferença face aos outros bancos — e não vou revelar nomes de bancos — porque a Caixa adotou produtos de prazo relativamente elevado. Para captar esta poupança mais estável, para ter uma garantia de liquidez ainda mais forte, a Caixa captou depósitos de prazo mais longo e com aumentos sucessivos de taxas de juros, com *step up*, como se diz naquela linguagem de banca de investimento. Ou seja, já estávamos a sair do pico da situação de falta de liquidez mas ainda estávamos a captar depósitos a taxas muito elevadas e até, eventualmente, demasiado elevadas.

Quando começámos a reduzir as taxas, porque os nossos depósitos se venciam a três anos, porque eram mais seguros, eram mais estáveis, outros bancos já tinham começado a poder descer mais rapidamente as suas taxas porque, por hipótese, tinham depósitos a seis meses em vez de terem a depósitos a três anos. Nós tínhamos muitos depósitos a prazos longos e estamos agora, em 2015/2016, a começar a ter o impacto dessa redução desses depósitos de médio/longo prazo que foram constituídos nessa altura, que foram aumentando e agora estão, finalmente, a poder reduzir-se, e as taxas estão claramente a reduzir-se sem qualquer efeito no nível de depósitos na Caixa.

Devo dizer que a Caixa Geral de Depósitos tem sido muito resiliente na captação e em assegurar o nível de depósitos que existe. Mesmo na situação de turbulência mediática, ou de conversa, sobre a situação negativa da Caixa, muito negativa para a Caixa, como é evidente, o máximo que tivemos nos nossos balcões foram pessoas inquietas, a perguntar o que é que se passa porque não percebem, mas não tivemos redução de depósitos.

Portanto, não acreditem os Srs. Deputados quando alguém andar por aí a dizer que conseguiram roubar depósitos à Caixa. Isso não aconteceu. Os

depósitos da Caixa têm estado estáveis, sem problemas e as comissões têm tido também uma evolução mais ou menos estável.

A Caixa não é demasiado forte na receita de comissões; apesar de alguns comentários que de vez em quando aparecem há bancos mais agressivos do que a Caixa em matéria de comissões e há algumas discussões que percebemos que têm sido feitas no sentido de restringir as comissões, que provavelmente não são positivas para a Caixa, mas veremos e esperamos que não sejam tão negativas como se tem ouvido falar.

Em relação a outro objetivo do mercado gostava de dar destaque a que tivemos uma situação prolongada de recessão com uma procura de crédito muito deprimida.

A procura de crédito foi começando a recuperar e a Caixa foi também conseguindo reajustar-se e recentrar a sua atividade no retalho, concedendo crédito a empresas.

O que temos aqui demonstra como já conseguimos estar. Os níveis ainda são relativamente baixos, mas já conseguimos ter uma concessão de crédito superior à amortização de crédito a micro, pequenas e médias empresas, que é um assunto importante.

Noutro dia, há cerca de uma semana, foi revelado que estamos em primeiro lugar nas linhas protocoladas governamentais. Portanto, a ideia de que a Caixa não é suficientemente ágil não corresponde aos factos. A Caixa tem uma máquina comercial muito forte e quando os objetivos são claros ela funciona e temos bons resultados. Demora algum tempo, não podemos inventar procura de crédito se a economia estiver deprimida, mas podemos reagir positivamente à procura de crédito se as empresas começarem a ter essa procura de crédito.

É evidente que o imobiliário e a construção são setores que estão a descer. Aliás, há 10 ou 20 anos isso já era evidente e quem lesse um pouco sobre estatísticas demográficas nem precisava de fazer análise económica

muito aprofundada para perceber que íamos ter um problema com o imobiliário. Isso era evidente e precisamos de ter muito cuidado.

Nestes setores somos muito levados em ondas e em modas. Por exemplo, neste momento, temos um setor que está extremamente positivo, e é muito positivo que assim seja, que é o setor do turismo, mas temos de ter algum cuidado. É preciso ter algum cuidado porque com muita facilidade temos excessos e depois temos de os corrigir.

Não estou a dizer que estamos numa situação de excesso, não me interpretem mal. Temos estado a conceder crédito para a atividade hoteleira, para construir mais hotéis, o que é positivo; o turismo está a correr muito bem e é preciso responder a essa procura do turismo, mas o que estou a dizer é que é também preciso ter cuidado porque pode haver uma altura em que damos connosco perante um excesso de capacidade instalada e, nessa altura, essas empresas vão ter dificuldades em reembolsar os créditos, etc., etc. Sabemos como é que isto funciona.

Mas com isto não estou a dizer que não devemos dar crédito ao setor. Por favor, não me interpretem mal, estou a dizer que um banco cuidadoso a dar crédito olha para os riscos que se colocam daqui a uns anos e não para aquilo que está «debaixo do nariz» no próximo mês. A curto prazo não há risco nenhum desse ponto de vista.

No Estado e nas empresas públicas estamos a descer. Uma semana depois de eu chegar à Caixa Geral de Depósitos tivemos uma primeira emergência, que foi a de financiar as empresas públicas todas. O Programa de Ajustamento estava subestimado, estava subavaliado em algumas dezenas de biliões de euros naquilo que era a necessidade de financiamento das empresas públicas.

Não vos vou contar nada que seja segredo, porque não é assim que costumo funcionar, mas é evidente que era preciso acorrer rapidamente à necessidade de financiamento das empresas públicas em 2011 e a Caixa teve

um papel muito importante. E para mim o risco maior que havia na altura era o de que todo o setor privado colapsasse ou dissesse que não estava em condições de o fazer e a Caixa corria o risco de ficar sozinha perante uma necessidade brutal de financiamento das empresas públicas e ter de gerir essa situação.

De facto, o que se conseguiu fazer foi a Caixa dizer, muito acima da sua quota de mercado, que garantia, com recurso à sua própria liquidez e à liquidez que iria buscar ao BCE, se fosse preciso, um terço do financiamento das empresas públicas. E um terço do financiamento das empresas públicas é muito mais do que a sua quota de mercado nas empresas. Mas era necessário, a Caixa tinha esse papel, essa responsabilidade e cumpriu, nessa altura, como cumpriu em muitas outras.

Neste momento, já não é preciso, felizmente, o Estado está a financiar-se no mercado e as empresas públicas voltaram a poder financiar-se normalmente. Portanto, estávamos também aí a perder crédito, com algumas consequências negativas para a nossa conta de exploração, porque nesses créditos às empresas públicas, nessa altura, não podíamos levar taxas de juro muito inferiores às dos nossos concorrentes e eles tiraram bastante partido da situação difícil que se vivia.

Quanto a grandes empresas, a Caixa sempre foi um banco de grandes empresas. Estamos neste momento a reduzir, mas é um pouco deliberado. Não tenho nenhum preconceito quanto ao crédito a grandes, pequenas e médias empresas, porque todo o crédito às empresas é importante e o crédito às empresas grandes também financia a atividade das pequenas empresas, de forma indireta, como todos sabemos. Mas é melhor o crédito às pequenas e médias empresas porque mais facilmente estamos a atuar diretamente sobre problemas de desemprego ou outros que possam pôr-se. Aliás, em situações de crise, o crédito a grandes empresas pode até ser uma maneira mais rápida de acudir a necessidades de financiamento da economia, para além de que é

mais fácil. É quase tão caro, ou melhor, é mais barato organizar uma operação de 100 milhões de euros do que 100 operações de 1 milhão, de 500 000 ou de 50 000 euros, como provavelmente uma PME terá. Estamos a fazer ambas as coisas, mas nas grandes empresas estamos a reduzir.

Queríamos ter, e temos, um balanço que não tem um risco de concentração tão grande como aquele que encontrámos. O balanço tinha um grande risco de concentração em grandes empresas que estava muito perto dos chamados «limites de grandes riscos», que são limites regulamentares. O que fizemos foi trazer essas exposições para níveis mais aceitáveis.

As imparidades de crédito tiveram a evolução que se conhece. Isto acompanha mais ou menos o ciclo económico, como é de esperar.

Estávamos numa situação de descida regular dessas imparidades em 2014 quando tivemos um problema — todos tivemos — com as imparidades de um grupo económico que não vou mencionar.

Aqui temos uma evolução mais longa dessa situação. Antes da crise, temos imparidades em ativos financeiros. A Caixa tinha muitos ativos financeiros, muitas participações financeiras em muitas empresas, algumas delas com bons nomes, nomes sonantes que, na altura, ninguém diria que eram problemas. Mesmo assim, perdemos muito dinheiro com as participações financeiras nessas empresas antes de 2011/2012 e depois teríamos perdido quantidades que não vou mencionar, nem sequer imaginar, se não tivéssemos desalavancado e retirado de lá a participação da Caixa.

Devo dizer-vos, e foi essa uma das razões por que aceitei o desafio da Caixa — desculpem-me falar na primeira pessoa, não gosto de o fazer —, que se há coisa que o programa da troica trazia para o setor financeiro que era extraordinariamente positiva era a ideia de que os bancos não deviam ter participações acionistas numa quantidade de empresas e, muito menos, noutros bancos, direta ou indiretamente. Os bancos servem para dar crédito e, portanto, uma banca básica que recebe depósitos e dá crédito avalia risco

e tenta não fazer demasiados disparates na concessão de crédito. É aquilo que é preciso.

Em relação às participações financeiras, à detenção de participações acionistas em empresas, considero que é um fator de conflito de interesses absolutos e quase sempre isso acontece. Houve casos — não vou, sequer, mencioná-los, mas todos nos conseguimos lembrar de alguns — em que isso foi evidente. Portanto, é preferível ter bancos que não estão... Essa era uma das razões por que achava que o que era pedido à Caixa Geral de Depósitos no programa era exatamente isso, ou seja, que a Caixa se retirasse das participações financeiras em empresas e lhes desse todo o crédito, se o avaliasse bem e se o considerasse como interessante, mas participações financeiras não.

Em relação àquela referência que há pouco fiz sobre quando vendemos os seguros em si, devo dizer que foi uma excelente venda numa altura muito difícil no mercado. A contribuição para o *Common Equity Tier 1* foi de 0,75%, 456 milhões de euros, um valor muito forte. Isto não é o lucro, nem é o valor da venda! Já vi referido em jornais mil e não sei quantos milhões — isso é o valor da venda, não é o lucro nem o resultado ou o contributo para o capital. O contributo para o capital foram 456 milhões, que, mesmo assim, é um valor muito elevado. Mas, logo por azar, com a descida das taxas de juro de longo prazo para níveis muito baixos, o impacto dessas novas hipóteses atuariais e, em particular, as taxas de desconto muito mais baixas no nosso fundo de pensões, levou-nos 330 milhões diretos a capital, sem passar pela conta de resultados.

Portanto, ganhámos 456 milhões em capital pela venda dos seguros e perdemos no valor do nosso fundo de pensões, pelo aumento do valor das responsabilidades, 330 milhões de euros. Enfim, esta é uma coisa que não é controlada e que depende de decisões de auditores externos e outros, que, aliás, andam outra vez muito ativos sobre isso.

Sobre os requisitos e as necessidades de capital, já falei. Estes são os exemplos em que, para além das exigências do BCE, o O-SIIs, o Banco de Portugal também tinha exigências para outras instituições sistémicas, numa altura em que noutros países isso não foi feito. Não se sabe o que vai acontecer, mas talvez a coisa não se concretize.

Em relação ao que temos, no lado direito deste quadro, temos até 2013 as referências ao rácio *Core Tier 1*, que era a métrica que se usava até esse momento. De 2014 para cá, o que temos é a evolução quer em *full implementation*, quer em *phasing-in*, portanto, em aproximação sucessiva e progressiva para o *full implementation*. Temos níveis de capital que não são muito altos, ou seja, os rácios de capital da Caixa foram sempre relativamente baixos, coisa que interpreto quase por razões históricas. Presumo que isso tem a ver com o facto de toda a gente no mercado achar que, sendo a Caixa 100% do Estado, há 140 anos, se e quando fosse preciso capital o Estado poria o capital necessário. É essa a interpretação que dou para isso.

Só que as exigências regulatórias, neste momento, são mais complicadas e mais difíceis e, portanto, não é tão simples ter esse capital do Estado. Temos aqui níveis que se aproximam muito dos níveis mínimos que são exigíveis, mais um *buffer* de gestão relativamente baixo. Estamos muito perto desses mínimos.

Portanto, como disse há pouco, é preciso fazer um aumento de capital na Caixa Geral de Depósitos. Não há dúvida nenhuma sobre isso.

Em relação ao Plano de Reestruturação não os vou maçar mais. Se os Srs. Deputados não se importarem vou deixar este documento que tem aqui uma lista grande de todas as medidas que foram tomadas desde 2013 até 2015 para contribuir para reduzir as nossas necessidades de capital, naquilo que estava na nossa mão e que podíamos fazer, e o plano de viabilidade, de 31 de março, que foi o último exercício que fizemos.

A 31 de março, o BCE tinha-nos solicitado para apresentarmos um plano de viabilidade, um plano de capital e um plano de exposição de *non-performing exposures*. O que fizemos foi, com a concordância do Governo, enviar um plano de capital ao BCE, que depois já não discutimos.

A evolução dos custos é uma evolução muito positiva, quer nos custos com pessoal, quer nos FST. O que fizemos nos FST foi, nas várias renegociações, em todos os instrumentos possíveis que usámos, retirar custos da instituição que é uma instituição grande e que, portanto, tem custos relativamente elevados.

Sobre o modelo de governo, penso que é importante e não vou perder muito tempo, aproveito para dizer que temos o modelo que foi adotado desde 2011 e, em particular, desde 2013, onde reforçámos e melhorámos o nosso funcionamento. Estamos a ter uma Comissão de Auditoria, uma Comissão de Risco, como novidade. Penso que fomos o primeiro banco a ter uma Comissão de Risco e um *statement* de apetência ao risco, de apetite pelo risco, tornado público. Temos uma Comissão de Estratégia, Governação e Avaliação e uma Comissão de Remunerações.

Vemos também as várias iniciativas no domínio do risco, que era uma área onde estávamos mais fracos, em matéria de governação. Seguimos vários princípios com consequências práticas nessa área.

Temos aqui também o que fizemos ao nível do Conselho — e vou passar rápido, se não se importarem —, as várias responsabilidades e o que são as várias comissões em que tomamos decisões, por um lado, o Conselho e a Comissão Executiva, que é o órgão de gestão corrente da instituição e, para além disso, todos os conselhos onde nós, na Comissão Executiva, com a alta direção da casa, fazemos a gestão da instituição, com três conselhos novos.

Era a esses que queria dar algum destaque: um Conselho delegado para acompanhamento de crédito, em que analisamos com uma cadência, mais ou

menos, mensal, a evolução das imparidades e da qualidade do crédito que está nas carteiras e a eventual necessidade de passar esses créditos da área comercial para uma área de recuperação, que se especializa em recuperar créditos. Temos também um Conselho delegado de negócio imobiliário. A Caixa tinha gestão do negócio imobiliário, que é uma parte importante do seu balanço, muito descoordenada. Passámos a ter um órgão para coordenar essa negociação.

Finalmente, temos um Conselho delegado de gestão corporativa a que dei particular importância, porque foi um órgão em que pudemos associar todas as unidades domésticas, em Portugal, e no estrangeiro e fazer desse um órgão de gestão corporativa importante para o conjunto do grupo.

A Caixa Geral de Depósitos é um grande grupo internacional. É o único banco, neste momento, que tem um grupo internacional e, portanto, isso põe exigências e dificuldades maiores.

Sobre as responsabilidades das várias unidades, não vou maçá-los aqui.

Em relação à gestão do risco, penso que vos posso deixar esta referência que serve para ilustrar a importância que demos à questão do risco. Achámos que era um ponto crucial porque todas as avaliações externas que nos faziam eram particularmente críticas em matéria de risco. Dedicámos particular atenção a isso e foi uma das poucas áreas onde tivemos um reforço de efetivos.

Sr. Presidente, se não se importa, ficava por aqui. Estou à vossa disposição para responder às perguntas que me colocarem, desde que saiba e possa fazê-lo.

(a) Durante esta intervenção foram projetadas imagens.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de solicitar que nos seja distribuída esta apresentação feita pelo Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Dr. José de Matos já tinha dito que a ia deixar connosco.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Se fosse possível nos próximos minutos, Sr. Presidente, ou durante a audição.

O Sr. **Presidente**: — Como está em suporte informático, julgo que não será difícil.

Sr. Dr. José de Matos, agradeço o carácter exaustivo da sua exposição. Colocou aqui um conjunto de elementos importantes para reflexão dos Srs. Deputados.

Pausa.

Estamos em condições de prosseguir para a fase de perguntas e respostas. De acordo com as normas regulamentares, a primeira intervenção é do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria começar por cumprimentar o Dr. José de Matos e agradecer, de facto, a exposição exaustiva que aqui nos fez sobre a Caixa Geral de Depósitos.

Julgo que essa exposição teve o primeiro grande mérito, se me permite, Sr. Doutor, de tranquilizar quem nos estava a ouvir ou quem nos ouvirá no seguimento desta audição, depois dos tempos conturbados que, aparentemente ou, pelo menos, na praça pública, a maior instituição financeira portuguesa tem vivido.

Ia começar por aí, mais à frente irei aos primeiros tempos, quando o Sr. Dr. José de Matos chegou à Caixa Geral de Depósitos, mas para podermos começar pela atualidade e por aquilo que mais preocupa hoje, estou certo, até por força do que o Sr. Doutor disse, as pessoas que têm ido aos balcões da Caixa Geral de Depósitos tentar perceber o que está a acontecer.

A primeira nota que queria deixar, e que também apraz ao Grupo Parlamentar do PSD registar, é o facto de o Sr. Doutor ter dito que, apesar de tudo, a Caixa Geral de Depósitos não tem vindo a perder depósitos. No fundo, apesar de toda esta conturbada situação, a Caixa Geral de Depósitos tem mantido o nível de depósitos que tinha antes de todo este período começar.

A primeira pergunta que lhe queria fazer, para depois partirmos para o resto, é a seguinte: o Sr. Doutor disse-nos que é evidente que a Caixa precisa de um aumento de capital e que ele tem a ver com as exigências regulatórias que se vão colocar à frente e com a necessidade de um *buffer* de gestão.

A primeira pergunta que lhe queria fazer é se o Sr. Doutor está em condições de nos dizer, relativamente à circunstância atual, ao dia de hoje, se a Caixa Geral de Depósitos não precisa de capital, uma vez que pode garantir em todos os níveis de rácios e exigências prudenciais todos os depósitos e aquilo que é necessário daqui para a frente.

A segunda pergunta que quero fazer entronca com esta. Qual é o seu entendimento das verdadeiras necessidades de capitalização da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Soares, muito obrigado pela sua pergunta.

Em relação às necessidades de capital, de facto, a Caixa precisa de capital e precisa de capital a um prazo relativamente curto.

Como expliquei na minha introdução, o que fomos percebendo e fomos transmitindo foi que, em função da situação do mercado e das exigências regulamentares, a uma cadência cada vez mais rápida, era evidente que precisaríamos de capital e que, à medida que o tempo passava, essas exigências tornaram-se um pouco mais elevadas e tornaram-se um pouco mais urgentes, ou seja, precisávamos de mais e precisávamos mais cedo, para usar uma linguagem relativamente simples.

Relativamente àquilo que é o nível desse aumento de capital que se deve ter, não me vou pronunciar. Não conheço o plano que tem sido mencionado recentemente na comunicação social, como imagina, mas conheço um ponto que eu próprio mencionei e que o Sr. Deputado referiu, que é o de que, para além das exigências regulamentares, é preciso algum *buffer* de gestão.

O *buffer* de gestão é uma questão que pode variar e não tenho uma resposta inequívoca para lhe dar, dizendo qual o *buffer* de gestão que é absolutamente indiscutível em qualquer circunstância. Portanto, não tenho uma resposta precisa para isso.

O que eu disse, e dei os números para termos uma ideia do que é que estamos a falar, foi que por cada 1% de *buffer* de gestão que gostasse de ter, ou precisasse de ter, preciso de cerca de 600 milhões.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): - Sr. Doutor, não me vai levar a mal que eu insista na mesma questão mas o Sr. Doutor presidiu à CDG durante quase 5 anos e é público — há extratos dessa carta que saíram na comunicação social — que, aquando da sua renúncia ao mandato, o Sr. Doutor fala numa reunião que terá tido em dezembro com a tutela onde levanta todas estas questões que o têm preocupado, e que, evidentemente, nos preocupam também a nós, e fala na possibilidade da conversão dos CoCo em capital como forma de resolver, numa primeira análise, o problema. Portanto o Sr. Doutor tem de ter uma noção, pelo menos para cumprir os rácios prudenciais, de quanto a Caixa efetivamente precisa de capitalização para futuro.

Percebo bem que, relativamente ao *buffer*, o Sr. Doutor diga que depende do acionista. Eu podia gostar de pedir 6 ou 7% de *buffer*, mas tudo depende daquilo que forem as verdadeiras disponibilidades do acionista. Mas relativamente a essas necessidades queria ouvi-lo um bocadinho mais.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Em relação às necessidades, aquilo que lhe posso dizer é que, quando a nossa equipa apresentou um plano de necessidades de capital, apresentámos um plano de capital com as necessidades mínimas regulamentares e um *buffer* relativamente pequeno, que era um *buffer* parecido com aquele que era usado

nas condições que a DGComp nos punha. Mas isto era puramente por analogia. Trabalhávamos com 1%, o que significava que para reembolsar os CoCo, teria de ter os níveis regulamentares mais 1%, estando proibido de reembolsar os CoCo se tivesse os mínimos regulamentares inferior a 1%.

Mas esse 1% não vale muito desse ponto de vista, era apenas uma métrica que servia para esta referência e significa que, em condições normais, em condições como aquelas em que a Caixa viveu durante muitos dos seus 140 anos, quando o Estado resolvesse fazer um aumento de capital fá-lo-ia; era preciso ter alguma discussão com Bruxelas mas era uma discussão relativamente simples. Houve vários aumentos de capital até 2012 em que não se pôs a questão da ajuda do Estado ou em que esta se pôs de uma forma mais simples. Em 2012 houve ajuda do Estado. Essa é uma negociação do Estado, não é uma negociação da Caixa, e portanto as coisas aí tornam-se um pouco mais complicadas.

Não posso elaborar muito mais sobre isto porque é uma questão de preferências e de circunstâncias de mercado. Quando cheguei à Caixa, as taxas de juro da dívida pública portuguesa no mercado secundário, se alguém emprestasse ao Estado português, coisa que duvido, eram na casa dos 16,5%, ou coisa parecida. Agora são à volta de 3%, ou um pouco menos. É diferente discutir uma coisa num contexto ou noutro.

Em 2012, quando se fez o aumento de capital, as taxas de juro no mercado de longo prazo ainda eram muito altas e era com essas taxas que o acionista da Caixa se teria de financiar para financiar um aumento de capital da Caixa Geral de Depósitos. Portanto, não vou elaborar sobre isto. Não sou do Governo, não tinha de gerir a dívida pública em que seria necessário incorrer para fazer o aumento de capital teria de fazer.

Porém, constato que, na altura, em 2012, a CGD foi recapitalizada a partir dos recursos do Orçamento do Estado e não a partir da linha especial que foi criada no programa com o Fundo Monetário para recapitalizar a

banca, o que significou, numa perspetiva de estabilidade financeira, se quiser, não deixar a Caixa disputar recursos com o resto do sistema bancário, não fosse esse resto do sistema bancário precisar desses recursos em capital.

É assim que interpreto o que foi feito. Lembro-me de ter discussões com ex-colegas e amigos do FMI que diziam «faz-se dentro da linha» ou «faz-se fora da linha.» Acabaram por concluir que era de fazer dentro da linha, mas a grande preocupação era a de dizer que temos mais dinheiro disponível para recapitalizar outros bancos se essa questão se puser e se for preciso.

É tudo quanto me ocorre. Não é uma matéria a que possa responder porque é tipicamente uma matéria acionista. Essa é uma matéria acionista típica e eu não sou acionista da Caixa, ou, melhor, só sou na medida em que sou tão acionista como qualquer um dos senhores.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): - Sr. Doutor, volto a insistir. Em dezembro de 2015, o Sr. Doutor terá tido uma reunião com a tutela onde apresentou aquilo a que eu chamaria o plano A de reestruturação da CGD. Não estou a falar do plano que agora se discute nem do plano B que eventualmente o BCE poderá já ter pedido ou não. Estou a falar do verdadeiro plano A, que era o seu, da sua Administração, apresentado à tutela.

Evidentemente que o Sr. Dr. José de Matos, nessa apresentação que fez à tutela em dezembro de 2015, tinha valores para apresentar relativamente às necessidades de capitalização da CGD e é esse valor que lhe queria pedir, e insisto em que, pelo menos à data de dezembro, nos diga qual era a sua expectativa do valor necessário para capitalizar a CGD.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. José Agostinho Martins de Matos: - Sr. Deputado, aquilo que lhe posso dizer é que sou muito disciplinado e muito institucional na relação com o meu acionista. No Ministério das Finanças relacionei-me com vários Ministros das Finanças nestes últimos anos e já me tinha relacionado com outros, noutros contextos anteriores.

As conversas que tenho com o Sr. Ministro das Finanças, com a Sr.^a Ministra das Finanças anterior e com o Sr. Ministro das Finanças anterior à Sr.^a Ministra não costumo comentar e, se me permite, não vou comentar.

Mas posso esclarecer uma coisa: aquilo que o Sr. Deputado leu foi uma interpretação um bocadinho excessiva. Não apresentámos, como é evidente, um plano. O único plano de capital, ou a coisa mais próxima disso, que a minha administração apresentou foi o que apresentámos no final de março, no dia 31 de março, o que é totalmente confidencial, como é evidente, e apresentámos ao BCE a seu pedido.

Aquilo que aconteceu, e aconteceu que tive várias reuniões com o Sr. Ministro das Finanças em dezembro, em janeiro e em fevereiro — em março já não me lembro, mas em janeiro e fevereiro tive várias —, foi que falámos certamente em que era preciso fazer um aumento de capital na Caixa Geral de Depósitos. Esse era o ponto importante, porque era importante explicar que era preciso um aumento de capital que exigia um plano, e não era negligenciável, não era só substituir os CoCo, como era evidente, tinha de ser um pouco mais.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): - Sr. Doutor, queria lembrá-lo que não estamos no âmbito de uma comissão normal mas de uma Comissão

Parlamentar de Inquérito, que tem poderes muito próximos dos poderes judiciais, como o Sr. Doutor bem sabe, e, portanto, há perguntas que não podemos deixar de fazer e há respostas que o Sr. Doutor não pode deixar de nos dar.

Se percebo a delicadeza e, sobretudo, o tratamento excecional com que está a lidar com as coisas, e respeito muito isso, não quero que me diga que conversa teve ou que valores colocou ao Sr. Ministro das Finanças, embora isso seja relevante para a Comissão de Inquérito, mas pergunto-lhe pelas suas contas. É evidente que as tem feitas, porque disse agora que não basta a conversão dos CoCo em capital, portanto, não bastam os 900 milhões de euros, e falou num *buffer* de 1%, dizendo que isso equivale, mais ou menos, a 600 milhões de euros. Fazendo eu agora as minhas contas, pegando nas suas palavras, estamos aqui a falar de 1.5 mil milhões de euros. Pergunto-lhe então se, à data, 1.5 mil milhões de euros era suficiente para capitalizar a Caixa. Isto pegando nas suas contas e juntando as parcelas que foi trazendo para o debate.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Sr. Presidente, Sr. Deputado, percebo a natureza deste inquérito, percebo a natureza desta Comissão de Inquérito, mas nem a natureza desta Comissão de Inquérito altera a minha relação com os acionistas e com o Ministro das Finanças.

O Sr. Deputado perceberá isso certamente. Nem a natureza desta Comissão alterará isso. É assim que me comporto, é assim que vou continuar a comportar-me. Já me relaciono com Ministros das Finanças há muitos anos e não vou deixar de fazê-lo seja em que circunstância for e, portanto, aquilo que posso dizer-lhe é que o Sr. Ministro das Finanças foi alertado para a necessidade efetiva de fazer um aumento de capital, que esse aumento de

capital devia ser significativo para eliminar as necessidades que existiam ao tempo e que, aliás, eram inferiores àquelas que, eventualmente, acabámos por perceber depois.

O exercício de identificação das necessidades de capital é um exercício permanente. Como disse há pouco, a primeira vez que detetei a necessidade de aumento de capital, depois do outro aumento que tivemos em 2012, foi no primeiro semestre de 2015.

O que aconteceu foi que identificámos — não sou eu que faço um exercício destes sozinho — que seria difícil reembolsar os CoCo porque não tínhamos os aumentos de capital que outros bancos estavam a ter para poder reembolsar CoCo e não tínhamos resultados que permitissem reembolsá-los.

Portanto, desde essa altura que, sucessivamente, se tornou evidente que iríamos precisar de algum aumento de capital. O que fomos percebendo com os desenvolvimentos de mercado e com aquilo que se estava a passar foi que esses aumentos iam sendo progressivamente maiores e progressivamente mais urgentes.

Não fiz aqui um grande desenvolvimento mas em 2014 estivemos a fazer o chamado *comprehensive assessment* com o BCE. No final de 2014, quando o BCE assumiu a responsabilidade por ser o supervisor europeu, tinha de preparar os trabalhos e durante todo o ano de 2014 fez um *comprehensive assessment*, um exercício muito extenso, muito vasto, em que a Caixa também foi avaliada. Em resultado desse exercício, no final de 2014, verdadeiramente já no início de 2015, o BCE disse que a Caixa — e outros bancos — precisava de determinado capital, que era mais do que aquilo que tínhamos antes. Isto no início de 2015.

Ao longo de 2015 começou o exercício da supervisão feita pelo BCE e o BCE, no chamado SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*), ao longo do ano, foi-nos preparando, em diálogo com as instituições, para a necessidade de, no final do ano, ser preciso um aumento, uma exigência de

capital adicional. E é verdade que veio uma exigência de capital adicional preliminar, que ainda não era a versão final que eles haveriam de nos comunicar, mas nós já sabíamos isso quando fizemos a revisão do nosso *Funding and Capital Plan*.

Não vos estou a revelar aqui o que foi enviado às autoridades de supervisão porque não estou autorizado por essas autoridades a fazê-lo. As autoridades de supervisão não me deixam revelar e esclareceram isso recentemente na comunicação que tenho com eles.

Mas, neste contexto, era evidente que já era preciso um pouco mais de capital. No final do ano, e, aí sim, foi público, o Banco de Portugal aumentou ainda mais a necessidade de capital, mas aqui houve um calendário. Houve uma parte de que soube até setembro, digamos assim, que só se concretizou em exigência escrita já no final do ano, e houve outra que se transmitiu formalmente, por escrito, pelo Banco de Portugal, mesmo no final do ano.

Portanto, só fui tendo mais exigências de capital à medida que essa informação ia sendo comunicada e conhecida. Não posso dizer «tenho aqui um número»...

Quando falei com o Sr. Ministro — e é natural que tenha conversado com o atual Ministro das Finanças pouco depois de ele ter tomado posse —, ainda não sabia que iríamos ter um *buffer* especial para *Other Systemically Important Institutions (OSIIs)*, por exemplo, que só veio no final de dezembro. Em janeiro já sabia, por exemplo, que era mais 1%, portanto, eram mais 600 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas não me tinha dado conta do tempo. O tempo voa e há, de facto, muitas questões para colocar mas eu ainda não saí da mesma. E volto a ela, num

instante, só para lhe perguntar o seguinte: estava com essa dificuldade, em dezembro, porque achava que, entretanto, todo o cenário evoluiu, e evoluiu, de facto, mas o Sr. Doutor ainda hoje é Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos. Então, à data de hoje, quais são, no seu entendimento, as necessidades de capitalização da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — As necessidades de financiamento da Caixa Geral de Depósitos e a maneira de operacionalizar essas necessidades num plano de capital não são um exercício de *Excel*, nem um *PowerPoint*!

Posso fazer umas contas e dizer «está aqui uma necessidade de capital». Aliás, há de ter reparado que disse, no fim da minha apresentação lida, «as contas que fizemos no final de março, como base de trabalho para o diálogo com o acionista». Isto porque a decisão sobre o aumento de capital e a forma de o fazer, como o Sr. Deputado sabe bem, é do acionista.

O que posso dizer ao acionista é «está aqui uma base de trabalho e vamos começar a conversar», para o acionista me dizer o que verdadeiramente pensa fazer para montarmos a operação do aumento de capital.

Desde 31 de março que não tive qualquer envolvimento, nem nenhum pedido, nem estou a fazer nenhum exercício, que envolva o exercício do aumento de capital. Estou evidentemente a acompanhar a situação de capital e por isso lhe disse que é necessário fazer o aumento de capital e é preciso fazê-lo mais cedo do que tarde. Isso é verdade.

O Sr. **Presidente**: — Antes de lhe dar a palavra, Sr. Deputado, informo que o conteúdo da informação que constava da *pen* do Sr. Dr. José de Matos já foi enviado para todos os *e-mails* de todos os Srs. Deputados e, portanto, já têm acesso a ela.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Sr. Doutor dizia-me agora que desde 31 de março que nunca mais trabalhou no cenário de capitalização da Caixa Geral de Depósitos. Disse que, evidentemente, acompanhou a evolução do capital mas que no cenário de capitalização nunca mais trabalhou.

Porquê 31 de março, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Deputado, porque 31 de março foi a data para a qual tinha o tal pedido que referi que o BCE nos tinha feito. O documento foi apresentado nessa data, tendo sido apresentado e conversado com o Governo.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Apresentado por quem, desculpe?

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Por nós.

Isto por uma questão muito simples: quando me relaciono com o supervisor, com toda a franqueza, não pergunto ao Governo o que devo ou não devo dizer, em geral. A supervisão é uma relação do supervisor com o banco e quem representa o banco são os seus órgãos de gestão: o conselho, a comissão executiva, os órgãos de fiscalização. O Governo não é parte nessa relação, exceto na questão da capitalização, porque essa é uma prerrogativa, uma responsabilidade específica do acionista, e nalguns aspetos de políticas

de remuneração, como é evidente, porque o banco não tem margem de manobra e, no nosso caso, ainda por cima, com as restrições do Orçamento do Estado e da lei dos gestores públicos, também tínhamos essa restrição...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não havia alterações à lei?

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Não havia alterações à lei, portanto, eram situações fixadas, que são da competência do acionista.

Relativamente a tudo o que tinha a ver com capital, obviamente que não poderia enviar fosse o que fosse para o supervisor sem tem a certeza de que o acionista estava confortado com aquilo que iria ser enviado. Por isso, houve uma troca, como é evidente, de informação com o Ministério das Finanças nessa altura sobre esta matéria e houve uma autorização, digamos, para enviarmos...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Tinha um montante?

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Nesse documento tinha referências onde se envolviam «montantes mínimos para», porque um plano de capital não é o montante do aumento de capital. Aquilo era o montante mínimo.

Devo dizer-vos que, depois, a coisa não teve tanto desenvolvimento e a minha suspeita é a de que talvez o BCE achasse aqueles valores um bocadinho baixos. Talvez, mas aqui estou a especular e, se calhar, estou a fazer aquilo que não devia fazer e que disse que não faria. Suspeito que talvez eles considerassem aquilo um bocadinho de menos e, portanto, talvez, viessem a pedir-me um bocadinho mais, se tivesse estado envolvido numa fase posterior dessa discussão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, quais eram esses montantes mínimos que estavam inscritos nesse plano que enviou ao BCE?

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Como lhe disse, os documentos trocados com o supervisor estão proibidos de serem revelados. Não posso revelar esses valores. Recebi uma carta, anteontem, do BCE a dizer-me explicitamente que não estou autorizado a transmitir a informação de natureza de supervisão trocada com o supervisor.

Aliás, estou, neste momento, em interação com o BCE, porque acho que me compete, no sentido de saber se sim ou não posso dar conhecimento à Comissão desta interpretação do supervisor europeu sobre esta matéria, para evitar dúvidas, porque não é uma questão de interpretação minha. Mas suponho que a Comissão terá outras oportunidades de falar com outras pessoas mais habilitadas do que eu para falar deste caso concreto. Não estou em condições de lhe dizer este valor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, se me permite, aproveitava esta ocasião para esclarecer os Srs. Deputados relativamente a esta questão que o Sr. Dr. José de Matos agora colocou e que já foi colocada por escrito por várias instituições, entre as quais a Caixa Geral de Depósitos, e que tornará, seguramente, a colocar-se nas reuniões que teremos ao longo desta Comissão de Inquérito, desde logo na que teremos amanhã com o Sr. Governador do Banco de Portugal.

Já fiz distribuir por todos os Srs. Deputados toda a documentação que tínhamos recebido e a argumentação que já foi utilizada quer pela Caixa Geral de Depósitos, quer pelo Banco de Portugal, quer, em menor grau, pela CMVM sobre a questão do sigilo, umas vezes bancário, outras vezes de

supervisão, bem como a argumentação aduzida por essas diferentes entidades para entenderem que o segredo bancário está juridicamente protegido e, portanto, só em condições muito excepcionais, e que têm a ver com a aplicação da legislação processual penal aqui aplicável por analogia, poderá ser levantado.

De resto, acabei de receber, e já despachei para todos os Srs. Deputados, um novo documento dos serviços jurídicos do Banco de Portugal que reforça a argumentação que o Banco de Portugal tinha aduzido no ofício anterior.

Por causa disso, e porque estamos com um calendário muito apertado, convoquei uma reunião de Mesa e Coordenadores para amanhã, às 9 horas e 30 minutos, para podermos discutir a questão. Como temos uma reunião amanhã às 15 horas e outra às 16 horas e 30 minutos com o Sr. Ministro das Finanças, na sexta-feira, torna-se muito complicado fazer isso no plenário da Comissão e, portanto, convoquei essa reunião para analisar os argumentos que são aduzidos.

Protestos do Deputado do PCP Miguel Tiago.

O Sr. Deputado Miguel Tiago protesta porque marquei a reunião para as 9 horas e 30 minutos?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Gostávamos de perceber por que é que foi para as 9 horas e 30 minutos. Mas isso é um debate que podemos fazer noutra altura.

O Sr. **Presidente**: — Marquei para as 9 horas e 30 minutos, e já tínhamos marcado uma reunião para a mesma hora na semana passada, porque a reunião do Grupo Parlamentar do PCP é às 10 horas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Esta semana não há!

O Sr. **Presidente**: — Foi em obediência ao respeito que tenho pelo Grupo Parlamentar do PCP, mas posso marcá-la para mais tarde. Foi exclusivamente por isso que a marquei para essa hora, foi pela grande consideração e respeito que me merece o Sr. Deputado Miguel Tiago.

Perdoe-me estar a tratar da intendência nesta ocasião, Dr. José de Matos, mas veio a propósito da sua intervenção.

Temos, portanto, um problema — não é só um, são vários — para dirimir, porque todas as entidades já oficiadas, em maior ou menor dimensão, suscitaram questões relacionadas, como vos disse, com segredos diferentes, o bancário e o da supervisão, embora este em duas dimensões, da CMVM, por um lado, e do Banco de Portugal, por outro.

Não conhecia, nem tinha de conhecer, aquela informação que o Sr. Dr. José de Matos agora nos transmitiu, mas no ofício do Banco de Portugal que já era do conhecimento dos Srs. Deputados, e naquele que agora despachei, consta também o problema da supervisão direta pelo Banco Central Europeu. Portanto, o que se passou desde 4 de novembro de 2014, creio, quando a supervisão de algumas instituições bancárias passou diretamente para o SSM (*Single Supervisory Mechanism*), é um ponto sobre o qual a Comissão terá refletir.

Como vos disse, por estarmos com um calendário apertado por causa das audições de amanhã e sexta-feira, entendi que a melhor maneira de dirirmos esta questão seria na reunião de Mesa e Coordenadores. Quanto à questão da intendência da hora, trataremos disso no final desta reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Queria fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, no seguimento daquilo que acaba de dizer.

Julgo que foi muito oportuna a sua intervenção relativamente à classificação dos documentos e à informação a que esta Comissão está, ou não, a ter acesso. É evidente que trataremos desse assunto amanhã, mas queria dizer-lhe que, de facto, por força dessas condicionantes, o trabalho desta Comissão está a ser claramente dificultado e, diria, quase impedido de se fazer.

Ninguém melhor do que o Sr. Dr. José de Matos podia hoje, nesta Comissão, dizer o valor aproximado — que, depois, podia andar para cima ou para baixo consoante o *buffer* — de que a Caixa Geral de Depósitos precisava.

O Sr. Dr. José de Matos vê-se impedido de o fazer, precisamente porque invoca o sigilo profissional e o segredo bancário, e isso está a criar manifestamente dificuldades ao trabalho desta Comissão. Espero que todos os grupos parlamentares estejam despertos para isto e possam, em conjunto com o Grupo Parlamentar do PSD, amanhã, na reunião de coordenação, ajudar a ultrapassar esta situação, que foi, de resto, também superada em outras comissões de inquérito.

Ainda assim, queria, nesta interpelação, requerer ao Sr. Presidente que solicitasse quer à Caixa Geral de Depósitos, quer ao Banco Central Europeu o plano que a 31 de março foi enviado pela Administração da Caixa Geral de Depósitos para o Banco Central Europeu, onde se expressam montantes concretos sobre as necessidades de capitalização da Caixa.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Se o Sr. Presidente me autorizar...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Estas matérias são muito delicadas e muito precisas. Não gosto de mal-entendidos.

Sejamos francos: não gosto de mal-entendidos! Não estou aqui para os alimentar.

Quando digo que não posso revelar o valor, que não sei qual é o valor, não estou com isso a dizer que aqueles valores que tenho visto por aí referidos nos jornais são parecidos com aqueles com os quais trabalharia. Isso é outra coisa completamente diferente, Sr. Deputado!

Não estou a dizer com isso que qualquer dos valores que ouvi — e já ouvi tanto valor, muito elevado — e que tem sido mencionado nos jornais... Os valores com que estava a trabalhar no passado eram valores que tinham os mínimos e os *buffers* mínimos.

O que oiço por aí e que é referido nos jornais, obviamente, é outro tipo de análise, é outro tipo de exigência, de referência. A minha referência, a minha análise não deve ser interpretada como dizendo «estou de acordo» ou «estou em desacordo» com esses valores. Esses são valores alheios àquilo que estou a considerar e são claramente superiores àquilo que imaginaria ser um valor x .

Não tenho nenhuma dificuldade em dizer isto.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito superiores?

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Não quer dizer que em certas circunstâncias, como disse, há muito mais tempo, o acionista ou a gestão achem que um *buffer* maior, por isto ou por aquilo, seja uma coisa desejável.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria fazer um esclarecimento.

Protestos do PSD.

Srs. Deputados, podemos continuar com tranquilidade os nossos trabalhos?

Estou — e visto que tenho responsabilidades institucionais, outra coisa não seria de esperar — inteiramente consciente da importância das questões suscitadas por força do sigilo bancário ou do sigilo profissional de outra natureza, neste caso do sigilo de supervisão, e tenho a noção clara de que isso tem consequências sobre o funcionamento desta Comissão, como teve de outras.

Também tenho noção muito clara de que esta Comissão tem vindo — infelizmente, diria — a funcionar em condições muito especiais e, portanto, não tivemos tempo nem disponibilidade, sobretudo tempo, dado que o prazo limite para resposta aos officios que inicialmente tínhamos solicitado terminou na segunda-feira passada, para refletir sobre essa matéria. Por isso marquei a reunião de Coordenadores, mas também por outra razão, que também é do conhecimento sobretudo dos Srs. Coordenadores, que é o facto de termos de nomear o Relator até à quinta reunião da Comissão.

Portanto, não posso estar a marcar reuniões da Comissão não criando condições para que o Relator seja nomeado de acordo com as normas regulamentares. Esta é a quarta reunião da Comissão e é a primeira audição que fazemos, ou seja, já consumimos três reuniões. Portanto, na reunião de amanhã também teremos de tratar desse assunto. Isto é só para que fique claro que tanto eu como o Dr. José de Matos — não sei se é porque partilhamos uma parte do nome, não gostamos de mal-entendidos.

Também sei muito bem quais são as minhas responsabilidades e sei muito bem como é que as coisas devem ser feitas. Não foi ainda possível fazê-las, em função dos constrangimentos que todos os Srs. Deputados

conhecem, mas vamos a tempo de as fazer, até porque é uma questão que merece um conjunto de reflexões, das quais não tínhamos ainda sequer todos os elementos, porque o último necessário para essa mesma reflexão acabou de me ser entregue, oriundo da Secretaria-Geral do Banco de Portugal.

Agora sim, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa.

Primeiro, quando algum Deputado desejar fazer alguma interpelação à Mesa é esta que deve responder e não, neste caso, o Dr. José de Matos, aproveitando para responder a questões que não contaram para o tempo disponível para as intervenções.

Segundo, queria dizer que esta Comissão de Inquérito recai sobre um banco em atividade e, portanto, essa condição especial não pode ser aqui desconsiderada.

O PSD, quando propôs a criação desta Comissão de Inquérito, sabia que estava a propor uma Comissão de Inquérito a um banco em plena atividade e sabia que isso iria obrigar a um conjunto de contingências especiais, nomeadamente ao reforço da defesa do sigilo bancário e do sigilo de supervisão. Nada disto é estranho, só nos espanta é que ainda seja estranho ao PSD.

Por outro lado, Sr. Presidente, algumas das questões que estão a ser colocadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, no nosso entender, não estão enquadradas no objeto desta Comissão de Inquérito. Por isso, pedia o especial empenho do Sr. Presidente para marcar bem a fronteira entre questões que são colocadas dentro do objeto da Comissão de Inquérito e questões que têm sido colocadas fora desse objeto, sob pena de começarmos a fazer vários protestos à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, se me permite, queria dar dois esclarecimentos apenas...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, posso fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Presidente**: — Se quer fazer uma interpelação...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Caberá, evidente, ao Sr. Presidente — porque a interpelação foi-lhe feita a si — responder ao Deputado do Partido Socialista, mas como focou diretamente o que tem sido a minha intervenção, julgo, com toda a franqueza, que há aqui um mal-entendido por parte do Partido Socialista.

O objeto desta Comissão é muito claro quando define como parte desse objeto as necessidades de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos. Portanto, até eu ou o meu Grupo Parlamentar decidirmos o contrário, ainda é o Grupo Parlamentar do PSD e eu próprio que decidimos quais são as perguntas que fazemos ou não, desde que cumpram o objeto.

Por outro lado, o PSD não aceita que lhe queiram colocar este anátema de estar aqui a pôr em causa a confiança na Caixa Geral de Depósitos, que foi aquilo que o Sr. Deputado João Paulo Correia tentou fazer. Não foi o PSD nem nunca será o PSD que colocará notícias nos jornais sobre necessidades de capitalização de 3000, 4000, 4500 ou 5000 milhões de euros.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Essa não era propriamente uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Foi um recado!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares dará os recados que entender mas não através das figuras regimentais, que têm um objetivo. Nessa matéria, como noutras, não sou muito tolerante. Interpelações à Mesa são interpelações sobre a condução dos trabalhos e isso não foi sobre a condução dos trabalhos. Portanto, fica entendido que estamos na primeira reunião em que estas questões se colocam, mas também esta é a última vez que estas questões se colocam, porque se se voltarem a colocar tirarei a palavra a quem utilizar as interpelações à Mesa para outro objetivo que não esse.

Relativamente ao que disse o Sr. Deputado João Paulo Correia, queria apenas dar dois esclarecimentos. No que diz respeito à interpelação prévia que tinha feito o Sr. Deputado Hugo Soares, dei a palavra ao Sr. Dr. José de Matos porque ele me pediu para clarificar uma questão que ele próprio tinha colocado e que tinha sido suscitada pela interpelação. Não foi uma resposta à interpelação, foi, como percebeu, uma forma de o Dr. José de Matos deixar claro uma coisa que temia que tivesse sido mal interpretada.

Quanto à questão do objeto da Comissão de Inquérito, já disse várias vezes nas reuniões que tivemos, e mantenho, que temos de ser muito rigorosos na definição de qual é o trabalho da Comissão, face à definição desse objeto e tendo em conta até o histórico, porquanto, tendo sido esta Comissão constituída potestativamente, todos conhecemos o processo tal como ele decorreu, nomeadamente a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia da República e, em consequência disso, a decisão que foi tomada pelos partidos proponentes de reduzir o objeto da Comissão, que na altura referia o plano de capitalização que está a ser negociado, as possíveis alternativas, etc.

Não interpreto a pergunta do Sr. Deputado Hugo Soares nesse sentido. O que o Sr. Deputado Hugo Soares perguntou foi quais são as necessidades de capitalização, na perspetiva do Presidente da Caixa Geral de Depósitos,

tendo em conta a situação da Caixa. Isso não tem a ver com o plano de recapitalização que está a ser negociado nem com as exigências que foram apresentadas a Bruxelas. Não tem rigorosamente nada a ver com isso. Portanto, pelo menos na minha interpretação, isso não põe em causa o objeto da Comissão de Inquérito.

Podemos prosseguir, Sr. Deputado Hugo Soares?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Podemos, com certeza, Sr. Presidente, obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Então, ainda dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Dr. José de Matos, queria perguntar-lhe agora, e mudando de assunto, como é que interpreta ou explica aquela afirmação capciosa do Sr. Ministro das Finanças — o «capciosa» é meu — acerca do desvio de 3000 milhões de euros na Caixa Geral de Depósitos, e se o pode explicar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José de Matos, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, não sei se sei responder à sua pergunta, porque é uma valorização sobre uma intervenção do Sr. Ministro das Finanças.

O que expliquei na minha intervenção foi que há diferenças entre resultados e perspetivas originais no nosso Plano de Reestruturação, a que às vezes, numa linguagem mais técnica, de economista ou de econometrista, as pessoas chamam «desvio». O que disse nessa altura, e já o disse aqui hoje, é

que é um tipo de termo que os nossos clientes têm alguma dificuldade em entender, mas é só isto.

Em conversas que tivesse com os técnicos da Caixa Geral de Depósitos, no Gabinete de Estudos do Banco de Portugal ou em qualquer outro lado, não tinha qualquer dúvida sobre o que estávamos a dizer. Mas não me parece que me compita estar a interpretar a maneira como o Sr. Ministro das Finanças fala disto ou daquilo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, dê-me ao menos tempo para carregar no botão! Vamos a ver se acalmamos todos um bocadinho. Na Comissão de Inquérito fala-se quando eu dou a palavra. É que já vejo o Sr. Deputado...

Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Já acionaram a contagem do tempo?

O Sr. **Presidente**: — Já sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Então, muito bem.

O que lhe queria pedir, Sr. Doutor, não era que interpretasse se houve, como eu disse, alguma forma capciosa da parte do Sr. Ministro das Finanças, de colocar a questão. Não foi isso. Queria que explicasse a esta Comissão se houve ou não um desvio de 3000 milhões de euros, que desvio é esse — e estou a usar a palavra «desvio» no sentido que o Sr. Doutor também já usou hoje — e queria que ficasse claro para quem nos ouve e para a Comissão de Inquérito que este desvio não é relativo a perdas ou a um «buraco» aparente que tenha aparecido nas contas da Caixa Geral de Depósitos — porque o Sr. Doutor já chamou a atenção, e bem, julgamos nós, que foi isso que ficou, na

opinião e na perceção públicas, das declarações do Sr. Ministro das Finanças, e queremos tranquilizar toda a gente.

O Sr. **Presidente**: — Dr. José de Matos, tem a palavra.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Deputado, se é nesse sentido, só posso corroborar essa interpretação.

De facto, só posso considerar que é uma referência a uma diferença entre valores projetados inicialmente e valores verificados e não mais do que isso. Não há qualquer irregularidade na atividade da Caixa Geral de Depósitos.

Temos uma *Compliance* muito, muito forte, temos muito rigor nesse tipo de avaliação de situações e esse tipo de situação é impossível na Caixa Geral de Depósitos. Tanto quanto se pode dizer, acho que é impossível.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, queria agora perguntar-lhe quando soube que não iria continuar na Caixa Geral de Depósitos, quando soube que o Dr. António Domingues iria ser nomeado Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e quando é que teve o primeiro contacto com o Dr. António Domingues acerca da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente, sou obrigado a responder a esta pergunta, quando é que soube que não ia ser Presidente da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Essa pergunta não está sujeita a sigilo.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — É uma coisa difícil. Soube, de certeza, no dia 16 de abril — estava eu em Nova Iorque —, através de uma publicação do *Expresso* dizendo que talvez fosse isso, e não houve nenhum desmentido.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Eram três perguntas!

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Uma pergunta dessa natureza não fica com essa interpretação.

Desse ponto de vista, soube quando todos os portugueses souberam que, provavelmente, era isso que iria acontecer. Se bem me lembro foi a 16 de abril.

Verdadeiramente, soube mais cedo, mas por mim ninguém o soube mais cedo, porque o Dr. António Domingues fez o favor de me dizer que tinha sido convidado para Presidente da Caixa Geral de Depósitos. Não me disse que ia ser Presidente da Caixa nem me disse que tinha aceiteado sê-lo. Tenhamos todos os cuidados. É no contexto de uma relação normal, de uma pessoa que é responsável e é um alto quadro no setor bancário, com quem eu tinha e sempre tive relações normais no setor bancário, que soube que ele tinha sido convidado. Não estou a violar nenhum segredo de relacionamento, porque considero que foi um comportamento louvável do Dr. António Domingues.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, antes de dar início à contagem do tempo, dando eu todo o tempo para colocarem o tempo a correr, na minha intervenção levantei outra questão que julgo que valerá a pena repetir sem que o tempo esteja já a contar, que é a seguinte: quando é que o Sr. Doutor teve o primeiro contacto de trabalho com o Dr. António Domingues sobre a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — No primeiro dia em que ele me falou tivemos um contacto de trabalho. A partir dessa altura é natural que tenhamos um contacto de trabalho.

É evidente que eu não revelava a informação confidencial do que é a Caixa Geral de Depósitos a um concorrente, mais ainda com um cargo importante num banco concorrente, mas falámos da Caixa Geral de Depósitos como eu lhe falei do BPI ou de terceiros bancos. Falámos de problemas gerais do setor. Não tenha qualquer dúvida, Sr. Deputado, que não revelei qualquer informação confidencial sobre a Caixa Geral de Depósitos a ninguém.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não tenho dúvidas sobre isso, Sr. Doutor, não tenho mesmo. Mas há aqui algumas preocupações que queria deixar na primeira ronda de perguntas para que, sobretudo, o Sr. Doutor me pudesse descansar.

O Sr. Doutor disse que teve esse primeiro contacto nessa altura e que foi informado pelo próprio Dr. António Domingues que ele tinha sido convidado para presidir à Caixa.

Em primeiro lugar, queria lamentar e dizer que, do ponto de vista institucional, a atitude do Governo — e este é um comentário que o Grupo Parlamentar do PSD não deixa de fazer — é absolutamente lamentável. Mas queria dizer-lhe o que me preocupa. Há notícias e rumores de que há instituições de auditoria e até escritórios de advogados a trabalhar com o Dr. António Domingues desde fevereiro no Plano de Reestruturação da Caixa Geral de Depósitos. Sabe alguma coisa sobre isto?

Queria também perguntar-lhe quando é que começou a enviar informação classificada para o Dr. António Domingues para que ele possa começar a preparar o plano de reestruturação — fazendo fé nas notícias que têm vindo a lume, é já o Dr. António Domingues quem está a preparar o plano de reestruturação.

Pergunto-lhe ainda, se essas informações confidenciais forem prestadas ou tiverem sido prestadas, se houve algum acordo de confidencialidade com o Dr. António Domingues, assinado, de resto, ou se tudo isso tem sido feito através do acionista e é o acionista que pede essas documentações e são depois enviadas para o Dr. António Domingues?

Para terminar esta primeira ronda queria agradecer-lhe muito, Sr. Presidente, e pedir-lhe desculpa por qualquer insistência indevida da nossa parte, agradecendo também o testemunho do Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Hugo Soares.
Sr. Dr. José de Matos, tem a palavra.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — A minha relação institucional é com o acionista, como é evidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Passamos, então, ao segundo grupo parlamentar interpelante, o Partido Socialista.

Sr. Deputado João Paulo Correia, tem a palavra.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Representantes da Comunicação Social, Sr. Dr. José de Matos: A Caixa Geral de Depósitos é das maiores instituições do nosso sistema económico, é uma das instituições de maior confiança dos portugueses e tem sido, ao longo de muitas gerações, o refúgio de muitas empresas e de muitos cidadãos em momentos de crise e de instabilidade.

A Caixa é um banco em plena atividade, é o maior banco português e é também um fator de estabilidade do nosso sistema financeiro. Portanto, consideramos que esta Comissão de Inquérito é mais um ataque do PSD à Caixa Geral de Depósitos, na tentativa de fragilizar o banco público para uma futura privatização.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): - Que disparate!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): - O PSD, ao atacar a Caixa Geral de Depósitos, está a atacar um dos pilares do nosso sistema. Esta Comissão de Inquérito, determinada potestativamente pelo PSD, pretende colocar a Caixa Geral de Depósitos no centro da polémica política. E o centro da polémica política irá introduzir uma pressão sobre a atividade da Caixa que poderá provocar danos irreparáveis ao valor económico do banco.

O PS está nesta Comissão de Inquérito para defender a imagem da Caixa Geral de Depósitos, o PS está nesta Comissão de Inquérito para defender a Caixa Geral de Depósitos como banco público.

A primeira pergunta que lhe faço é se concorda que, numa linguagem figurativa, esta Comissão de Inquérito à CGD parece uma autópsia a um corpo vivo.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Sr. Deputado, muito obrigado pela sua pergunta.

Não sei se tenho tempo para ler todas as referências, tento fazê-lo, porque é importante tentar perceber o que se diz sobre a Caixa Geral de Depósitos e penso que já ouvi essa expressão, que tem algum interesse como descrição de uma situação e de uma certa impossibilidade, porque é impossível fazer uma autópsia num ser vivo. Parece que sim, que isso é verdade.

O Sr. **João Paulo Correia (PS)**: - Sem o matar...

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Isso é verdade, é um facto evidente, mas não lhe posso dizer muito mais do que isto.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia (PS)**: - Dr. José de Matos, teme as repercussões desta Comissão de Inquérito na Europa financeira, na imagem da Caixa Geral de Depósitos na Europa Financeira, no sistema bancário e no futuro da CGD?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Sr. Presidente, não sei se sou capaz de avaliar a importância e os reflexos de uma discussão num órgão de soberania do meu País sobre o que quer que seja. Não faço ideia! Não me atrevo a fazer uma avaliação sobre isso e os senhores considerariam isso, certamente, um desrespeito da minha parte para com um órgão de soberania se eu avaliasse a natureza das vossas sugestões.

Se me perguntar a minha opinião como Presidente da Caixa em relação a tudo quanto seja falado, diria que, quando se fala da Caixa, em Portugal, por qualquer razão que ainda estou para perceber — ao longo deste cinco anos tenho vindo a perceber —, toda a gente acha que pode falar da Caixa, toda a gente acha que tem sugestões a dar sobre a Caixa e sobre o que lá se passa, mas na maior parte das vezes só falam da Caixa para dizer coisas pouco simpáticas, o que me desagrada. Portanto, às vezes, prefiro que não se fale muito para que não se fale mal, muitas vezes subestimando aquilo que de muito bom se faz na Caixa Geral de Depósitos.

Se a Caixa Geral de Depósitos não fosse o que é não tínhamos mais 70 biliões de depósitos seguros na CGD, não tínhamos conseguido passar por uma crise de liquidez como passámos com a segurança com que o fizemos, não teríamos passado pela resolução de um banco que correspondia a 20% do sistema bancário português sem que tivesse havido consequências mais negativas. A Caixa teve um papel importante em todas essas alturas, não tenho a mínima dúvida, e não foi preciso falar da Caixa para ela desempenhar esse papel.

Sou muito discreto em relação à Caixa e quanto menos se falar e mais ela fizer o seu papel, tanto melhor. Às vezes é preciso falar. A Caixa é uma grande instituição e é uma instituição que também precisa de ser falada e compreendida e se esta Comissão de Inquérito ajudar a esse propósito...

Sr. Deputado, compreenda-me e não me interprete mal: eu preferia não estar aqui...

O Sr. **Presidente**: - Não é nada de pessoal!

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Não, não é nada de pessoal, mas se eu estiver aqui e isso contribuir para se perceber melhor e para se defender... Ou seja, preferia não estar aqui por ser preciso, poderia estar aqui por qualquer outra razão e não quero que haja qualquer outra interpretação.

Mas se esta for uma maneira de eu poder contribuir para esclarecer e para ajudar a que Caixa seja melhor conhecida e interpretada e ainda mais admirada pelos portugueses, fá-lo-ei com todo o gosto. Aliás, estou a fazê-lo com todo o gosto.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): - Em 2011, PSD e CDS-PP defendiam que os problemas do setor financeiro existiam exclusivamente por causa da crise económica. Para resolver a crise económica bastava mudar de Governo e, com isso, estariam automaticamente resolvidos os problemas do setor financeiro.

Esta análise, no nosso entender, e já o dissemos várias vezes, sofria de erros grosseiros: primeiro, os bancos tinham um problema sério de subcapitalização — o Dr. José de Matos já aflorou um pouco isso na sua intervenção inicial —, ou seja, os problemas dos bancos não estavam exclusivamente na economia, e depois o nosso País, e esse foi o segundo erro de análise, enfrentava, na altura, uma grave crise financeira internacional, que não teve origem no Governo português de então.

Risos do Deputado do PSD Hugo Lopes Soares.

E para agravar tudo isto, o anterior Governo PSD/CDS lançou uma violenta política de austeridade que cortou salários, cortou pensões, diminuiu brutalmente o rendimento disponível, com um enorme aumento de impostos — a carga fiscal atingiu o seu máximo histórico em 2015 e isto são factos! —, o que levou a que aumentasse o grau de incumprimento nos créditos e afetou todos os bancos, incluindo a Caixa Geral de Depósitos.

Como um dos objetivos principais do programa de ajuda externa a Portugal era consolidação do nosso sistema financeiro, a pergunta que lhe queria colocar é se acha que esse objetivo foi ou não bem sucedido, tendo em conta que o nosso sistema financeiro, desde a altura da ajuda externa, teve a resolução de dois bancos, o BES e o BANIF.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Sr. Presidente e Sr. Deputado, tenho alguma dificuldade grande em responder a essa pergunta na qualidade em que aqui estou.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Doutor, dá-me licença?

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: - Evidentemente, não quero condicionar nenhum debate nem nenhuma resposta. Numa Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. Doutor é obrigado a responder a factos; quanto a avaliações, é livre de as fazer, é um direito que lhe assiste como cidadão.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Mas a pergunta não era sobre a Caixa Geral de Depósitos? É que sobre a Caixa não sei qual era a pergunta...

O Sr. **Presidente**: - Por isso é que disse que for sobre um facto é obrigado a responder mas se for sobre avaliações...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): - O Sr. Dr. José de Matos é Presidente da Caixa e a Caixa pertence ao sistema financeiro. Ora, um dos objetivos primordiais do programa de ajuda externa era a consolidação do sistema financeiro e o senhor é das pessoas melhor colocadas para responder a esta pergunta, como é óbvio. Todos os portugueses esperam ouvir uma resposta da sua parte. O senhor está altamente habilitado e é bem capaz de saber responder.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Mantenho o que disse.

Tendo em conta a ajuda que o Sr. Presidente me dá para perceber a minha responsabilidade enquanto cidadão, como economista responsável e como Presidente da Caixa, que acompanhava o desenvolvimento que se dava no nosso País, fui acompanhando os relatórios trimestrais da troica sobre o acompanhamento feito à execução do programa e essa era uma informação que me parecia razoável e importante para ter uma visão daquilo que se estava a passar.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): - Sr. Dr. José de Matos, o financiamento externo do Programa de Assistência Económica Financeira destacou 12 mil milhões de euros para o nosso sistema financeiro. Foram usados apenas cerca de 6 mil milhões. Foi uma opção política do Governo anterior. Portugal não era Grécia, importava passar uma imagem de que não tínhamos o mesmo problema no sistema financeiro que tinha a Grécia e, portanto, quanto menos capital se metesse nos bancos mais passava a imagem e a mensagem de que não tínhamos um problema de fundo no nosso sistema financeiro e não éramos a Grécia.

Concorda que, na altura, quando se fez a capitalização da banca portuguesa, nomeadamente da Caixa Geral de Depósitos, se capitalizou pelos mínimos regulatórios?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Sr. Presidente, é uma questão de avaliação e de apreciação de decisões políticas que foram tomadas.

A avaliação da recapitalização — penso que há pouco mencionou isso — tinha implícito um reconhecimento genérico da necessidade de recapitalizar os bancos dos países periféricos que estavam negativamente afetados pelo chamado *loop* com o soberano, portanto, pela contaminação do risco soberano, e arranjou-se uma solução em que se capitalizou usando como métrica a exposição ao risco do soberano. Foi uma coisa que me surpreendeu um bocadinho mas foi uma maneira de fazer as coisas.

Fico sempre um pouco surpreendido, como economista, se é que posso exprimir um ponto de vista, quando a união monetária cria dificuldades aos Estados-membros que a fundamentam para criar outras uniões bancárias, de

mercados de capitais ou seja o que for. Mas esta é uma questão quase filosófica que talvez não possa, ou não deva, desenvolver aqui.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): - Podemos concluir que o Sr. Doutor concorda que a capitalização feita em 2012 foi não só uma subcapitalização mas foi feita pelos mínimos regulatórios e no caso da Caixa Geral de Depósitos, na altura, o Governo não foi capaz de assumir que o Estado era o único acionista da Caixa e, portanto, podia desenvolver um plano que não quis fazer.

Em fevereiro de 2012, o ex-Ministro das Finanças Vítor Gaspar disse que «a banca nacional está bem capitalizada.» Olhando para trás, não diria que estas declarações foram irresponsáveis mas, no mínimo, foram precipitadas? Em fevereiro de 2012, o Ministro das Finanças da altura dizer que a banca estava bem capitalizada?!

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Penso que aquilo que disse há pouco não foi o que o Sr. Deputado concluiu, mas é um problema de interpretação e não vou comentar as declarações do Sr. Ministro Vítor Gaspar de 2012. Estamos em 2016 e as coisas...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): - *Por não ter falado ao microfone não é possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Não consegui ouvir. Não sei se posso continuar porque não percebi o que o Sr. Deputado disse. Não ouvi.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Doutor, pode continuar a responder. O Sr. Deputado João Paulo Correia depois repetirá o que disse agora.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - O que queria dizer é que não me parece que, com os dados da altura, me compita fazer aqui uma avaliação sobre o grau de adequação da recapitalização da banca portuguesa em 2012.

Os relatórios da troica, como eu disse há pouco, eram uma base de informação que eu seguia com alguma regularidade e a que dava alguma credibilidade e eram razoavelmente tranquilos para todos os analistas nacionais e estrangeiros, pelo menos até uma certa altura.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): - Sr. Presidente, o aparte que fiz há pouco era para lembrar o Sr. Dr. José de Matos que o objeto desta Comissão de Inquérito se inicia em 2000 e, portanto, as declarações do Dr. Vítor Gaspar em 2012 cabem no objeto desta Comissão de Inquérito e não se pode furtar a responder alegando o que alegou.

Vamos à capitalização da Caixa Geral de Depósitos.

Dr. José de Matos, tem conhecimento de que troica queria privatizar a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Não, Sr. Deputado, não tinha conhecimento.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): - E tinha conhecimento de que a estratégia de Vítor Gaspar e de Pedro Passos Coelho passava pela privatização da Caixa, ou seja, apoiavam a estratégia da troica de privatizar a Caixa?

O Sr. **João Galamba** (PS): - Está no vosso Programa eleitoral! Não sei porque é que os Srs. Deputados estão fazer essa cara!

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: - Srs. Deputados, dão-me licença?

Srs. Deputados, temos alguém connosco, que, por acaso, é o Presidente da Caixa Geral de Depósitos, que deve merecer da nossa parte pelo menos o respeito que uma instituição como a Caixa merece, para além do próprio Sr. Dr. José de Matos. Portanto, agradecia que não passassem a vida a criar condições que dificultam as respostas do Dr. José de Matos.

Sr. Doutor, tem a palavra para responder ao Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Sr. Deputado, importava-se de repetir porque não sei se ouvi a última parte da pergunta.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): - Perguntei se tinha conhecimento de que a estratégia da troica de privatização da Caixa Geral de Depósitos era apoiada por Vítor Gaspar e por Pedro Passos Coelho.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Sr. Deputado, estávamos numa situação de crise muito complexa em 2011.

Em julho de 2011, quando fui convidado pelo Prof. Vítor Gaspar para presidir à Caixa Geral de Depósitos, demorei 48 horas para lhe dizer que sim porque achava que a situação do sistema bancário português era muito complexa, e prescindi de nove meses de Vice-Governador do Banco de Portugal, que também não teriam sido muito mais simples, como é evidente, mas prescindi desses nove meses para assumir a responsabilidade que assumi na Caixa Geral de Depósitos e esse aspeto nunca foi mencionado como parte do meu mandato como Presidente da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): - Como Presidente da Caixa Geral de Depósitos não estranhou, ou qual é a sua opinião, o facto de a estratégia de capitalização da Caixa, do Governo da altura, ter passado não unicamente por capital puro mas também por introduzir aqui as obrigações convertíveis em ações, os chamados CoCo, de 900 milhões de euros?

Por que é que não passou unicamente por capital puro?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, penso que vai ter de perguntar ao Governo...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas não sabe?

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Não, não sei, nem tinha de saber.

Como lhe disse, há pouco, as decisões sobre capital são decisões do acionista. Havia vários bancos a serem recapitalizados na altura e todos os bancos privados foram recapitalizados pelos seus acionistas em capital e pelo Estado com CoCo. Vários deles tiveram recapitalização com CoCo.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Mas o único público era a Caixa.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — O único público era a Caixa. O Governo português resolveu que recapitalizava a Caixa com capital e com CoCo.

É evidente que preferia que não tivesse havido CoCo, porque eles custaram 90 milhões de euros por ano, em *steady state*. Portanto, 900 milhões a 10%, quando atingiu o máximo da taxa de juro; a minha margem financeira foi sempre amputada de 90 milhões para pagar ao Estado.

Pode dizer-se, e é uma interpretação, que, quando se paga o acionista, tanto faz pagar na margem financeira como na distribuição de dividendos, mas devo dizer, com toda a franqueza, que prefiro pagar ao Estado nos dividendos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, tem a palavra.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Na verdade, para quem nos está a ouvir, estas obrigações convertíveis em ações não passam de um empréstimo que o Estado faz à Caixa Geral de Depósitos que é detida pelo próprio Estado. Qual é a lógica de pôr um Banco, que é detido pelo Estado, a pagar 90 milhões de euros de juros por ano ao próprio Estado? Qual era a vantagem disto?

Vítor Gaspar sempre foi um adepto, não o escondeu, da futura privatização da Caixa Geral de Depósitos e este aumento de capital não só com capital puro mas também com estas obrigações convertíveis em ações permitiria que um privado pudesse entrar no capital, quando estas obrigações fossem convertidas em ações.

No nosso entender, a sua resposta de há pouco, que isto não foi um bom negócio para a Caixa Geral de Depósitos — porque qualquer português percebe que isto não é um bom negócio para a Caixa Geral de Depósitos — , diz bem que havia uma estratégia política por detrás das obrigações convertíveis em ações, ou seja, dos CoCo, que levaria à entrada futura de um privado no capital da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **João Galamba** (PS): — O BANIF levou mais capital do que Caixa.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não considera também que este aumento de capital através das obrigações convertíveis em ações levou a que a DGComp passasse a intervir mais nos atos de gestão da Caixa Geral de Depósitos? Isto também não retirou alguma autonomia à Administração da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, se um processo de recapitalização envolve o ser considerado uma ajuda de Estado, com condicionalismo e com plano de reestruturação, é evidente que é mais condicionado para a gestão do que se não tiver esse plano de reestruturação. É uma tautologia. É evidente! Quer dizer, se tenho um plano de reestruturação que tenho de negociar e que é o Estado, não é a Caixa... A Caixa Geral de Depósitos não negociou um plano de reestruturação com a Direção-geral de Concorrência; o Estado negociou um acordo de reestruturação com a Direção-Geral de Concorrência, com a nossa contribuição, é evidente, e com a nossa informação e os nossos dados. Mas é evidente que condiciona.

Não estou a avaliar isto neste contexto. De vez em quando não me esqueço que sou economista e faz-me bem, sabe? Faz-me bem não me esquecer que sou economista.

Em 2012, estávamos muito longe de ter uma situação fácil, do ponto de vista de financiamento e de resolução dos nossos problemas. Estávamos mesmo bastante longe ainda em 2012.

Portanto, provavelmente foram avaliações de financiamento da economia, de estabilidade financeira... Vi os argumentos que me deram — e não tem nada a ver com o Governo português. Tenho conhecidos, amigos, colegas, interlocutores no Fundo Monetário Internacional e noutras organizações, como no Banco Mundial. Ando nisto há muitos anos, Sr. Deputado, para o bem ou para o mal, umas vezes para o bem e outras para o mal, geralmente para o mal, porque se andasse há menos tempo ainda tinha anos para aprender e assim tenho de me contentar com que aprendi para trás.

Mas eu próprio fiz essas perguntas: por que é que tem CoCo? Por que é que tem de ser fora ou dentro da linha de privatização? E o argumento mais convincente que, apesar de tudo, consegui ouvir foi esse de que estávamos

numa situação de alguma incerteza e era mais prudente sinalizar ao mercado que Portugal dispunha de recursos adicionais para fazer uma recapitalização de mais bancos ou para recapitalizar mais os bancos existentes, se fosse preciso.

Essa interpretação para um banqueiro com 32 de banco central é uma coisa que soa bem e que consigo compreender — 32 anos de banca central, porque de banco já lá vão 37, infelizmente. Percebo o argumento, mas, aí, estou como economista e não como Presidente da Caixa. Se calhar, era melhor ser só Presidente da Caixa — aliás, espero que só por uns dias — e não ser só economista.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Torno a insistir nesta questão, porque o aumento de capital à Caixa Geral de Depósitos foi de 1650 milhões de euros, 750 milhões de euros de capital puro e 900 milhões de euros em obrigações convertíveis em ações, os chamados CoCo.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Com menos capital que o BANIF!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A questão que se coloca de imediato, acho que qualquer pessoa que nos está a ouvir coloca esta questão, é por que não foram 1650 milhões de euros de capital puro e se isto não foi um mau negócio para a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, penso que já respondi a essa questão anteriormente.

Teria preferido ter capital e não ter CoCo, porque tinha encargos com CoCo e tinha margem financeira mais amputada. Já respondi. Era nesse sentido, e apenas nesse, que achei que já tinha respondido a essa questão.

Mas repito o que disse há pouco: a Caixa Geral de Depósitos foi o banco que menos recorreu a capital. É preciso perceber as coisas, acho eu, no contexto da altura em que as coisas se põem. Naquela altura, achei interessante, eu próprio, como Caixa, poder aparecer no mercado como o banco português que menos recorreu ao financiamento do Estado e ao reforço de capitais, por ser o que menos precisava.

A Caixa Geral de Depósitos, na altura, não sei se os Srs. Deputados se lembram, estava fora do mercado, não conseguia recorrer ao mercado para se financiar, de maneira nenhuma, nem no mercado interbancário, nem no mercado obrigacionista. Passado pouco tempo, a Caixa Geral de Depósitos começou a poder ir ao mercado de capitais financiar-se de novo, mesmo quando não precisava.

Defendi sistematicamente que a Caixa reduzisse progressivamente o financiamento do BCE, como demonstração da fortaleza da Caixa e do financiamento dos seus depositantes de retalho — muito mais forte e mais normal do que o financiamento por linhas de crédito do Banco Central — e, logo que possível, ir ao mercado de capitais financiar-se. E a Caixa pôde fazê-lo logo em 2013, 2014 nas chamadas obrigações hipotecárias. Considero positivo ter feito isso. O único banco que, na altura, conseguia financiar-se no mercado em obrigações desse tipo, neste momento, está a ser liquidado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Dr. José de Matos, é inacreditável que um banco como o BANIF que tinha uma quota de mercado muito inferior à da Caixa Geral de Depósitos tenha recebido da parte do Estado, por decisão do Governo, uma capitalização de 750 milhões de euros em capital quando a Caixa recebeu menos.

Última questão: a 30 de julho de 2015, o ex-Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, fez uma declaração bombástica em relação à Caixa Geral de Depósitos. Foi a segunda pedra, digamos, que o anterior Governo atirou à Caixa Geral de Depósitos. Disse, na altura, que estava preocupado por a Caixa ainda não ter feito reembolsos da ajuda pública.

Para além de esta declaração ser muito grave, o Sr. Doutor não se sentiu atacado pelo ex-Primeiro-Ministro? Falou com o ex-Primeiro-Ministro, na altura, sobre isto e sobre a situação da Caixa, atendendo a que na primeira metade de 2015, como reconheceu há pouco, foram identificadas as primeiras necessidades de capitalização? Falou com a ex-Ministra das Finanças sobre esta declaração do Primeiro-Ministro?

Esta declaração foi completamente inconsequente. O Sr. Primeiro-Ministro fez isto porque estava em plena campanha eleitoral e o objetivo era aproveitar os CoCo, as obrigações convertíveis em ações, para abrir a porta a um privado na Caixa Geral de Depósitos, ou seja, para uma futura privatização.

Estas afirmações do ex-Primeiro-Ministro são de quem sabe alguma coisa sobre a atividade da Caixa Geral de Depósitos, porque quando diz, sobre o maior banco português, sobre o banco público português, que está preocupado porque esse banco público, que é detido pelo Estado, ainda não reembolsou o próprio Estado da ajuda pública, é porque tem informação muito grave para poder dizer isto.

Pedia-lhe que respondesse a este conjunto de questões.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, posso ser muito claro em relação a isto: não costumo falar com o Governo através dos jornais e também não gostei que o Governo falasse comigo através dos jornais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra agora o Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. Deputado far-me-á um favor: já percebi que dado o tom de voz do Dr. José de Matos, às vezes, as respostas ouvem-se pior aí. Por isso, se houver algum problema, o Sr. Deputado fará o favor de o indicar.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, assim farei.

Sr. Dr. José de Matos, começo por cumprimentá-lo e por agradecer também a sua exposição inicial, que ajudará à condução dos trabalhos não só de hoje mas da Comissão Parlamentar de Inquérito na sua totalidade.

O Dr. José de Matos assumiu funções em 2011. Começaria por perguntar quais foram as linhas estratégicas definidas pela Assembleia Geral.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Da Assembleia Geral da Caixa Geral de Depósitos?

Dessa Assembleia Geral é público, mas, tanto quanto me recordo, foi uma assembleia para designação dos órgãos sociais. Nessa altura, começou a definir-se um plano estratégico revisto para a Caixa Geral de Depósitos, que enumerei há pouco em termos muito genéricos. Surpreendentemente,

quando comecei a trabalhar nisso reparei que o anterior conselho já tinha pensado em coisas muito parecidas: vender a atividade seguradora, reforçar a atividade no retalho, passando de particulares para empresas.

Aquilo que se tornou claro a partir de uma certa altura na atividade da Caixa Geral de Depósitos, e isso era, digamos, a orientação estratégica que, depois, teve de ser mais trabalhada e mais detalhada, foi claramente uma orientação para manter tudo o que é o ativo forte da Caixa e a sua tradição forte de ser um grande banco de poupança e de particulares — já era, sempre foi e vai continuar a ser — e juntar a essa vocação de grande banco de poupança e de particulares a capacidade de ser também um banco de pequenas e médias empresas.

Temos estado a fazer um trabalho nesse sentido, ou seja, orientar a Caixa para ser também um banco cada vez mais de pequenas e médias empresas, e estou certo de que isso vai ter de continuar no futuro porque é inevitável que assim seja. É isso que faz falta. Era isso que estávamos a fazer, como tentei ilustrar há pouco.

Portanto, a orientação é não perder o que é importante e bom na atividade da Caixa, que é a atividade de retalho de particulares, e juntar-lhe uma atividade forte de empresas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, antes de lhe dar a palavra, e até porque recebi algumas queixas de alguns Deputados de que há algum ruído de fundo, quando os Srs. Deputados conversam uns com os outros ou para trás, e que se ouve mal, portanto, pedia, uma vez mais, alguma contenção aos Srs. Deputados e ao Sr. Doutor que, se puder, fale mais alto.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Agradecendo a resposta do Sr. Dr. José de Matos, aproveito para perguntar se logo desde o início do seu

mandato foram colocados os problemas sobre a necessidade de capital e a necessidade de a Caixa Geral de Depósitos cumprir o rácio de capital. Pergunto se foi logo nessa primeira Assembleia Geral e se, dentro das linhas estratégicas definidas, foi logo considerado um dos pilares do seu mandato.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Como expliquei há pouco, essa atividade de identificação de necessidades de capital, nessa altura, tornou-se um exercício regular de avaliação simultânea das necessidades de financiamento, porque estávamos numa situação de muito aperto de financiamento no País, como se lembra, e de interligar essas necessidades de financiamento do banco com a sua atividade creditícia e com as suas necessidades de capital.

O que foi evidente nessa altura foi que a Caixa tinha capital suficiente para poder continuar a trabalhar nos níveis a que estava a trabalhar, até porque parte do que era preciso fazer era exatamente desalavancar o balanço, ou seja, reduzir, desse ponto de vista, necessidades de capital. Nessa altura não se pôs a necessidade de aumentar o capital.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — No entanto, pouco tempo depois, em outubro de 2011, falava-se da necessidade de recapitalização na ordem dos 2,2 mil milhões de euros, em dezembro de 2011, da necessidade de recapitalização de 1834 milhões de euros e depois, na versão do plano de *Funding and Capital Plan*, de maio de 2012, que foi enviado à Comissão Europeia, ao BCE e ao FMI, balizava-se essa necessidade de capital em 1650 milhões de euros, que, aliás, foi depois o valor da recapitalização.

A minha pergunta é se, tendo em conta que houve vários valores colocados publicamente, se optou por uma recapitalização pelos mínimos ou se a Caixa Geral de Depósitos poderia necessitar de mais capital na altura da sua recapitalização, em 2012?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José de Matos, tem a palavra.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Deputado, estamos a falar de setembro de 2011 e, do que me lembro dessa altura, a minha interpretação é que pelos valores que estava a falar as diferenças não eram significativas para a capacidade de a Caixa Geral de Depósitos desenvolver a sua atividade adequadamente, no quadro que se punha em 2011. Não vejo o valor absoluto global como um valor muito significativo e, aliás, como expliquei, esse valor foi indexado ao nível de exposição à dívida pública, porque a lógica europeia determinada pela EBA, a Autoridade Bancária Europeia, tinha a ver com a chamada proteção do sistema bancário, da exposição que o sistema bancário tinha aos soberanos e, em particular, aos soberanos dos países mais frágeis, ou seja, dos países que estavam a pedir ajuda financeira internacional. Era assim, para usar os termos da altura. Portanto, é uma lógica um bocadinho particular para determinar as necessidades de capital e não mais do que isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Optou-se, então, por uma recapitalização, enfim, de versão mista, recorrendo também a instrumentos híbridos, de 1650 milhões de euros.

O Dr. José de Matos disse, na sua intervenção inicial, que este foi, aliás, dos aumentos de capital mais pequenos que uma instituição bancária

tinha feito, comparativamente com outros bancos portugueses e europeus de dimensão semelhante. Isso quer dizer que, efetivamente, a recapitalização feita em 2012, de 1650 milhões de euros, foi feita apenas para cumprir rácios de capital e, desse ponto de vista, foi uma recapitalização pelos mínimos, não tendo havido, por assim dizer, nenhum aumento de capital para reorientação estratégica da Caixa Geral de Depósitos e para reforçar o que era a sua atividade creditícia e outra?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José de Matos, tem a palavra.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Na minha interpretação isso significa apenas que a Caixa Geral de Depósitos era o banco mais bem capitalizado da altura, um dos mais bem capitalizados — não era o único, mas era dos mais bem capitalizados da altura —, e que nas circunstâncias da altura não precisava de mais capital para executar a sua estratégia.

Estávamos perante uma situação de desalavancagem, com a economia a cair, com a procura de crédito completamente deprimida. Não havia falta de oferta de crédito, havia um problema de falta de procura de crédito, claramente, e os bancos tinham a capacidade de, com os mecanismos que estavam criados com o Banco Central Europeu, obter a liquidez. Às vezes, falamos de liquidez e de capital de uma forma um bocadinho confusa.

Nessa altura, tínhamos um problema de liquidez, que resolvemos, de uma certa forma, e os problemas de capital não eram os problemas mais complicados para a Caixa poder dar mais crédito. Se o objetivo, como presumo das palavras do Sr. Deputado, era o de dar mais crédito, podíamos dar mais crédito com o capital que tínhamos, se é essa a pergunta. Mas não havia procura de crédito para satisfazer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, pode prosseguir.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O Sr. Dr. José de Matos já respondeu a outras questões, nomeadamente sobre a utilização de CoCo para a recapitalização, deixando claro que a utilização de CoCo teve um efeito negativo na margem financeira da Caixa Geral de Depósitos, que, enquanto Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, preferiria uma recapitalização por subscrição de ações — pelo menos, que os 1650 milhões de euros fossem de injeção direta e não através de dívida convertível em capital. Mas além desse impacto negativo que houve na margem financeira pode ter havido outros impactos negativos pela opção do Governo em utilizar instrumentos como os CoCo, nomeadamente o facto de a DGComp ter assumido ou ter reconhecido uma ajuda estatal nesta recapitalização.

Ora, se o Estado é o único acionista da Caixa Geral de Depósitos, poderia não ser uma ajuda estatal, mas uma das razões da DGComp para considerar esta recapitalização uma ajuda estatal foi exatamente a utilização de CoCo.

A pergunta que gostaria de deixar é se o facto de ter sido considerada uma ajuda estatal trouxe também impactos para a Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente na autonomia da sua gestão e em restrições comportamentais que daí advieram.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José de Matos, faça favor.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Como é que hei de responder-lhe a esta questão?

Nas circunstâncias que vivíamos na altura, as exigências do Plano de Recapitalização não foram preocupantes para a margem de manobra de

decisão que a Caixa teve. Não me senti constrangido. É evidente que havia um constrangimento, mas era no sentido da orientação estratégica que era preciso fazer, o que se fez quando se negociou o Plano de Reestruturação.

É evidente que é melhor ter toda a decisão estratégica no nosso lado, é sempre melhor, e não vão ouvir-me dizer que é preferível ter um plano de reestruturação do que não ter. É evidente que é melhor não ter um plano e ter toda a capacidade estratégica totalmente nas mãos do acionista e da Administração da instituição, mas diria que o que se conseguiu desse Plano de Reestruturação, em concreto, foram condicionamentos que iam muito na linha daquilo que tanto eu, pessoalmente, como o Conselho a que pertencia considerávamos desejável que fosse feito na altura: a desalavancagem, a desalavancagem de ativos em setores que iriam necessariamente precisar de reduzir a exposição. Estamos a falar da construção e da promoção imobiliária, do *project finance* no estrangeiro, etc.

Portanto, diria que teria feito o mesmo, em todas essas áreas que fomos forçados a congelar ou a não fazer novas operações, mesmo que não tivesse um plano de reestruturação. Francamente, teria feito o mesmo, porque acho que foram coisas em que se foi longe demais no passado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Já nos falou um pouco sobre o cenário do plano de negócios que resulta desta recapitalização, nomeadamente sobre o desvio entre expectativas e aquilo que depois foi confirmado, mas a questão inicial é saber quem realizou este primeiro plano de negócios: a Caixa Geral de Depósitos exclusivamente ou em relação também com o Banco de Portugal e com o seu acionista? A quantas mãos foi feito este plano de negócios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José de Matos, tem a palavra.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente deixe-me ver quantas mãos: talvez 14 — sete membros da Comissão Executiva da Caixa vezes dois — para o fazer e mais os membros do Conselho de Administração não executivos para o aprovar. Foi um plano feito pela Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O desvio — e aqui, com o mesmo sentido com que foi utilizado na sua intervenção inicial — que resulta entre as expectativas, ou o cenário base do plano de negócios, e depois a realidade leva a uma nova exigência e a uma nova necessidade de capital.

O Dr. José de Matos diz que, no primeiro semestre de 2015, o Governo, enquanto representante do acionista Estado, estava ciente dessa nova necessidade de capital, da agudização dessa necessidade e da degradação de capitais próprios da Caixa Geral de Depósitos. A pergunta que lhe coloco é se o Governo, no primeiro semestre de 2015, começou a discutir algum plano de recapitalização para ultrapassar estas dificuldades.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Como tive oportunidade há pouco de explicar, desde a identificação das necessidades que foram sendo progressivamente mais evidentes e em montante mais elevado; as necessidades iniciais eram relativamente pequenas e foram-se tornando maiores. Não estamos a falar dos mesmos valores ou das mesmas

necessidades em abril ou março de 2015 e em setembro ou dezembro de 2015.

Foi um crescendo evidente porque, como já expliquei, a maior parte das necessidades adicionais resultaram de exigências regulamentares adicionais. Tivemos uma decisão dos reguladores, que, penso, foi-nos comunicada em fevereiro de 2015 mas referia-se ao final de 2014, na sequência do *comprehensive assessment*; depois tivemos decisões que foram preparadas ao longo do verão para serem concretizadas na decisão do final do ano pelo BCE e as decisões do Banco de Portugal já no último dia do ano ou muito próximo disso. Portanto, essas exigências foram sendo conhecidas ao longo do ano.

Mas se me está a perguntar se tive uma conversa permanente, franca, com o acionista no Governo anterior sobre as necessidades de capital à medida que elas foram sendo necessárias, é evidente que sim, tal como fiz com este Governo, quando ele assumiu funções e lhe chamei a atenção para as necessidades de capital. Foi assim que fiz com o Governo anterior e foi assim que fiz com o Governo atual, não há nenhuma diferença desse ponto de vista, mas a escala e o tipo de problemas com que estávamos defrontados era ligeiramente diferente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Não se compreende, por isso, a suposta surpresa do anterior Primeiro-Ministro, em julho de 2015, sobre a situação da Caixa Geral de Depósitos, porque tinha conhecimento da sua situação e destas exigências de capital.

O que se deve perguntar é se não podendo haver lugar a surpresas fingidas, houve lugar à ação efetiva do Governo. Ou seja, perante estas

exigências, o Governo, o acionista Estado, disponibilizou-se a fazer algum tipo de reforço de capital, por exemplo, convertendo os CoCo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José de Matos, tem a palavra.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Pensava que sobre essa matéria já tinha dito o que era mais relevante.

O início da identificação das necessidades de capital não é um plano de capital imediato. O que acontece é que, com as necessidades de capital que começavam a ser identificadas nessa altura, mais tarde ou mais cedo, durante o ano de 2015 — provavelmente cedo do que tarde —, seria de começar a pensar num plano de capital, e durante o ano de 2016 seria preciso concretizar um plano de aumento de capital, tal como está a acontecer agora.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Voltando à recapitalização de 2012, o Governo, perante a necessidade de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, exigiu alguma auditoria à Caixa para perceber de onde é que vinham os problemas que levavam a essa necessidade de recapitalização? Exigiu alguma auditoria para, enfim, auditar a qualidade dos créditos e das suas garantias ou das participações financeiras da Caixa Geral de Depósitos e os resultados que daí advieram?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José de Matos, tem a palavra.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, se calhar, há pouco, não tive tempo de entrar no detalhe.

Em 2011 e 2012, tivemos vários exercícios detalhados, feitos para o conjunto do sistema bancário português, não foram exercícios específicos na Caixa Geral de Depósitos, para avaliar a qualidade do crédito, de carteiras específicas de crédito, de áreas específicas da atividade do crédito, conduzidos pelo Banco de Portugal e encomendados a auditores diferentes dos auditores que habitualmente nos acompanhavam. Isso aconteceu com a Caixa e com todos os outros bancos.

A recapitalização é uma coisa que, obviamente, é feita pelo acionista, mas que o supervisor conhece e interpela. É das coisas mais importantes que é acompanhada pelo supervisor: saber se os bancos estão bem apetrechados de capital para poderem suportar perdas em resultado da sua atividade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sabemos que, em 2011, houve várias auditorias, nomeadamente o programa especial, mas também sobre o risco imobiliário e o risco de crédito, que foram existindo ao longo dos outros anos. Mas agora, em 2016, sobre a atual necessidade de recapitalização, ouvimos o PSD dizer que quer saber tudo o que aconteceu para trás na Caixa Geral de Depósitos. Afinal, em 2012 houve uma necessidade de recapitalização e parece não ter havido nenhum momento particularmente dramático com essa necessidade. Sabemos agora que durante esses anos tem havido uma série de auditorias ao risco de crédito e a outros riscos por parte da Caixa Geral de Depósitos, e é por isso é que se colocava a questão.

Mas, porque o meu tempo na 1.^a ronda já terminou, a questão que gostaria de colocar ao Dr. José de Matos tem a ver ainda com uma restrição comportamental que foi colocada com o Plano de Reestruturação, relacionada com o facto de a Caixa ficar proibida de pagar dividendos ou cupões. Houve a notícia de que foram pagos dividendos. Suponho que

quando, na imprensa, apareceu «dividendos» estariam a falar de juros sobre dívida subordinada, através da filial nas ilhas Caimão. Gostava que pudesse explicar por que é que eles foram pagos poucos dias depois de ser feita a recapitalização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — É uma pergunta muito detalhada, Sr. Deputado, e não tenho a certeza se tenho a informação de detalhe para lhe responder.

De facto, o programa de recapitalização e o Plano de Reestruturação tinha esse tipo de restrições, mas, porque a Caixa não tinha qualquer dificuldade financeira nem qualquer dificuldade de liquidez para reembolsar e pagar os encargos que tinha com as suas emissões de dívida, a Caixa pagou e isso deu origem a um incidente específico com a Direção-Geral de Concorrência que foi resolvido, depois, por decisão pacífica dessa Direção-Geral. Tanto quanto me lembro agora do detalhe — não me pergunte em que data foi e exatamente o que foi —, foi um assunto resolvido sem qualquer dificuldade.

O que fizemos, para não haver qualquer dúvida, foi pagar os juros que eram devidos em obrigações emitidas por nós. Causava imenso constrangimento à nossa gente da Sala de Mercados e aos nossos financeiros a ideia de que não pagaríamos uma dívida emitida por nós. Era como se não pagássemos juros dos depósitos a prazo dos nossos clientes em Lisboa, em Freixo de Espada à Cinta, em Faro ou noutra qualquer.

É uma coisa constrangedora para um banco como a Caixa não pagar os seus encargos. Isso criou uma certa dificuldade. Houve um pagamento e isso gerou um problema, que, depois, foi ultrapassado e resolvido sem qualquer dificuldade. Estamos a falar de um valor relativamente menor.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, quero cumprimentar o Sr. Dr. José de Matos e dizer que compreendemos bem a frase que disse a certa altura desta audição sobre o facto de preferir não estar aqui, embora tivesse toda a disponibilidade, e isso é evidente nas respostas.

Compreenda que, a partir do momento em que a Caixa é sujeita a um processo de instabilidade permanente, com fugas de informação por fontes oficiais, melhor é que a democracia, através dos mecanismos que tem disponíveis, promova o esclarecimento público e possa, assim, tranquilizar — porque acho que esse deve ser o objetivo de todos — os portugueses, quer enquanto contribuintes, quer enquanto depositantes da Caixa Geral de Depósitos, sobre a situação do Banco. Isto porque a Caixa andar ao sabor de uma agenda de fugas de informação por fontes oficiais é algo indesejável e prejudicial para a sua estabilidade.

Nesse sentido, a intervenção inicial que fez é muito útil, porque permite, de uma forma transparente, mostrar aquilo que, para nós, é positivo, ou seja, que a situação da Caixa é muito positiva do ponto de vista da sua atividade, enquanto instituição financeira, e que, naturalmente, as necessidades, designadamente de capital, estão fundamentadas e não surgem de nenhuma circunstância irregular, inesperada ou surpreendente. E estão fundamentadas no contexto em que a atividade da Caixa tem sido desenvolvida, a que todo o sistema financeiro tem estado sujeito e a que a economia portuguesa e europeia têm, obviamente, também estado sujeitas.

Queria tentar seguir uma lógica cronológica e começar pelo seu início de funções. Já aqui foi colocada pelo Sr. Deputado Moisés Ferreira a questão

da missão e da definição que foi feita da mesma pelo acionista na altura em que a equipa de gestão presidida pelo Sr. Doutor assumiu funções. Isso encontra aqui também nos dados que nos trouxe alguma expressão relevante, designadamente no apoio a PME. É a única área em que o saldo é favorável ao crédito concedido a este setor, todas as outras se reduzem, em termos de nova concessão *versus* reembolso. Nas PME é ao contrário e, portanto, isso concretiza algo que, como disse, muita gente que fala sobre a Caixa, normalmente diz, ou seja, que a Caixa deve ser um banco favorável ao tecido económico nacional que assenta muito em PME. Essa é uma das coisas que normalmente se diz sobre a Caixa, mas aqui vê-se que tem concretização.

Pergunto se isso representa algo que foi um objetivo definido e que respeita também a opinião do acionista e a execução da equipa de gestão e se a mesma coisa se aplica à questão das participações financeiras, porque isso é uma alteração substancial na gestão da Caixa enquanto instituição financeira.

Não há um contínuo, sem alterações. Quer dizer, há aqui questões que são conjunturais e questões de manifesta intervenção da gestão no sentido de alterar práticas que vinham de trás. Identifiquei estas duas, a das PME e das participações financeiras. O que pergunto é se isso corresponde a uma redefinição da missão que foi feita no início do mandato, se corresponde a uma identificação entre a visão do acionista e a da equipa de gestão, se foram orientações dadas ou se foram ações da equipa de gestão sem que, para isso, tenha recebido instruções ou diretrizes do acionista.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, em relação às duas questões, quer uma, quer outra,

resultaram de orientações estratégicas definidas pela gestão, em cumprimento de orientações estratégicas que, obviamente, correspondiam a uma orientação acionista também.

Vou-lhe explicar até pela ordem contrária: a redução das participações financeiras era, como acho que disse na minha intervenção escrita, uma exigência do Memorando da troica, chamemos-lhe assim em vez de Programa de Ajustamento Económico e Financeiro. Era uma exigência desse Programa e era uma orientação que tinha concordância plena da equipa de gestão da Caixa Geral de Depósitos, a começar por mim, sem qualquer sombra de dúvida.

Um banco comercial tem de ter as mãos completamente livres para gerir o crédito como deve ser e não ter participações financeiras a atrapalhar e a condicionar essa concessão de crédito com outro tipo de critérios.

Não vou, sequer, enumerar, até porque não é boa ideia estar a falar de casos concretos que me levavam a violar o segredo e não gostaria de o fazer, mas todos somos capazes de imaginar uma quantidade de casos que deixariam a Caixa Geral de Depósitos nesta altura numa situação absolutamente impossível se tivesse continuado a seguir esse caminho, do ponto de vista das participações financeiras. Aí, era uma orientação do chamado Memorando da troica, uma orientação estratégica: proibição de participações financeiras, em particular participações financeiras noutros bancos, o que devia ser estritamente proibido. Espero que alguma vez, se é que já não é, seja estritamente proibido um banco ter participações financeiras noutros bancos que sejam de outros grupos. É evidente que temos participações, e várias, nas unidades que são do Grupo Caixa.

Em relação à concessão de crédito às PME, essa orientação, como lhe disse, ao nível das orientações que estavam escritas, até já estava na orientação estratégica da Caixa, mesmo anteriormente a 2011. Já lá estava escrito e era uma orientação desejável e bem intencionada.

Em 2011, quando olhámos para o plano estratégico, reforçámos essa ideia, não a abandonámos. Em 2013, quando, no meu segundo mandato, uma segunda equipa de gestão tomou posse, recebemos uma chamada Carta de Missão do acionista — gosto de falar de tudo, não só de algumas coisas —, que verdadeiramente, para aquilo que era a orientação estratégica com que estávamos a trabalhar, podia considerar-se dispensável. Mas o acionista achou bem e útil reforçar essa orientação à gestão da Caixa falando na Carta de Missão.

A Carta de Missão não tinha mais nada do que o que lhe disse há pouco: ter um banco de famílias, um banco de crédito a particulares e completá-lo, reorientá-lo, dar mais peso e mais força ao crédito às empresas, com umas exigências quantificadas que obviamente iam na boa direção, mas que *a posteriori* se constatou que eram incumpríveis. Isto porque a maneira de a Carta de Missão formular objetivos quantificados era, e, a meu ver, bem, ligar esses objetivos ao plano de financiamento e de capitalização que estava em vigor naquela altura e que previa um determinado desenvolvimento, até 2017, e que era, por coincidência ou não, o mesmo *Funding and Capital Plan* que tinha servido de base para a elaboração do Plano de Reestruturação com a Direção-Geral de Concorrência em Bruxelas.

Portanto, havia, digamos, uma consistência de leitura da situação de partida e uma consistência de cenários futuros que permitia que esses valores fizessem algum sentido. O que a realidade veio a demonstrar foi que, tal como não foi possível cumprir integralmente, em termos de resultados, o Plano de Reestruturação, porque a economia não foi aquela que estava prevista, a Carta de Missão, no aspeto do crédito às empresas, também não conseguiu atingir aqueles níveis quantificados que estavam previstos.

Aí está um assunto que regularmente tive oportunidade de reportar ao Governo: em que estado é que estávamos em matéria do cumprimento do objetivo da Carta de Missão. Francamente, o que dizia ao Governo era: «Sr.

Acionista, o que estamos a fazer está na direção certa, como presumo que está na direção certa o que a Caixa vai continuar a fazer no futuro, a partir de agora, mas não conseguimos atingir esses objetivos quantificados; não temos economia para isso. Temos banca, liquidez — na altura, até tínhamos capital —, mas não temos economia para isso.»

Portanto, a economia portuguesa e europeia não estava com um grau de recuperação suficiente para que essas necessidades, essa procura de crédito se manifestasse. É evidente que há um efeito recíproco, pois o crédito bancário também ajuda a que essa recuperação aconteça, não estou a ignorar isso. É evidente que é assim, a teoria económica ensina isso — não o estou a esconder —, mas é preciso que haja alguma consistência. Não tínhamos ainda dinamismo macroeconómico suficiente, que foi progressivamente aparecendo. Esse desenvolvimento macroeconómico foi progressivamente aparecendo e a concessão de crédito a PME acabou por surgir.

Em qualquer dos casos, devo dizer-vos, Srs. Deputados, que, para quem é muito da política económica, como eu sou, o facto de haver uma carta de missão ou uma orientação estratégica definida dessa maneira tem um efeito de sinalização em si mesmo. O facto de termos dito ao mercado, de a Carta de Missão ter sido publicada no nosso *site* no dia em que foi aprovada e estar na nossa *intranet* todos os dias desde essa altura, leva a que os nossos funcionários e nossos comerciais sejam postos todos os dias perante ela. É como ter um *mission statement*: sabemos qual é o sentido, sabemos qual é o caminho; sabendo-se que já não se vai atingir aquela quantidade, sabe-se, de qualquer maneira, que é isso que tem de ser feito.

É como se tivéssemos permanentemente uma bússola que tem uma agulha bem dirigida e sabemos qual é o norte e qual é o caminho. O caminho está certo; se chegamos lá mais depressa ou mais devagar não depende só de nós. Não tínhamos economia na Europa, e tanto não tínhamos que definimos isso em 2013 e em 2014 o BCE tomou as decisões mais drásticas que alguma

vez foram tomadas em matéria de política monetária, em termos de expansionismo de política económica, porque a economia europeia não arrancava. E vamos ter mais disto durante mais tempo. É assim!

Mas há um aspeto que o Sr. Deputado não mencionou e que está muito ligado ao crédito às PME, a que também demos muita importância na altura e até já estávamos a dar. Trata-se da importância que estávamos a dar ao capital de risco e ao empreendedorismo, à tentativa de encontrar instrumentos para apoiar as empresas em matéria de capital. É que um dos grandes dramas que temos é a necessidade de reforçar o capital das empresas.

A maior parte das pessoas que ouço falar sobre isso, às vezes, diz coisas parecidas com isto: «vou emprestar dinheiro às empresas para fingir que elas têm capital, e isso não é capital». Ou, se quisessem parodiar ainda mais, alguém terá dito: «vou contrair um grande empréstimo para reestruturar a minha dívida toda.» Verdadeiramente não se limpa a situação.

Temos um problema de sobre-endividamento das empresas portuguesas, um problema que se arrasta há muito tempo, está identificado e toda a gente reconhece que ele existe. É preciso desalavancar, mas a desalavancagem do setor bancário, o dual desse problema, o outro lado dessa questão, é a desalavancagem das empresas que precisam de reduzir a sua dívida e precisam de ter mais capitais próprios. Isto é uma introdução para dizer que nós, numa certa altura, tentámos criar produtos que permitissem às empresas terem quase capital. Concebemos uns produtos que eram quase capital, ou seja, uns empréstimos, uns *equity loans*, se quiserem usar o jargão, a cinco anos, que se converteriam em capital automaticamente e seriam reembolsados quando os negócios que eram financiados com esse capital permitissem o seu reembolso, tornando-se capital permanente na empresa.

Tivemos dificuldades quer com o desenho dos produtos quer com a reação das empresas. É que nós não vivemos no vácuo, vivemos numa

economia concreta. Uma coisa que percebemos, por exemplo, foi que para ter empréstimos desses que eram quase capital era preciso conceder o empréstimo, e nós tínhamos essa atividade muito sedeadada no nosso Caixa Capital, que é a nossa unidade que dedica mais atenção ao empreendedorismo e tem feito um imenso trabalho com *startups*, de norte a sul do País, que está gora envolvida no *Web Summit*, em Lisboa, porque é uma matéria de grande interesse. Na verdade, não mexe o ponteiro, deixem-me ser franco; a economia portuguesa não é tão grande assim mas essas iniciativas são pequenas do ponto de vista do quantificado. Porém, é muito importante que haja alguém que esteja a dar capital, a emprestar, a proporcionar capital a pequenas iniciativas.

Desculpem-me se me entusiasmo um bocadinho com isto mas estive em sessões dessas e fiquei francamente entusiasmado. Ter um PHD de medicina ou de biologia a tentar explicar a investidores que tem uma grande ideia e que era preciso arranjar capital para isso é uma coisa que é reconfortante. Tradicionalmente, não tínhamos, em Portugal, empresários com essa formação, com esse tipo de preparação e com essa vontade de concretizar ideias.

Assim, criámos sistemas de apoios específicos para aceleradores de *start ups*, que estão a funcionar em Lisboa, no Porto, em Braga e estão fazer um trabalho útil. Mas é um trabalho que sabemos que é pequeno, pois se em 10 ideias tivermos 2 que se concretizem temos de estar preparados para que 8 falhem. E se falharem 8 ideias, elas falham mas não é desgraça nenhuma! Elas falharam porque alguém teve ideias e quis tentar concretizar uma coisa; se falha ali, o que temos é que lhe dizer que vá fazer outra, noutra sítio: «mostre-nos que é capaz de fazer outra coisa».

Dedicámos muita atenção a essa atividade e temos tido um reconhecimento grande, quer do Governo anterior quer do atual, da importância e da relevância desse tipo de trabalho.

Portanto, nessa área da reorientação estratégica, acho que foi feito algum trabalho, mas é das tais coisas que referi na introdução que é preciso algum tempo para produzir resultados.

Dar um crédito de 1 milhão a uma empresa PME é mais difícil do que dar um crédito de 100 milhões a uma grande empresa, e 100 milhões de crédito a uma grande empresa têm um impacto económico muito rápido. Portanto, na prática, não podemos escolher entre umas e outras; na prática, temos de apoiar as várias empresas do tecido empresarial português na medida das suas necessidades e na medida das nossas capacidades.

Temos tido liquidez e capital para podermos fazer as duas coisas, mas para fazermos muito mais precisamos de mais capital. Portanto, é preciso ser claro: não iludo a questão de a Caixa precisar de mais capital; provavelmente, não precisa de muito, muito capital para fazer um bom bocado mais, mas precisa de ter mais capital, e precisa de ter uma margem de manobra.

Não temos os problemas do nosso balanço todos resolvidos. Uma coisa é ter feito uma grande limpeza no nosso balanço, outra coisa é ainda termos de recuperar créditos; os créditos não estão todos recuperados e alguns têm de ser tratados. Mas são créditos que estão na nossa carteira, têm de ser recuperados e vão sê-lo.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): - Sr. Presidente, Sr. Doutor, saúdo o seu entusiasmo. Só espero que seja possível continuar este rumo. É por isso mesmo — da parte do CDS isso é evidente — que faz sentido ter um banco público, para poder fazer essa diferença não só naquilo que é a atividade bancária tradicional, com a proximidade que a Caixa tem e a importância que tem a marca Caixa na proximidade aos portugueses, mas

também para poder ir mais longe nestes projetos ambiciosos, designadamente naquilo de que estava a falar há pouco, que eu não referi, e ainda bem que o pode mencionar, que é a questão do capital de risco, que, obviamente, para outro tipo de instituições financeiras é menos atrativo ou é menos possível de desenvolver.

Queria colocar algumas questões concretas sobre o Plano de Reestruturação inerente à recapitalização de 2012. Penso que quanto aos recursos humanos se chamava — ou chamou, não sei se está concluído— Plano Horizonte. A primeira pergunta é se, no âmbito desta reestruturação, a Caixa fez algum despedimento.

O Sr. Presidente: - Sr. Dr. José de Matos, tem a palavra.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Sr. Presidente, Sr. Deputado, o Plano Horizonte é um plano de reformas antecipadas que é posterior. O nosso Plano de Reestruturação inicial previa um movimento natural da população trabalhadora da Caixa, ou seja, como tínhamos uma população que não era tão nova assim, naturalmente, ela iria saindo e havia algumas reformas antecipadas, mas não eram ativamente promovidas, eram mais ao menos ao ritmo natural dessa população trabalhadora. E isso bastava para cumprir. Verdadeiramente, por estranho que pareça, isso bastava para satisfazer as exigências da DGComp na altura.

O que percebemos no início do ano passado, em fins de 2014, princípios de 2015, foi que, de facto, no plano, os *drivers* de rentabilidade estavam insuficientes e era preciso puxar um bocadinho mais. Tínhamos estado a fazer um controlo de custos razoável, muito superior, certamente, àquele que foi o controlo de custos noutros setores da economia pública deste País, mas estes custos estavam a ser controlados e isso não chegava.

O que fizemos — e lembro-me perfeitamente de ter apresentado isso em Frankfurt aos nossos supervisores — foi que achámos que precisávamos de acelerar um bocadinho a saída das pessoas, mas não fazer as saídas desarticuladas de uma reorganização de rede. Ou seja, criámos um programa que foi simultâneo e síncrono entre acelerar as saídas dos que pudessem sair por reformas antecipadas e ao mesmo tempo redimensionar a rede de agências e de gabinetes de empresas, de modo a que, continuando a prestar o serviço necessário à população e às empresas, pudéssemos ter menos custos e menos unidades.

Devo dizer que funcionámos sempre segundo um princípio, que penso que não está escrito, porque perguntei por ele e acho que nunca ninguém o viu escrito em lado algum, que é uma espécie de acordo de serviço público no sentido de não fechar nenhuma agência numa sede de concelho. É evidente que isto deixa a Caixa tributária de uma reforma administrativa que o País tenha a qualquer momento, mas é assim.

E aquilo que pudemos fazer foi reduzir o número de agências, especialmente, porque o número de gabinetes de empresas tinham de ser mantidos ou até aumentados, porque estávamos exatamente a querer aumentar o apoio às empresas, sem pôr em causa o princípio de pelo menos uma agência por concelho, geralmente na sede do concelho, e na maior parte dos concelhos com muito mais do que uma agência.

Portanto, esse era um exercício complexo, que gerou de vez em quando uns quantos mal entendidos, uns quantos aborrecimentos a nível de autarquias locais, porque gostavam de ter a Caixa presente e não têm, mas isso é inevitável. Não é possível fazer a reestruturação da banca portuguesa, e também a reestruturação da Caixa Geral de Depósitos, sem reduzir a presença física, porque temos as novas gerações que só vão ao banco uma vez de vez em quando, se tiverem um crédito à habitação ou uma coisa parecida, pois usam a banca digital.

Essa transformação tem de ser feita e está a ser feita e, portanto, as agências são cada vez menos importantes, mesmo naquilo que é a clientela supostamente tradicional da Caixa. É que não se iludam: a Caixa tem uma clientela muito tradicional, por vezes com poupanças bastante surpreendentes para aquilo que as pessoas podiam estar à espera e que precisam de ter também uma Caixa tal como ela é, mas juntamente com essa temos a Caixa dos universitários, de gente muito nova. Estamos a tentar captar muitos clientes nas universidades e temos conseguido; temos acordos com várias universidades para tentar captar esses clientes.

Tudo isto para dizer que estamos num processo a que chamámos Transforma, que era o lado da transformação das agências e da organização física do banco, juntamente com a redução dos efetivos, que era o famoso Plano Horizonte.

O Plano Horizonte, como é evidente, porque envolve algumas reformas antecipadas, tem custos no curto prazo. É que temos de reconhecer imediatamente alguns custos com as reformas antecipadas. No ano passado, reconhecemos 65 milhões de euros de custos de 2015, pelas saídas que já tinham ocorrido em 2015 e algumas das que estavam para ocorrer em 2016. Isto não quer dizer que seja a totalidade do custo envolvido, provavelmente esses custos terão de ser ajustados às verdadeiras saídas, mas num processo que é gerido pela gestão da instituição.

Abrimos um processo de aceleração de reformas antecipadas mas não é um plano de adesão, é um plano em que as pessoas se manifestam disponíveis para sair e sairão ou não consoante as vantagens para a organização de ajustar os seus efetivos, de sair aqui ou ali. Ainda recentemente, ou porque essas reformas são muito caras ou porque as pessoas fazem mesmo falta, recusámos pedidos. Portanto, isto é uma coisa em que há um poder de decisão discricionário por parte da gestão.

Mas para responder à sua pergunta, e se ainda me lembro dela, sobre despedimentos na Caixa Geral de Depósitos, devo dizer que não houve nenhum durante cinco anos.

E não só não houve despedimentos como houve outra coisa. Os Srs. Deputados desculpar-me-ão mas não ando a falar nos jornais habitualmente e aqui é um belo sítio para explicar aos Srs. Deputados o que estivemos a fazer. Assim, direi que a Caixa viveu num contexto muito difícil, o que já mencionei, e a sujeição da Caixa Geral de Depósitos ao Orçamento do Estado foi a decisão mais negativa que foi tomada sobre a Caixa, não tenho dúvidas nenhuma em afirmá-lo. Aceito-o como temporário, aceito que nalguma altura, num contexto de um programa de ajustamento, isso tenha sido possível, mas logo que possível era conveniente, de facto, retirar a Caixa Geral de Depósitos da disciplina do Orçamento do Estado. E posso explicar: como é evidente, trata-se de um banco em concorrência e não podemos ter um banco em concorrência com incentivos comerciais e não ter os instrumentos para remunerar as pessoas de acordo com uma atividade comercial que elas exercem.

Ainda me lembro, e desculpem-me o exemplo, acho que foi em dezembro de 2012, que a Caixa estava proibida de pagar o subsídio de Natal e houve um banco, que já não existe no mercado e que caiu em cima do balanço de todos nós, que, no início de dezembro, resolveu dar mais um subsídio de Natal, não só o que as pessoas já tinham recebido mas mais um, para incentivar os seus funcionários. Imaginam como é que uma coisa destas afeta o «moral das tropas» num banco como a Caixa, que estava impedido de ter subsídio de férias e de Natal?!

É muito difícil gerir uma instituição nessas circunstâncias, mas, mesmo assim, o grau de consciência e de envolvimento com a instituição dos trabalhadores da Caixa conseguiu evitar que isso se enraizasse e se tornasse ainda mais negativo. Foram períodos relativamente difíceis.

É muito importante que a Caixa tenha os seus trabalhadores em concorrência. Temos um acordo de trabalho negociado com os sindicatos e estou deseioso que a Administração da Caixa possa voltar a negociar um acordo de empresa com os seus trabalhadores. É fundamental!

Tive pena de não ter um acordo de empresa para negociar, mesmo que fosse para cortar custos ou para dizer: «Precisamos de cortar custos. Como é que a gente negocia isto?». Não tive oportunidade, a vida é o que é, as circunstâncias foram o que foram, mas foi pena não ter tido essa oportunidade.

Mas, mesmo assim, num contexto de um exercício habitual de análises de sustentabilidade da instituição em que fazíamos um inquérito ao clima social da empresa, devo dizer-vos que tivemos resultados espetaculares. Em junho ou julho do ano passado, em pleno verão, e já tínhamos passado por quatro anos difíceis, fazer ou não fazer esse inquérito foi das decisões difíceis de tomar, dadas as circunstâncias difíceis em que os trabalhadores da Caixa e todos nós temos vivido. A decisão que a gestão da Caixa tomou na altura foi a de fazer o inquérito ao clima social e os resultados foram espetaculares

Os trabalhadores da Caixa não deixaram de dizer aquilo que achavam que estava muito negativo. É evidente que não podiam dizer que estavam contentes por terem os seus salários congelados ou dependentes do Orçamento do Estado, não estavam contentes com algumas coisas, mas em todos os pontos que significavam identificação dos trabalhadores da Caixa com a sua instituição e com os seus objetivos houve declarações comoventes. É o mínimo que vos digo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. José de Matos, não me leva a mal que o facto de pôr esse entusiasmo nas

respostas seja contagiante. Devo dizer-lhe que é impressionante, para quem está na situação em que o Sr. Doutor está, a forma como defende a instituição e os seus trabalhadores. É, de facto, digno de nota e de registo. É muito bom perceber exatamente isso.

Respondeu a quase todas as questões que tinha sobre esta matéria. Ia perguntar sobre critérios, sobre custos, mas já foi respondendo sobre isso.

Assim, queria perguntar sobre o ponto da situação do plano relativo a recursos humanos e a agências. Sendo essa a orientação, neste momento, é um plano que está em curso e necessita de ser terminado? É um plano que está terminado? Ou foi insuficiente e é necessário um novo plano de reestruturação ao nível dos recursos humanos e ao nível das agências?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, com toda a franqueza, dir-lhe-ei que é preciso continuar e fazer um pouco mais, porque não chega.

Não há economia para tanta banca neste País. É assim a vida. Não há! Os bancos, todos eles, vão ter de encolher, vão ter de se reduzir e na Caixa também tem de haver uma redução. Aquilo que fizemos penso que foi um bom princípio nesse sentido, mas vai ter de continuar. A próxima gestão, tenho a certeza, vai ter de continuar a fazer isso, provavelmente até a um ritmo mais acelerado, se quiser ter resultados mais cedo. Mas vai ter de continuar a fazer.

Mas isso não é um problema português, sequer, é um problema europeu, como estávamos a ver. Quer dizer, a gente nova não usa agências bancárias, pura e simplesmente, usa os serviços bancários mas não as agências. É outro tipo de banca que se está a fazer e a Caixa tem muitas

capacidades nessa área, ao contrário do que as pessoas, às vezes, podem imaginar.

A Caixa Geral de Depósitos, no ano passado — dei este exemplo numa reunião internacional onde estive e as pessoas ficaram um bocadinho surpreendidas, não é nada de especial mas é algo que nem todos os bancos conseguiam fazer e agora já estão a fazê-lo —, conseguiu fazer a chamada abertura de contas nas universidades com novos clientes, que é um dos exercícios que fazemos todos os anos e será feito daqui a uma semana ou duas de novo, só com meios eletrónicos. Os estudantes que se tornaram clientes da Caixa naquele exercício conseguiram, se quisessem fazê-lo, ao fim de uns minutos, com *tablets*, para não usar uma marca particular, sair a fazer operações no Caixa Direta, que é o nosso sistema de *Web Banking*, o que é muito importante e representativo.

Gostava de dizer ao Sr. Deputado que não se admire com o meu entusiasmo...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não me admirei, admiro-o!

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: —... e que, mesmo nesta altura, não tenho nenhum problema com o deixar de exercer funções na Caixa Geral de Depósitos. Estou muito orgulhoso daquilo que fiz, não tenham dúvidas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O único comentário que faria é que se percebe porquê.

Queria colocar algumas questões que têm a ver com os exercícios transversais de inspeção que foram feitos à banca nacional, e foram vários ao longo dos últimos anos, e com os resultados que a Caixa obteve.

Temos, através do Banco de Portugal, acesso a alguma dessa informação e a questões concretas, como, por exemplo, o facto de o Banco de Portugal registar que a Caixa se antecipou às exigências de cobertura de imparidades identificadas várias vezes. Pergunto se ir antecipando os problemas para não sujeitar a instituição a uma pressão maior foi uma orientação da gestão. Como é que comenta os resultados que a Caixa obteve em comparação — ia dizer com os das outras instituições do G8, mas já é difícil dizer hoje em dia G8, porque, infelizmente, o sistema está um pouco em crise — com os do que eram o G8 à data nesses exercícios?

Relativamente às garantias de crédito, como é que a Caixa se comparava, nesses exercícios, com as outras instituições financeiras?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, o G8 refere-se, de facto, ao grupo dos oito bancos que eram habitualmente analisados coletivamente em Portugal, mas agora é um G mais pequeno.

A Caixa estava geralmente bem nessas comparações transversais, mas, repare, também não há nenhuma...

As imparidades são um tema um bocadinho curioso e de que oiço falar, às vezes, de uma maneira peculiar neste País. De vez em quando, há umas notícias que dizem «Banca portuguesa «torrou», desculpem a expressão, 40 biliões de não sei quê». O comum dos mortais, dos nossos concidadãos, o

que é que pensa? Os bancos, a Caixa também, claro, estragaram, perderam o dinheiro, e perguntam o que é que fizeram com aquele dinheiro.

Verdadeiramente, o que aconteceu foi que os devedores aos bancos não lhes pagaram. Quem «torrou» as imparidades não foram os bancos! As imparidades são créditos que foram concedidos às empresas e aos particulares e que as empresas e os particulares, pelas razões mais possíveis, não conseguiram pagar aos bancos.

Há aqui um elemento: os bancos podem ser imprudentes na maneira de conceder crédito, portanto, têm alguma responsabilidade nisso. Admito que possa, de vez em quando, haver alguma imprudência, não há nenhum banco, em país nenhum, em nenhuma altura...

A Caixa Geral de Depósitos, durante os últimos cinco anos, deve ter cometido alguns erros. Se não quisesse cometer erro nenhum não dava um tostão de crédito e não cometeria grandes erros, mas para se dar crédito tem de se correr o risco de cometer alguns erros. Estou convencido de que não se cometeram muitos, mas o futuro dirá.

Em relação às imparidades, não há nenhuma atitude mais proativa ou menos proativa de as reconhecer. As imparidades significam reconhecer a desvalorização de um ativo que temos. Quando reconheço essa desvalorização, porque tenho de a reconhecer — para já, é a minha própria avaliação, do próprio banco, o que determina essa imparidade — temos auditores externos e supervisores que também olham para isso e também nos dizem «se calhar, estão a olhar pouco, precisam de reconhecer mais perdas, ou não», depende. Mas é um exercício que é feito por nós, pelos supervisores e pelos auditores externos e depois de esse exercício estar feito, está feito.

As minhas contas publicadas em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, e aprovadas, têm as imparidades que achámos que devíamos reconhecer, que os auditores externos acharam que devíamos reconhecer e que os supervisores acharam que devíamos reconhecer. Não há nenhuma discussão

sobre se devia ter mais imparidades! Essa discussão acabou, não há mais imparidades.

Não estou a dizer com isto que não há problemas no balanço. Não estou a dizer que consigo recuperar tudo para o futuro, mas aquilo que, com a informação que tinha, tive de reconhecer como perdas é aquilo que tive de reconhecer como perdas.

Por outro lado, não vamos alimentar a ideia que isso seria absolutamente paradoxal, num País que tem algumas dificuldades — tínhamos e temos dificuldades económicas ainda, as pessoas esquecem-se... Quando reconheço imparidades em excesso, se quiser, para usar a sua expressão, tenho de ter capital para fazer isso. Tenho de ter muito capital para fazer isso, mas quando as reconheço em excesso estou a desvalorizar muito os meus ativos.

Se estiver perante um cenário de *fire-sales* dos meus ativos, é como se fosse acabar e estivesse a liquidar uma instituição que está no mercado há 140 anos e que é uma empresa para continuar e para continuar forte, porque precisa de ser forte. É um *going concern* não é um *gone concern*, como dizem os técnicos.

Portanto, tem de se ter muito cuidado na maneira como se reconhecem perdas associadas aos seus ativos. Se tiver um ativo que vale 100 e se disser, hoje, vou imparizar e acho que só vale 10, no ano seguinte, vou dizer aos meus comerciais que estão a recuperar o crédito: «Se conseguires vender por 12, já estás a ganhar qualquer coisa». Isto é um erro brutal, porque aquele ativo valia 100 e preciso de recuperar 100, não preciso de recuperar 10.

Deve ter-se muito cuidado com isso. Por isso é que, há bocadinho, falava de uma contabilidade de um período longo, senão reconheço perdas excessivas num ano que, depois, se transformam em lucros nos anos seguintes. Nem umas são perdas, nem outras são lucros. Quer dizer, se tivesse um horizonte um pouco mais razoável para fazer uma coisa e outra

era capaz de ser melhor. Se tiver uma grande capacidade de controlar a minha atividade de recuperação e se tiver os bolsos muito fundos em matéria de capital, admito que é útil poder libertar recursos comerciais para fazer coisas que não sejam a recuperação de crédito.

Mas os bancos europeus, nomeadamente os espanhóis e portugueses, nos últimos anos, o que estiveram a fazer — e algumas das coisas são rentáveis — foi recuperar crédito. Entregar a recuperação de crédito a terceiros não sei se é uma ideia extraordinária. Quem melhor conhece os ativos é, provavelmente, o banco que os tem. Mas isso é outra questão e digo isto para não se criarem demasiadas ilusões com essa questão das imparidades.

Nem as imparidades são um problema dos bancos, são um problema dos bancos e da economia, nem a proatividade excessiva é obrigatoriamente a maneira mais adequada para dar os incentivos certos a quem tem de dar crédito e a quem tem de recuperar crédito. Não digo mais nada sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Doutor já falou abundantemente sobre as necessidades de capital e sobre o plano de capital e financiamento e os fatores que influenciaram a impossibilidade de atingir os objetivos que estavam expressos no mesmo, desde a questão dos juros, à questão da conjuntura e do cenário macroeconómico, até às novas exigências de regulação. Portanto, penso que são estes os três principais fatores que fazem com que esse plano não possa ter sido cumprido.

Para as necessidades atuais de capitalização da Caixa Geral de Depósitos pergunto-lhe se há outros fatores, além destes três, que tenham concorrido. E, se sim, quais?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José de Matos, tem a palavra.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas se calhar não reparei quais eram os três fatores que me mencionou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A política de juros do BCE, a questão do cenário macroeconómico, portanto, o desenvolvimento mais lento da economia e a dificuldade da sua aceleração, e, por último, a questão das exigências de regulação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Foram esses que mencionei e que considero mais importantes, de facto.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado, mas agradeço que seja breve.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, termino já.

O objetivo, naturalmente, é para poder fazer uma avaliação...

O Sr. **Presidente**: — Mas peço-lhe que termine depressa, porque já lhe dei a palavra depois de ter terminado o tempo de que dispunha.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então, fica para a ronda seguinte. Estamos na primeira audição e continuar seria um mau exemplo.

O Sr. **Presidente**: — É melhor ficar para a 2.^a ronda, para não abrirmos um precedente.

É a vez agora do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o Sr. Dr. José de Matos e agradecer-lhe a disponibilidade que teve já durante esta reunião da Comissão de Inquérito, apesar de se perceber que teríamos todos a ganhar se houvesse aqui um espaço mais amplo para podermos conhecer melhor a situação. Mas as condições em que a audição foi marcada foram estas e a posição do PCP sobre isso é conhecida, tal como é também conhecida — e gostaria de deixar isto bem claro — a posição do PCP sobre a constituição desta Comissão de Inquérito e os objetivos que estão na base dessa constituição.

Esta primeira audição vem, de certa forma, comprovar a justeza das críticas que o PCP dirigiu na altura às opções do PSD e à forma como o PSD quer a todo o custo criar, por um lado, uma batalha política em torno da Caixa Geral de Depósitos, utilizando a Caixa como instrumento para uma batalha política e partidária, e, por outro lado, aproveitar e continuar a cumprir o seu objetivo de sempre, que é o de fragilizar a Caixa Geral de Depósitos enquanto instituição pública, concretizando também o desígnio anunciado então pelo PSD nas eleições em 2011 de privatização parcial ou total da Caixa Geral de Depósitos.

Se calhar, agora já não tem esse desígnio em cima da mesa, tem um outro, que é o que assumiu no plano de capital que entregou à DGComp, ou

seja, o de fechar gradualmente a Caixa para abrir espaço a outros bancos no mercado.

O Sr. Dr. José de Matos acabou de nos dizer que não há economia para tanta banca, mas é curioso que ainda há pouco tempo se tenha autorizado mais um banco, o Banco dos CTT, que, curiosamente, disputa um mercado que me atreveria a dizer que a Caixa não tem interesse em perder, que é precisamente o que resulta de um certo mercado de presença e proximidade junto de um vasto conjunto de populações e que os Correios, apesar de privatizados e de fecharem muitos balcões, ainda assim mantêm.

Mas isto era apenas uma nota, tal como aproveito para deixar uma nota sobre essa consideração de que os bancos não andaram a «torrar» o dinheiro, quem andou a «torrar» o dinheiro foi quem ficou a dever aos bancos. Bem, isso é factual, o que aconteceu foi que os bancos andaram a distribuir capital em vez de dividendos porque muitas vezes esses créditos foram concedidos a acionistas. Ora, no caso da Caixa, esse raciocínio não é legítimo, porque a Caixa não andou a distribuir créditos aos seus acionistas para depois não cobrar. Mas isso foi, de facto, o que vimos noutros bancos. A Caixa teve outros comportamentos de concessão de crédito que também devem ser aprofundados e detalhados e, aliás, as perguntas que lhe irei colocar, da parte do Grupo Parlamentar do PCP, são também essencialmente sobre essa matéria.

Quando se diz que quem não pagou e «torrou» o dinheiro foram os devedores dos bancos, dá a ideia que somos todos corresponsáveis pela situação e que todos os portugueses, desde os que pediram crédito para comprar um carro até ao Berardo, que pediu 300 milhões de euros para comprar ações e as deu como garantia, é tudo a mesma coisa. Fique claro que não é, tal como não é a mesma coisa os Espírito Santo financiarem-se a si próprios no banco, levando o dinheiro das pessoas. São devedores mas não são devedores como aquele que pediu um crédito para comprar uma casa.

Aliás, aquele que pediu o crédito para comprar uma casa, se não pagar, o banco vai lá e leva-lhe a casa, e aos Espírito Santo, se estes não pagarem o crédito que pediram através de uma *offshore*, o banco vai lá e dá-lhes outro crédito. Portanto, são diferenças que importa clarificar porque isso dos devedores tem muito que se lhe diga.

Gostaria de perguntar-lhe quais foram as opções estratégicas — e mais detalhadas, se puder ir a esse pormenor, pois, tendo-se referido a elas como anteriores à sua presença na Caixa, ainda assim, fez-lhes menção — de concessões concretas de crédito, de negócios ou de participações sociais ou de intervenção em capital de empresas que representam o maior peso no conjunto das imparidades já provisionadas ou no crédito em risco neste momento identificado na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Quando falei há pouco dos devedores falava dos devedores no seu todo e obviamente que os que são maiores devedores são mais responsáveis pelas imparidades.

O Sr. **Miguel Tiago (PCP)**: — E às vezes também são os próprios acionistas!

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sim, no caso da Caixa também temos o problema de o acionista ser o próprio Estado. Como é evidente, sendo o Estado nosso acionista — mas não por isso — é natural que, de vez em quando, a Caixa tenha uma exposição ao Estado que avalia por ser adequada ou não. Nós somos um grande banco, por exemplo, das autarquias, somos um grande banco do poder local, porque é uma coisa que está na história, na génese da construção do desenvolvimento urbano, do

financiamento de autarquias, é uma área onde somos fortes, mas onde há também muita concorrência com outros bancos. Há autarquias com muitos problemas, outras sem problemas, enfim, temos de tudo nesse crédito, mas é uma área onde temos uma atuação forte.

Mas quando temos crédito sobre o Estado português obviamente que somos afetados, como no princípio deste ano, em que fomos bastante afetados com as subidas rápidas daqueles *spreads* de dívida, que depois corrigiram mas que quando sobem vão diretos a capital, é uma perda direta em capital, para mal dos nossos pecados; ou quando temos um alargamento do *spread* da dívida portuguesa, e temos muito, e temos algum investimento em dívida portuguesa. É evidente que se forem Bilhetes do Tesouro ou outra coisa de muito curto prazo o impacto é pequeno, mas também a rentabilidade é nula; se forem investimentos em títulos de maior ou de longo prazo o proveito é maior, mas o risco de taxa de juro é muito maior também. Portanto, em certos casos, somos negativamente afetados.

Em relação ao que disse quanto à orientação estratégica de a Caixa se manter como banco forte de famílias mas passar a ser também um banco forte de PME, tal como já tinha dito, isso já fazia parte do plano estratégico da Caixa Geral de Depósitos quando cheguei à Caixa em 2011. Isso é verdade e foi apenas isto que eu disse, não falei em orientações quanto a participações financeiras que tenham sido tidas. Eu disse claramente que vendemos essas participações e achámos que seria conveniente acabar com todas elas.

Em relação às operações em concreto, o Sr. Deputado não me levará a mal mas não vou falar de operações em concreto, para não correr o risco de violação clara do segredo bancário.

O que posso garantir-lhe é que o que temos tentado fazer, em geral, como política, em relação às operações que têm dificuldades ou que têm dificuldades no nosso balanço, é tentar recuperá-las, na medida do possível,

para tentar minimizar as perdas para a Caixa e, portanto, para o Estado português, na exposição a operações que se revelaram menos boas. E isto mesmo quando não tivemos qualquer responsabilidade na concessão desses créditos, o que significa que, em certos casos, estas operações têm de ser rodadas, renovadas, reestruturadas, têm de ser feitas várias ações para recuperar essas operações. Mas não vou falar de nenhuma em concreto, o Sr. Deputado compreenderá, e vou explicar por que não o farei.

Claro que há o debate, que o Sr. Presidente, aliás, já mencionou, sobre o segredo bancário e devo dizer-vos que pessoalmente considero que o maior serviço que eu posso prestar à Caixa Geral de Depósitos, especialmente nesta altura, é não violar nem por um segundo o segredo bancário daquela instituição. Era só o que faltava que a Caixa Geral de Depósitos e os seus clientes tivessem qualquer dúvida desse tipo a meu respeito. De mim não ouvirão nada sobre clientes concretos da Caixa Geral de Depósitos, aconteça o que acontecer, tirem os senhores as conclusões que tirarem.

Percebo perfeitamente a delicadeza da situação em que aqui estou, mas não abrirei mão nem direi nada que possa considerar-se uma violação do segredo bancário. Respeito os mais de 4 milhões de clientes da Caixa Geral de Depósitos, eles precisam de ter uma confiança total na gestão da Caixa Geral de Depósitos em matéria de sigilo bancário e da minha parte tê-la-ão. Portanto, não mencionarei casos concretos, mesmo esses em que o Sr. Deputado eventualmente estaria a pensar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, pode prosseguir.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Compreendo inteiramente esse respeito pelo sigilo bancário. Temos essa discussão aqui que, certamente, continuará, e tentarei respeitar, dentro do possível, para que não perturbe também a capacidade da Comissão de Inquérito. Apesar de o PCP não concordar com

a sua constituição, não quer mesmo que seja uma comissão inútil, como, aliás, outras já o foram, infelizmente.

Se não nos pode falar de negócios e de operações em concreto, pedia-lhe, se puder, que nos desse uma ideia de qual é a composição por tipo de cliente do parque de crédito em risco neste momento e das imparidades já registadas, e talvez fiquemos com uma ideia do que advém de pequenas e médias empresas.

Partindo do pressuposto que a classificação de cliente está bem feita na Caixa, o que nem sempre é verdade noutros bancos, podemos ter uma ideia do que vem de pequenas e médias empresas, de quanto vem do crédito ao consumo e às famílias, de quanto vem do imobiliário e de quanto vem de apoio a grandes negócios por parte de grandes empresas. Julgo que isto não quebra de maneira nenhuma o sigilo bancário. Não estou a pedir-lhe que diga qual é a fatia de mercado em cada uma destas partes, mas quanto é que cada um destes setores representou nas perdas e, atualmente, no parque de crédito vencido ou em risco.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José de Matos, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Deputado, não sei se nesta altura e ao fim destas horas de audição lhe consigo encontrar os valores exatos, mas posso dizer-lhe qualitativamente qual é a situação e essa é uma informação que, em geral, não tem dificuldade.

O crédito em risco das famílias é obviamente muito menor do que o das empresas, o que é naturalmente assim. Nas famílias, a situação é muito melhor de que nas empresas e nestas varia muito. Infelizmente, não são necessariamente as grandes empresas que têm mais imparidades e as pequenas empresas que têm menos. O que está estabelecido na teoria

económica, suponho, e o que acontece mais frequentemente é que há mais incumprimento nas pequenas empresas, mas, por outro lado, é evidente que as pequenas empresas permitem uma diversificação de risco que em certas alturas pode ser positivo.

Temos um problema de risco individual nas empresas e temos um problema de concentração. A Caixa tem uma tradição de ter uma certa concentração de risco em grandes empresas, mas não necessariamente em más grandes empresas — é preciso que nos entendamos! Isso significa que temos o risco de concentração em si mesmo, pois o ele é um risco em si mesmo, independentemente de se a qualidade do crédito é boa ou má, porque mesmo empresas que são bons riscos podem ter problemas e se eu estiver muito concentrado nesses riscos tal pode acontecer.

Em relação à grande divisão entre particulares e famílias, claramente que as famílias estão bastante melhor. É evidente que as famílias estão muito beneficiadas, e bem, pelo nível extraordinariamente baixo das taxas de juro, nomeadamente das taxas de juro no crédito à habitação, o que é um problema gravíssimo para a rentabilidade da Caixa e de outros bancos, porque temos *spreads* fixos, com taxas variáveis e com os indexantes negativos. Portanto, isto é um problema grave para a rentabilidade da instituição, mas do ponto de vista do incumprimento das famílias é evidente que é relativamente bom.

De vez em quando dedico-me a fazer umas contas de «traseira de envelope» e penso que há dois anos o nível e a variação das taxas de juro significava que a Caixa, por exemplo — acho que foi em 2012 que fiz essa conta, mas é fácil de fazê-la para qualquer outra altura —, transferiu para as famílias 400 milhões de euros naquele ano, pelo facto de incorporar nas suas próprias perdas as descidas das taxas que teve de incorporar. Foi um custo que as famílias não tiveram de suportar.

Sr. Deputado, numa altura de crise complicada como aquela que tivemos, há talvez piores usos para os 400 milhões de euros que a Caixa não

ganhou, para as empresas conseguirem sobreviver naquele período. Acho que é capaz de ter sido positivo, mas as nossas contas foram afetadas. Não pude reescrever as contas para dizer: «Imaginem que as famílias me pagavam a taxa de juro que pagavam no ano anterior e que as recebia... O que teria ganho se...». As famílias pagaram o que tinham de pagar e recebi aquilo que tive de receber, mas foi uma vantagem.

Estamos num período prolongado, demasiado prolongado, como sabemos, de taxas de juro excessivamente baixas, que está a ser muito vantajoso para as famílias mas que, obviamente, será um problema quando a economia recuperar — todos queremos que a economia recupere —, porque teremos subidas das taxas de juro e, aí, provavelmente teremos as imparidades nas empresas a compor-se um bocadinho mais e as famílias, se calhar, a ter mais dificuldades de cumprimento. É assim que as coisas são — paciência! —, apesar de o risco nos particulares e no crédito à habitação ser geralmente relativamente menor.

Por outro lado, temos garantias hipotecárias em relação a esses créditos, o que não resolve grande coisa. Quando estamos numa situação de crise como a que estamos, mesmo que as famílias entregassem as casas todas aos bancos, não as conseguíamos vender certamente e continuaríamos a ter um problema difícil de gerir e com que seria preciso contar.

Mas digamos que isto é o que lhe posso dizer em números genéricos. Em termos qualitativos, posso prestar informação mais quantificada sobre a repartição entre empresas e particulares; se a encontrar ainda falarei nela, senão mandá-la-ei por escrito para esta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Entre parêntesis, digo que essa é uma boa diferença entre um administrador que tem como objetivo fundamental a

remuneração imediata e no curto prazo de dividendos de acionistas e um que não a tem. Isso também caracteriza as diferenças entre as tipologias de banca em Portugal.

Pareceu-me ouvir dizer há pouco que o *Funding and Capital Plan* que foi apresentado à DGComp tinha sido cumprido e, no essencial, transposto para a realidade. Gostava de lhe perguntar se isso inclui os 20 000 milhões de desalavancagem que estavam previstos nesse plano.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Cumprimos a desalavancagem que estava prevista em geral para a Caixa Geral de Depósitos.

Temos feito a desalavancagem natural; tem sido o que tem acontecido e é a contrapartida no balanço dos bancos da desalavancagem que se está a fazer na economia e que tem de se fazer na economia, porque ela está excessivamente endividada.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estive a ler o plano e um dos elementos que devia desaparecer rapidamente era a dívida do BPN à Caixa Geral. Pergunto-lhe se essa dívida já foi paga.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Como é que hei de falar de um caso concreto? Isto porque é um caso concreto um bocadinho peculiar. É um crédito do setor público, de facto, é um crédito do Estado, que está identificado, que fez parte... Olhe, aí está, quando houve o *Memorandum of Understanding* com a troica, havia duas instituições, para além do Estado,

chamadas pelo nome: uma era a Caixa Geral de Depósitos e outra era o BPN. Tinham lá o nome delas. Havia um parágrafo específico dedicado ao BPN.

Gostava de lhe dizer claramente que se a Caixa não tivesse tido nada a ver com o BPN, para mim, era melhor, mas não do ponto de vista financeiro. Do ponto de vista financeiro, as operações com o BPN são operações que pagam uma taxa de juro elevada e que cumprem. Portanto, deste ponto de vista, não temos nenhum problema com aquelas operações que podem lá estar.

O Estado, a Parvalorem ou os vários «par», que são o que resta do BPN, é um devedor da Caixa, ou do Estado, com aquele nome, digamos assim, que paga uma taxa de juro bem elevada. Não me queixo, como credor, desses créditos. Acho preferível, mas isso é uma questão de outra ordem que não é para qui chamada.

Em termos desse tipo de crédito em particular, em resultado dessa operação, não temos problemas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Vou fazer duas perguntas, porque o meu tempo está a acabar e tenho de usar este pequeno período para colocar mais do que uma questão.

O crédito, sendo ou não problemático, consta do plano de capital apresentado à DGComp e a libertação dessa dívida do balanço da Caixa era uma das condições. Posso ler-lhe os termos em que isso foi apresentado à DGComp mas julgo que é desnecessário porque certamente os conhece melhor do que eu. Se ainda lá está, estando ou não a cumprir os juros, está mal, porque ainda pesa naquele balanço negativamente e prejudica as condições de financiamento da Caixa.

Pergunto-lhe se essa parte concreta do plano de capital e de financiamento da Caixa, o *Funding and Capital Plan*, foi cumprida. Ou seja, se o crédito ao BPN, que se estima poder vir a ter um valor até aos 5000 milhões de euros — enfim, será certamente impossível recuperar tudo isso, pelo menos a julgar pelo que conheço da situação do que resta do BPN — e contribuir para uma desalavancagem até esse valor, já foi cumprido ou não. Se não foi, nada indica que, de repente, quem impôs que se fizesse aquela desalavancagem deixe de a impor e ela pode pesar, hoje, sobre as necessidades de capital da Caixa Geral de Depósitos.

Para terminar, no contexto da crise e apesar dele, e é perfeitamente compreensível que a Caixa tenha assumido um papel no financiamento à economia no momento em que toda a restante banca se contraía, o que também tem custos e tem a ver com a sua natureza pública, disse o seguinte: a Caixa foi o banco que menos recorreu ao capital público porque era o que menos precisava.

Pergunto-lhe: apesar de ser o banco com maior balanço na economia portuguesa, no sistema financeiro português, quais foram as condições que, mesmo num contexto muito adverso de financiamento à economia, enquanto outras instituições «fechavam a torneira», nos permitem olhar para o banco público e dizer que, apesar de neste momento ser o que mais tem o crédito aberto, que tem o maior balanço, é, ainda assim, o que menos precisa de capital e o único que remunerou em dividendos o Estado ao longo dos últimos anos?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. José de Matos.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, suponho que percebi agora melhor a questão da desalavancagem que estava a mencionar.

No Plano de Reestruturação havia um conjunto de ativos em relação aos quais ficámos impedidos de investir, nomeadamente ativos ligados aos *project finance* no exterior e a *construction and real state* — estou a usar os termos originais, mas eram a construção, o imobiliário, etc. Essa carteira era uma carteira internacional em relação à qual a obrigação que tínhamos era a de não a aumentar e fazer o que eles chamam na sua linguagem de *running-off* dessa carteira.

Só podíamos ir amortizando essa carteira à medida que ela se ia amortizando. Não precisávamos de a vender aceleradamente, não precisávamos de a vender a qualquer preço ou mal, podíamos mantê-la na carteira e ela ia sendo vendida à medida que se ia vencendo ou no ritmo que quiséssemos. Essa dívida, em particular — tínhamos muita dela em Espanha —, tem estado a ser reduzida ao ritmo a que se está a vencer. Não tem havido nada de particularmente importante nessa dívida.

Em relação ao BPN, também tinha um plano de reembolso obrigatório que tem estado a ser cumprido. Não tem nenhuma dificuldade aí, mas, como lhe digo, se falar com os financeiros da Caixa eles dizem: «Deixem lá estar o crédito porque essa operação até é das que paga melhores juros». Mas não é um critério, como é evidente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas aqui diz-se que ela tem de desaparecer até 2017.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Essa dívida desaparecerá ao longo do Programa. Não estamos a ter nenhum problema

com o cumprimento do plano exato da chamada dívida do BPN, que foi negociada nessa altura e que tem estado a funcionar normalmente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Excedi tanto o tempo, porque fiz, de facto, a tal segunda pergunta, mas gostaria de pedir mais um esclarecimento sobre as necessidades de capital da Caixa, ao longo do tempo, terem sido as menores do sistema.

O Sr. **Presidente**: — É verdade! Por que é que, sendo o banco com o maior balanço, foi aquele que...

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Sr. Deputado, com o devido respeito, não tenho a certeza, mas, às vezes, parece-me que temos alguma confusão entre capital e liquidez.

Quer dizer, não tínhamos dificuldades de liquidez, não precisávamos de recorrer a muita liquidez do BCE, por exemplo, para dar crédito porque tínhamos a nossa base de depósitos a funcionar e a correr relativamente bem. Aquilo de que precisávamos era que, de facto, para o estado da economia e da procura de crédito que tínhamos, o capital chegasse para cumprirmos folgadoamente, ou seja, para cumprir os nossos rácios de capital com o grau de exigência que havia em 2011.

Em 2012 já foi mais complicado e depois de 2014 vieram exigências regulatórias de capital maiores. Portanto, naquela altura, o que aquilo significava era que podíamos dar o crédito...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Desculpe, Sr. Presidente.

Não perguntei o que significa ter pequenas necessidades de capital. Perguntei-lhe quais eram as diferenças da atividade da Caixa, da sua gestão de risco, da concentração desse risco, que permitiram que a Caixa, mesmo

num período muito adverso, tivesse necessidades de capital menores do que outros bancos com balanços, eventualmente, mais pequenos. Não estou a falar de liquidez, estou a falar de capital.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Isso é uma situação de facto. Não lhe posso explicar uma situação de facto.

Tínhamos uma situação e um balanço em que o nosso capital cumpria razoavelmente — o que é bom — as exigências de capital naquela altura, naquelas circunstâncias.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora à 2.^a ronda.

Srs. Deputados, vou ser bastante menos flexível na gestão dos tempos, porque o Sr. Dr. José de Matos está connosco há quase quatro horas e ainda temos de fazer duas rondas.

Iria também pedir ao Sr. Dr. José de Matos para, se puder, ser um bocadinho mais sintético nas respostas, até para se despachar mais cedo.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: — Estarei à sua disposição, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Na 2.^a ronda, as respostas são no fim e, portanto, os grupos parlamentares, pela mesma ordem que seguimos inicialmente, formularão as suas questões por um período de 5 minutos, respetivamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dr. José de Matos, V. Ex.^a já falou sobre alguns aspetos ligados com o pessoal e referiu nomeadamente a racionalização que já existiu no seu mandato. Quero agora pedir-lhe que me dê algumas opiniões, se o puder fazer, sobre dois

aspectos: por um lado, sobre aquilo que se anuncia para uma nova reestruturação de pessoal, que será na ordem dos 2600 trabalhadores, na sequência de toda a reestruturação que foi feita no passado; por outro lado, sobre um valor próximo dos 500 milhões de euros que poderá custar este tipo de reestruturação.

Em segundo lugar, gostava de lhe referir alguns aspectos que me parecem importantes, depois destas horas de audição.

Não dúvida alguma que o Sr. Doutor é um homem entusiasmado com a Caixa Geral de Depósitos, percebemos que tem claramente a sensação e a consciência do dever cumprido. Ouvimos, pelas suas explicações e pela forma como nos apresenta o panorama da Caixa Geral de Depósitos, que é um homem sério e abnegado, interessado em que a Caixa, que é, no fundo, um património dos portugueses, tenha o maior sucesso.

Mas também tenho a sensação, depois de o ouvir, Sr. Doutor, que V. Ex.^a é um homem magoado, é um homem ofendido, magoado e ofendido com o Governo e o Sr. Ministro das Finanças. Percebo-o, percebo-o e das suas palavras tiro três conclusões.

A primeira é que V. Ex.^a repudia as expressões infelizes do Ministro das Finanças, nomeadamente quando se referiu àquela expressão de desvio, que V. Ex.^a já aqui foi dizendo que abjurava, até porque causa do seu contexto, dos tais 3000 milhões de euros; compreendo também pela forma como foi anunciada, ou não anunciada, a sua substituição — pelo *Expresso* e depois por aquele que é eventualmente (veremos!) o seu sucessor —, e ainda por outro aspeto que gostava de detalhar e que diz respeito ao alheamento a que foi votado por parte do acionista, por parte do Governo, do Ministro das Finanças em particular. Percebo muito bem que esse seu agastamento face a este alheamento seja evidente e gostava que nos desse mais alguma informação sobre isso.

Aliás, tenho aqui cópia de uma carta que VV. Ex.^{as} terão enviado ao Sr. Primeiro-Ministro em 21 de junho de 2016, um mês após a Assembleia Geral de 25 de maio, que tinha sido suspensa e que podia ter sido repetida no dia 25 de julho de 2016, em que sublinhavam ao Primeiro-Ministro, e ao Ministro das Finanças, conseqüentemente, uma série de aspetos que nos deixam muito preocupados, e deixam preocupados os portugueses em geral, porque a tal Assembleia Geral de 25 de maio foi suspensa no ponto relativo à eleição dos novos órgãos sociais e nunca mais se soube nada disto, o que é uma situação calamitosa para um banco com a dimensão e importância política da Caixa.

VV. Ex.^{as} chegam a dizer que a gestão da Caixa Geral de Depósitos vive uma situação precária. Mais: dizem que está paralisada e que o banco perde terreno e valor face à concorrência dia após dia, porque, afinal, o Conselho de Administração tem menos pessoas do que as que devia ter e tem os poderes diminuídos.

VV. Ex.^{as} chegam a falar em incerteza, rematando dizendo que são forçados — sublinho a vossa expressão — a anunciar a renúncia ao mandato.

Portanto, perante esta carta tão instante e tão dramática, diria, a minha primeira pergunta é: o que é que o Primeiro-Ministro vos respondeu?

É que, entretanto, chegou a notícia de o Sr. Ministro das Finanças vir hoje apelar aos senhores, que deviam sair, nos termos da lei, até ao final do mês de julho — tendo, aliás, o Sr. Presidente da República sido enganado ao ponto de dizer, em Bragança, onde eu estava presente, que era coisa de mais 10 dias, e isto foi há cerca de 20 dias —, a que se mantenham no lugar, e até agradecer todo o trabalho desenvolvido.

Certamente, não deixaremos de perguntar ao Sr. Ministro das Finanças a razão de todo este ziguezague...

O Sr. **Presidente**: - Vou pedir-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): - ... de todo este comportamento errático, não respondendo quando devia fazê-lo, e quando diz alguma coisa, depois, é para apelar e agradecer compungidamente todo o vosso trabalho, o vosso exercício, que realmente tem de ser agradecido mas não merecia o alheamento a que foi votado pelo Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: - O Sr. Dr. José de Matos não responderá à primeira pergunta que lhe foi colocada porque excede o objeto da Comissão.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): - Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente**: - Faça favor, Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): - Sr. Presidente, depois da sua afirmação, certamente que esperaria que o Grupo Parlamentar do PSD interpellasse a Mesa. É que fez uma cara de surpresa e acredito que não tenha sido por essa razão.

O Sr. **Presidente**: - Não, não.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): - Sr. Presidente, deixe-me dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do PSD não pode aceitar a posição que V. Ex.^a agora tomou por uma razão: nenhuma das perguntas feitas pelo Sr. Deputado Adão Silva tem a ver com o processo de reestruturação em curso ...

Risos do Deputado do PS João Galamba.

O Sr. Deputado pode rir-se e até atirar-se para o chão a rir mas vai ouvir-me até ao fim.

Não conhecemos esse processo de reestruturação, conhecemos apenas notícias que têm sido veiculadas pela imprensa e, portanto, com base nessas notícias, estamos a avaliar apenas aquilo que compete a esta Comissão de Inquérito, que é a atuação do acionista. Por outro lado, um dos pontos do objeto desta Comissão de Inquérito, muito claro, diz: «apreciar a atuação dos órgãos societários da Caixa Geral de Depósitos, incluindo os de administração, fiscalização (...) dos Governos (...)» e depois diz relativamente ao seu relacionamento com a «estabilidade do sistema financeiro e dos interesses dos depositantes, demais credores e trabalhadores (...)».

Ora, aquilo que o Sr. Deputado Adão Silva fez foi perguntar ao Sr. Doutor José de Matos uma coisa evidente: se acha o Dr. José de Matos que devem ser dispensados 2500 trabalhadores e se isso pode custar 500 milhões de euros.

Sr. Presidente, não vejo porque é que o Sr. Presidente disse o que disse. O Sr. Doutor pode dizer que não sabe, pode dizer que não quer responder, mas o Sr. Presidente inibir esta resposta, com toda a franqueza, parece-me demais.

O Sr. **Presidente**: - Naturalmente, aceito a sua crítica, Sr. Deputado Hugo Soares, mas não volto atrás na minha decisão.

Aliás, houve referências na intervenção do Sr. Deputado Adão Silva especificamente ao plano de reestruturação da Caixa que está em curso. Portanto, isso está manifestamente fora...

O Sr. **Adão Silva** (PSD): - Isso está na comunicação social, nos jornais! É uma opinião!

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado Adão Silva, se me permite, o Sr. Dr. José de Matos podia emitir a opinião que entendesse. A mim, enquanto Presidente da Comissão, compete-me garantir que o objeto da Comissão é respeitado. O objeto da Comissão foi, pelas razões que todos conhecemos e que já explicitiei, alterado entre a primeira versão e aquela que hoje nos deve reger, e houve referências específicas na sua intervenção ao plano de reestruturação em curso, aos custos de 500 milhões que isso pode envolver, e isso manifestamente está fora do objeto da Comissão.

Portanto, o Sr. Dr. José de Matos não responderá a essa parte da questão. Quanto ao resto, pode responder, Sr. Doutor.

Todavia, agora darei a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Correia (PS), para colocar a sua questão.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): - Sr. Presidente, o Sr. Dr. José de Matos reconheceu que as obrigações convertíveis em ações, os chamados CoCo, atingiram a margem financeira da Caixa Geral de Depósitos e disse também que teria preferido que o aumento de capital de 1650 milhões de euros tivesse sido de capital puro.

Portanto, se a capitalização de 1650 milhões de euros tivesse sido de capital puro, certamente que esse aumento de capital não teria sido considerado uma ajuda de Estado. Então, por que razão o anterior Governo insistiu com as tais obrigações convertíveis em ações quando isso iria levar a Comissão Europeia a considerar uma ajuda de Estado?

Parece-nos que é óbvio que essa opção política do anterior Governo de fazer o aumento de capital também com as chamadas obrigações convertíveis em ações tinha como único objetivo criar condições para a entrada de privados no capital da Caixa.

E aqui há uma pergunta que gostaria de lhe fazer e que tem a ver com o seguinte: se a Caixa Geral de depósitos tem um encargo com juros dessas obrigações convertíveis em ações, como disse, de cerca de 90 milhões de euros por ano, decorridos quatro anos, estamos a falar de 360 milhões de euros que, se se tivesse ido pelo aumento de capital puro, seria um encaixe que a Caixa tinha em capital. Portanto, a Caixa não estaria a pagar ao Estado e tinha esse montante de 360 milhões de euros de encaixe de capital. Ou seja, perdeu uma oportunidade de encaixar 360 milhões de euros em capital.

Por outro lado, quando a Caixa reembolsar o Estado dos 900 milhões de euros das chamadas obrigações convertíveis em ações, isso irá consumir o capital da Caixa Geral de Depósitos. Ora, se a Caixa tivesse sido logo, de imediato, em 30 de julho de 2015, ao encontro da preocupação que o ex-Primeiro-Ministro manifestou sobre o atraso do reembolso da Caixa dos chamados CoCo, isso significaria que a Caixa iria aumentar a sua necessidade de capital.

Se a Caixa deve 900 milhões de euros ao Estado e se os pagasse, isso significaria que iria aumentar a necessidade de capital em mais 900 milhões de euros. Mas se somarmos a esses 900 milhões de euros os juros que a Caixa pagou, de 90 milhões de euros por ano, ou seja, 360 milhões de euros em quatro anos, estamos a falar 1260 milhões de euros que iria ter como necessidade de capital. Portanto, a pergunta que lhe faço é se confirma ou não esta teoria.

O Sr. Dr. José de Matos trouxe aqui também dois aspetos relevantes: que o aumento de capital de 2012 foi para cumprir os mínimos regulatórios, para dizer a Bruxelas, de uma forma muito simplista, que já estávamos a cumprir os novos e mais exigentes rácios de solvabilidade, mas, se calhar, em 2012 perdeu-se uma oportunidade de capitalizar a Caixa Geral de Depósitos, dando-lhe mais «músculo» para que a Caixa tivesse uma atuação estratégica diferente na atividade económica em muitos setores e de formas

muito diferentes, como aquelas que referiu ao longo desta audição, nas respostas que deu aos grupos parlamentares.

Um segundo aspeto relevante foi que a primeira vez que foram identificadas necessidades de capitalização depois da entrada em vigor do Plano de Reestruturação foi na primeira metade de 2015. Ora, não se entende que esta necessidade de capitalização tenha surgido na primeira metade de 2015, ou seja, antes das afirmações do Primeiro-Ministro, e, supondo que o Governo sabia destas necessidades de capitalização da Caixa, que, como o Sr. Doutor disse há pouco, surgiram no final da primeira metade de 2015, o ex-Primeiro-Ministro, de seguida, tenha vindo dizer que queria receber os 900 milhões, agravando ainda mais as necessidades de capitalização da Caixa.

Aqui, parece-nos que houve uma divergência entre a Caixa e a tutela, ou havia uma estratégia política por parte do anterior Governo de agravar ainda mais a situação da Caixa Geral de Depósitos para, de facto, poder introduzir privados no capital da Caixa.

Para terminar, dado que estou perto de esgotar os 5 minutos, gostaria de fazer duas perguntas sobre a operação da Caixa Geral de Depósitos em Espanha.

Da capitalização de 2012, dos tais 1650 milhões de euros, qual foi a parte que se referiu à participação da Caixa Geral de Depósitos em Espanha?

A segunda pergunta é sobre se é verdade que a operação da Caixa Geral de Depósitos em Espanha deu, de forma acumulada, ao longo dos anos e até ao final de 2015, mais de 1000 milhões de euros de prejuízo.

O Sr. **Presidente**: - Tem agora a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): - Sr. Presidente, Sr. Dr. José de Matos, tem falado do impacto negativo que as taxas de juro, o cenário macroeconómico e as exigências regulatórias tiveram na Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente na capacidade de assegurar o rácio de capital que é determinado pelas entidades. No entanto, no início de 2015 disse publicamente que havia perdas consecutivas que a Caixa estava a registar que se deviam a uma cultura de «excessiva tomada de riscos no passado».

Nesta segunda intervenção, gostava de o questionar sobre essa cultura de excessiva tomada de riscos que aconteceu no passado, portanto em administrações anteriores à sua. Suponho que estivesse a falar desses tempos.

Têm surgido algumas notícias, reportando-se a uma auditoria que terá sido feita em 2015, que dizem que a Caixa Geral de Depósito tem em risco 2,3 mil milhões de euros em créditos concedidos a uma série de entidades, nomeadamente a algumas empresas como a Arteland, o Grupo Lena, o Grupo António Mosquito e outros.

Gostava de saber se confirma a existência destes créditos em risco e se quando falava de uma cultura de excessiva tomada de riscos no passado se reportava também a alguns destes créditos que terão sido efetuados, suponho eu, entre 2005/2008 ou 2006/2009, por aí.

Na mesma altura, referiu, sem dar um valor exato, que a Caixa perdeu bastante dinheiro com o GES, na exposição ao GES. Gostaria de saber se estaria já em condições de dizer qual foi a perda total da Caixa na exposição ao GES, qual foi a exposição total e aquela que ainda existe.

Sobre o BPN, e tendo em conta que esse era até um ponto explícito no Plano de Reestruturação que resulta da recapitalização de 2012, o qual prevê que seja feito um *run-off* da carteira de ativos referente ao antigo BPN, perguntava em que ponto está esse *run-off* e qual é a carteira de ativos detida ainda pela Caixa Geral de Depósitos.

Sobre a atuação em Espanha, que é também um dos pontos do Plano de Reestruturação, muito específico, a pergunta que coloco é qual é a perda total da Caixa Geral de Depósitos na sua ação passada, na sua operação em Espanha, se, efetivamente a sucursal da Caixa Geral de Depósitos em Espanha terá servido como espécie de veículo de resolução da filial da Banca Caixa Geral Espanha e se foram transferidas carteiras de crédito ou carteiras de imobiliário entre a BCG Espanha e a sucursal Caixa Geral de Depósitos a atuar em Espanha.

Por último, queria falar sobre o ramo segurador, dizendo que estamos de acordo com algumas coisas que foram aqui ditas pelo Sr. Dr. José de Matos, nomeadamente sobre a necessidade de a Caixa dever reorientar-se para o apoio à economia, não devendo estar exposta à especulação financeira ou participar nela, deter partes de outros bancos, ter outros ativos financeiros, devendo estar orientada para o apoio à economia, mas temos muitas dúvidas sobre o interesse estratégico da alienação do ramo de seguros.

A Caixa detinha 30% do mercado segurador em Portugal e alienou grande parte dessa percentagem por 1000 milhões de euros. O mercado segurador contribuía positivamente para a Caixa.

O Sr. Presidente: - Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Sr. Moisés Ferreira (BE): - Terminarei já, Sr. Presidente.

Dizia eu que a Fidelidade, em 2012, teve lucros de quase 100 milhões de euros, em 2013 teve lucros acima dos 100 milhões de euros e no ano a seguir rendeu 300 milhões.

Assim, gostava de lhe perguntar, em primeiro lugar, qual o interesse estratégico de abdicar do ramo segurador e, em segundo lugar, se, a médio/longo prazo, não será prejudicial esta alienação que foi efetuada, tendo em conta que o ramo segurador contribuía positivamente para a CGD.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): - Sr. Presidente, Sr. Dr. José de Matos, a primeira questão que queria colocar tem a ver com a questão de governação.

Na intervenção inicial, já há algumas horas, falou sobre as alterações que foram feitas ao modelo de governação da Caixa, designadamente no que diz respeito à criação de novas comissões, entre elas a Comissão de Risco. O que queria perguntar é que alterações foram feitas e com que objetivos.

A nível da análise de risco, o que é que mudou e o que era inexistente ou insuficiente anteriormente que motivasse essa mudança?

Depois, em geral sobre o modelo de governação, diria que a estabilidade é importante na governação das instituições e nas instituições financeiras não é diferente das outras. Portanto, sucessivas alterações de modelos de governação, umas em cima de outras, não são propriamente desejáveis em termos da eficiência do funcionamento da organização. Assim, o que pergunto é se entende que, depois dessa reforma ao nível do modelo da Caixa, tão recente, se justifica uma nova alteração profunda do modelo de governação da Caixa. Esta é uma pergunta muito concreta sobre essa necessidade e se foram detetadas insuficiências que justifiquem essa alteração no modelo de governação.

Outra questão que queria colocar tem a ver com a relação entre o acionista e a equipa de gestão.

Já se falou aqui sobre a capitalização de 2012 e sobre quem tomou as decisões em sede da capitalização. O que queria perguntar é se consegue imaginar algum cenário em que decisões de capitalização sejam determinadas pela equipa de gestão e não pelo acionista, ou se a matéria relativa à capitalização é de exclusiva responsabilidade do acionista,

obviamente discutida com a equipa de gestão. Em algum momento, acha que é possível uma equipa de gestão condicionar a sua disponibilidade a determinados objetivos do ponto de vista da capitalização, ou, como já disse, cabe exclusivamente ao acionista fazer essa definição?

Por último, a situação atual da Caixa, do ponto de vista da gestão, é difícil e eu não queria fazer perguntas que ponham essa situação ainda mais explícita do que o evidente, pois uma administração de um banco que está na situação em que está a da Caixa há mais de seis meses é suficiente para que todos percebamos a gravidade da situação.

As questões da tomada de decisão da saída de membros da Comissão Executiva são também elas públicas e não vale a pena estar a mexer nisso e a causar ainda pior impressão pública sobre a Caixa, pelo que queria perguntar uma coisa que considero fundamental, e vamos também ouvir o Sr. Ministro das Finanças sobre ela: desde dezembro, em que momentos e com que conteúdos recebeu da parte do acionista orientações para gestão da Caixa, designadamente orientações para a gestão do negócio e orientações para o processo de transição para uma nova Administração?

O Sr. Presidente: - A última intervenção é do Sr. Deputado Miguel Tiago, que tem a palavra.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Sr. Presidente, Sr. Dr. José de Matos, gostava de destacar uma questão que colocou logo no início da sua intervenção, porque nos parece significativa, que é a das condições em que se prestava trabalho na Caixa Geral de Depósitos na vigência do pacto assinado com a troica e as implicações que isso teve na forma como os trabalhadores da Caixa eram remunerados num contexto de mercado altamente competitivo e concorrencial. E faço este destaque porque também

isso foi uma decisão política e estas Comissões apuram responsabilidades políticas. Mas, enfim, isto não é uma pergunta.

Sobre o capital contingente e a opção do Governo, é uma opção que merece todas as questões que foram colocadas e muito mais, e esperemos que esta Comissão possa aprofundar essa opção do anterior Governo, ou seja, por que é que um Governo capitaliza um banco que tem apenas um acionista, ou, melhor, por que é que o único acionista de um banco escolhe CoCo para capitalizar o seu próprio banco é, em si mesma, uma opção que merece todas as dúvidas.

Pergunto-lhe, porque fez menção a isso, se dessa opção resultaram condicionantes — foram mais ou menos estas as suas palavras —, tal como resultam sempre a partir do momento em que há a consideração de que há uma ajuda pública? Gostava de saber exatamente em que termos se traduziram essas condicionantes na atividade da Caixa Geral de Depósitos e como pesaram na atividade e na prossecução dos objetivos estratégicos da CGD. Foram indiferentes? Pesaram negativamente? Impediram apenas um ou outro negócio? Como é que essas condicionantes que resultaram da opção pelos CoCo impactaram a atividade da CGD?

Já agora, ainda sobre os CoCo, não tive condições para ler qual é exatamente o plano de reembolso dos CoCo mas recordo que há prazos em que se começa a verificar o incumprimento. Aliás, o ex-Primeiro-Ministro até fez questão de trazer essa questão para a praça pública. Pergunto: alguma vez foi equacionada sob que forma é que isso poderia acontecer e que implicações teria a conversão desse capital contingente em capital e por que é que não foi feito? A Administração chegou a sugeri-lo ou o Governo chegou a colocar essa opção? Que avaliação foi feita?

Os Deputados da Assembleia da República não tiveram acesso a essa informação nem aos debates que estavam a ser tidos — nem tinham de ter!

— entre o acionista e a instituição em causa, mas neste momento talvez fosse útil compreender que avaliação foi feita acerca disso.

Termino com uma dúvida sobre o BPN. Reli o Plano no ponto sobre as dívidas do BPN e, de facto, o compromisso que o Governo português assumiu com a DGComp não é o de continuar a gerir aquele crédito gerando os fluxos normais, é abatê-lo, ou seja, pagá-lo, remunerá-lo, abatê-lo ao ativo, porque ele alavanca demasiado a Caixa, ou seja, coloca a Caixa numa posição de grande alavancagem, que era indesejável tendo em conta a ajuda pública e era necessário combater isso.

Portanto, daquilo que percebo — também posso estar a ler mal! —, até 2017 não devia haver nenhum crédito, porque o que diz lá é desalavancar até 5000 milhões pelo pagamento da dívida relacionada com o BPN. Ora, isso dá a entender que, perante o esforço de desalavancagem que a banca portuguesa tinha de fazer no âmbito do Programa de Assistência — relembramos que a banca tinha de se desalavancar em qualquer coisa como 35 a 40 mil milhões de euros e, pelos vistos, a Caixa tinha de contribuir com algum esforço para isso —, a desalavancagem correspondente à concessão daquele crédito deveria desaparecer rapidamente, pelo menos até 2017.

Portanto, não me parece que a sua resposta seja compatível com aquilo que é a nossa leitura neste momento, mas podemos não estar na posse de todos os elementos e por isso repito a pergunta.

O Sr. **Presidente**: - Dou agora a palavra ao Sr. Dr. José de Matos, sendo que desta vez porei o cronómetro a funcionar porque dispõe de 25 minutos para responder.

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou tentar seguir a ordem das perguntas e tentar ser muito breve.

Em relação ao Sr. Deputado Adão Silva e à pergunta a que posso responder, porque percebi que à outra não devo responder, devo dizer que, infelizmente, já ando nisto há muitos anos e não tenho idade para estados de alma.

Em funções públicas desta natureza, umas vezes as coisas correm melhor, outras vezes correm pior. Devo dizer que parece um bocadinho paradoxal mas a relação com o Ministro das Finanças, Sr. Professor Mário Centeno, como, de resto, com a Sr.^a Ministra das Finanças anterior e com o Sr. Professor Vítor Gaspar, foram sempre relações pessoais relativamente cordiais. Aliás, o Sr. Professor Mário Centeno era mais ou menos meu colega no Banco de Portugal quando, há uns anos, eu lá estava.

Não ponho as coisas em termos de mágoa ou de ofensa. De facto, acho que há coisas que podiam ter corrido melhor. O sair da Caixa é uma coisa que acho normal; a maneira como eu e os meus colegas saímos podia ter sido um bocadinho melhor tratada, mas não é drama, não é problema, não é por aí que me pauto. Temos problemas mais complicados para resolver.

Já em relação à carta de demissão que o Sr. Deputado citou, e citou coisas importantes, toca numa coisa que, para mim, é importante e tem a ver com a maneira de eu entender estas coisas.

Tal como não gosto de falar com o Governo nem de ser falado pelo Governo através dos jornais, quando falo com o Governo através das formas certas, ou seja, pessoalmente, em confidência, ou em cartas, que considero, por definição, confidenciais, não gosto que elas apareçam publicadas e, obviamente, não a publiquei

Usei, aliás, usámos, porque a carta não é minha só, os termos detalhados e pesados daquilo que achávamos que era relevante dizer ao Governo naquela altura e não era a primeira vez, já tinha havido uma assembleia geral. Portanto, foi um método que considero bastante tranquilo, paciente, se quiser, até, de falar com o Governo numa matéria desta natureza.

Mas as questões exatas e o facto de aparecer publicado, não quero ser excessivamente ingénuo nesta matéria, como noutras ...

De facto, não escrevi aquela carta a pensar que ela seria publicada, mas todos sabemos que as cartas que se escrevem em Portugal, ou noutros lados, correm sempre o risco de serem publicadas. Não tive nenhuma resposta do Sr. Primeiro-Ministro, nem tinha de ter. O Sr. Ministro das Finanças tem estado a tratar connosco do processo de substituição e temos recebido um pouco mais de informação. Obviamente, uma é mais ou menos pública, outra é menos pública, mas é um processo em que tem havido contactos do Sr. Ministro das Finanças.

Em relação à pergunta do Sr. Deputado João Paulo Correia, aos não CoCo, à ajuda de Estado, aos juros pagos e ao menos capital, se era possível fazer essa aritmética do que seria uma maior necessidade de capital se fosse capital em vez de juros, é possível fazer. Não digo que não, mas, enfim, foi o que foi. Não é demasiado importante, julgo eu, nesta altura.

Não tenho, aliás, a certeza se o facto de ser CoCo ou deixar de ser CoCo eliminava a questão da ajuda de Estado ou de deixar de ter ajuda de Estado. O que era claro, na altura, e isso era muito claro, era que houve bancos que tiveram comportamentos diferentes em relação à própria quantidade de CoCo que emitiram e ao reforço do capital.

Vou dar um exemplo que não sei se se aplicou mas que pode ter-se aplicado nalguns casos: imagine que preciso de 100 milhões, mas que quero dar ao mercado a ideia de que estou muito bem e que sou muito rápido e muito forte para reembolsar CoCo. Tomo 200, mas só preciso de 100, e passados três meses começo a reembolsar os 100 de que não preciso. Tenho uma estratégia de comunicação com o mercado em que o meu reembolso de CoCo não tem nada a ver com as necessidades verdadeiras de capital que tenho — estou a especular, se quiser —, mas com a maneira como quero comunicar a capacidade de reduzir rapidamente os CoCo que tive de emitir.

Nuns casos isso correu bem, noutros casos isso correu menos bem. Houve casos em que não conseguiram reembolsar nada, há casos em que ainda estão a reembolsar e houve casos que reembolsaram tudo. Mas é possível usar esta coisa nesta lógica.

Em relação ao cumprimento de mínimos regulatórios e à hipótese de mais capital, penso que, nas circunstâncias que tivemos e vivemos, o ter feito mais capital, infelizmente, não teria alterado a nossa capacidade, de facto, de apoiar o crédito à economia. Não dependia da nossa vontade, mas não era por aí que a coisa se resolvia.

As empresas precisavam de ter procura para decidir se faziam investimentos ou não e o investimento esteve deprimido, ou, ao fim de algum tempo, algumas empresas mais exportadoras começaram a fazer investimentos e começámos a percebê-las a procurar crédito para ajustar a capacidade produtiva a uma procura que, de facto, tinham.

É evidente que isso depende de várias coisas que se passam na economia, mas o que é facto é que durante muito tempo tivemos a economia deprimida e as empresas sobreendividadas a desalavancar. Os depósitos das empresas estavam a cair, as empresas precisavam rapidamente de mostrar ao próprio mercado que precisavam de menos crédito. Usavam os depósitos para se financiar no curto prazo e só pediam crédito em caso de muita necessidade, porque havia um estigma associado também a um excesso de pedido de créditos para funcionar.

Relativamente à operação de Espanha — enfim, estou a olhar para a Caixa do ponto de vista consolidado, não estou a falar do capital afeto diretamente a Espanha —, foi preciso fazer uns ligeiros ajustamentos no capital. Não tenho presente se os juros acumulados foram mais ou menos do que 1000 milhões, penso que era o número que tinha citado. Certamente houve prejuízos grandes acumulados quando tomo um período grande em

relação a Espanha, porque houve o envolvimento em operações, como houve em Portugal e noutros sítios.

A Caixa, numa certa altura, teve uma atuação, que é possível — eu não acho bem, mas acho possível —, de ter um comportamento quase de banco global que estava a financiar projetos de infraestruturas em Portugal, em Espanha, na Grécia, nos Estados Unidos, porque fazia parte de um clube, se quiser, de bancos que participavam em várias geografias no financiamento de infraestruturas, em *project finance*, PPP, etc.

A Caixa também esteve envolvida nesse género de operações. Nalguns sítios essas coisas correram bem, noutros sítios correram menos bem. Em Espanha, como sabemos, houve vários casos que correram menos bem e em Portugal também alguns correram menos bem. Portanto, lá estamos a tentar recuperar os créditos, a reconhecer imparidades, a fazer isso. A geografia, aí, foi quase circunstancial. Houve casos em Espanha, como na Grécia, nos Estados Unidos, na Irlanda. Era como se a Caixa fosse um banco global e isso era um erro estratégico. Aí, sim, é um erro estratégico.

A Caixa não tinha dimensão, e provavelmente não tem, ou, melhor, o País não tem dimensão para ter um banco público que possa comportar-se como um banco global. Enfim, não quero dizer nomes de outros bancos mas não temos, com dinheiro público, provavelmente, a capacidade de nenhum dos dois grandes bancos espanhóis, naquela dimensão comparada com o PIB daquele país, se quiser assim, ou mesmo de ter um banco com a capacidade, em termos de capital, que têm os grandes bancos suíços, em comparação com — e não queremos aquele modelo — o PIB da Suíça, ou outras coisas desta natureza.

No caso dos holandeses, houve uma altura em que pensaram que teriam de ter um sistema bancário de bancos globais e a coisa correu mal. Tiveram de vir para as suas dimensões um pouco mais capazes. Portanto, é

deste tipo de escolha que estamos, às vezes, a falar. A Caixa talvez tenha tido, nalguma altura, dúvidas estratégicas dessa natureza.

Pessoalmente, bem ou mal, acho melhor este voltar à terra e voltar à nossa atividade doméstica como base fundamental de atividade, complementada com a atividade internacional.

É um erro pensar, a meu ver, que a atividade internacional da Caixa é irrelevante. Pelo contrário, a atividade internacional da Caixa representa 20% do seu balanço consolidado e tem contribuído positivamente para os resultados. Há muitos clientes portugueses e muitas empresas portuguesas, grandes, pequenas e médias, que estão em certas geografias que se não tiverem a Caixa ou algum dos bancos portugueses a apoiá-los terão muitas dificuldades em funcionar. Portanto, é importante que a Caixa possa fazer esse papel. É preciso que o faça bem e de uma forma controlada do ponto de vista do risco e da gestão. Aí entram alguns aspetos de que o Sr. Deputado João Almeida falou e que mencionarei depois.

Em relação às questões do Sr. Deputado Moisés Ferreira sobre a excessiva tomada de risco do passado, devo dizer que é uma tautologia. Quer dizer, se tenho de reconhecer mais de 5 biliões de euros de imparidades é porque houve um excesso de tomada de risco algures no passado. Não vale a pena esconder isso.

Façam-me justiça porque não perdi o tempo, ao longo da minha gestão, a passar a vida a apontar o dedo às gestões anteriores e ao que se passou anteriormente. Não fiz isso, não é o meu estilo nem adianta muito.

A Caixa tem 140 anos e, portanto, é uma sedimentação de imensa atividade: há muitos erros, há muitas coisas muito bem feitas por uns e por outros. Preocupei-me fundamentalmente em deixar um bocadinho melhor aquilo que herdei, do meu ponto de vista. Não estou a dizer que o meu ponto de vista é indiscutível, mas, do meu ponto de vista, queria deixar melhor e,

do meu ponto de vista, deixei melhor. Disso não tenho qualquer dúvida! Outros acharão outras coisas, mas, do meu ponto de vista, deixei melhor.

Quanto à referência que faz de uns relatórios de uma comissão de auditoria, aí está um bom aspeto de governação da Caixa. A Comissão de Auditoria é uma parte do Conselho de Administração, na atual estrutura, tal como está concebida, é uma Comissão própria do Conselho de Administração, mas que não reporta a ele quando está a exercer as suas funções de auditoria — isto é bom governo de empresas —, reporta diretamente ao acionista.

Aquilo que suponho que o Sr. Deputado está a citar é um relatório que vi referido na comunicação social e que é específico da Comissão de Auditoria; foi enviado ao acionista, não o conheci, como Comissão Executiva, não o recebi, não tive conhecimento dele, nem tinha de ter. É o Conselho e a Comissão de Auditoria a exercer a função de controlo sobre a Comissão Executiva. Se escreveram *a* ou *b*, se tem listas, se não tem listas, não sei, tem o que tem. Não vejo esse relatório, não sei o que diz, não condiciono. O que lá é escrito é enviado diretamente ao acionista.

Estou certo de que no Ministério das Finanças recebem esses relatórios, que, se calhar, não tiveram sempre o mesmo formato, e usam-nos como acham mais útil, beneficiando de ter um órgão de controlo na gestão da Caixa que não é quem faz as operações, que é a Comissão Executiva. Acho isso normal e bem.

Não lhe vou confirmar os créditos em risco que lá estão, as listas. Isso faz parte do relatório de que não sou parte, nem destinatário.

Em relação às perdas de um grupo particular que mencionou, é verdade que tivemos perdas com ele. Disse isso em público, não disse o número e vou continuar a não dizer, porque acho que não adianta grande coisa.

No que diz respeito ao BPN, de facto, está em *run-off*.

Mas, em relação a esse grupo, deixem-me que diga uma coisa sem revelar nada de especial: não houve um sinal de incumprimento até ao momento do incumprimento. Não houve um incumprimento até à derrocada. Não houve, de facto. Tudo funcionava até meados de 2014. Tudo funcionava normalmente e, portanto, não podíamos considerar que tínhamos um crédito mau quando ele era pago regularmente.

Sobre o BPN e créditos, está em *run-off*, como respondi ao Sr. Deputado Miguel Tiago. Está em *run-off*, está a reduzir-se, tem um plano de amortização. Mas o ex-BPN, para este efeito, do ponto de vista das contas nacionais e do setor de contrapartidas para a Caixa, é setor público administrativo estrito, puro, é Estado. Já não é BPN, é ex-BPN. É uma instituição do Estado português como são uma quantidade de outras com as quais temos operações financeiras. Está lá identificado, porque foi a origem do crédito que temos sobre o Estado naquela operação. Aquilo faz parte do setor público administrativo, quando olhamos para as administrações públicas do ponto de vista do consolidado.

Estou a olhar para o Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira que é Professor de Finanças Públicas e que me saberá ajudar a explicar.

Sobre a perda em Espanha já falei.

Em relação à sucursal como veículo de resolução, a sucursal foi usada em Espanha como um veículo para concentrar os créditos maus. Isso foi conhecido, publicado, falado com as autoridades de supervisão espanholas e com as autoridades portuguesas. Foi uma maneira de ter toda a atividade de recuperação daqueles créditos numa unidade específica. Se quiserem era, e vou usar a expressão, um *bad bank* para gerir especificamente a carteira toda de ativos que tinha alguma ligação com Espanha e para gerir a recuperação desse crédito, como estamos a gerir nas direções de recuperação de crédito em Lisboa uma quantidade de outros créditos que têm problemas e que ainda temos no balanço.

No que diz respeito à atividade seguradora e ao interesse estratégico de médio e longo prazos, é uma discussão relativamente importante.

É um facto que com o Basileia III quase todos os grupos bancários começaram a desfazer-se dos seus grupos seguradores, porque, de facto, com o Basileia III, dispor de atividade seguradora debaixo do chapéu de um banco deixou de ser uma coisa interessante e passou a ser bastante consumidor em capital. Portanto, todos os bancos começaram a fazer essas operações. O projeto de venda da atividade seguradora da Caixa e de outros bancos em Portugal pré-existe à nossa crise de 2011. Já estavam planos dessa natureza a correr.

Em relação ao interesse estratégico, foi salvaguardado e, pensamos nós, bem. Por um lado, fez-se um plano de venda absolutamente impecável, do ponto de vista processual. Penso que houve controlo de todas as entidades que é suposto fazerem o controlo democrático e financeiro dessa operação. O interesse estratégico ficou totalmente salvaguardado, porque, vendendo a participação, ainda temos 11%, 15%. Foi preciso fazer um pequeno aumento, portanto temos uma participação na casa dos 15%, temos alguma ligação ainda com a empresa e, fundamentalmente — e é isso que todos os bancos fazem quando vendem as suas seguradoras —, um acordo de comercialização com a seguradora. Portanto, usamos os nossos balcões para vender produtos de seguros e a seguradora usa os seus balcões para vender os nossos produtos. Isto é um acordo de comercialização que é mutuamente benéfico se for bem negociado; penso que tivemos um acordo bem negociado e que essas situações se mantêm.

Quanto às questões do Sr. Deputado João Almeida, sobre modelo de governação e Comissão de Risco, posso enumerar várias iniciativas. A Comissão de Risco foi, de facto, uma Comissão nova que criámos.

Em matéria de risco, fizemos coisas muito relevantes e estão na documentação que vos distribuí, como a introdução da figura do *chief risk*

officer, ou seja, uma pessoa que, na Comissão Executiva, é responsável por gerir risco, que, praticamente, não tem outras responsabilidades e não tem certamente nenhuma operação comercial que colidam com os objetivos de um gestor de risco; a criação de uma Comissão de Risco com membros não executivos do Conselho, ou seja, são os não executivos que são membros da Comissão de Risco — por exemplo, eu não vou lá, sei o que lá se passa porque eles dizem quais as conclusões das regras e das coisas que nos impõem, mas são os não executivos que dizem quais são as suas conclusões —; a aprovação de um quadro de apetência pelo risco pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, que foi um trabalho muito importante; a Direção de Risco passou a reportar funcionalmente ao Conselho de Administração e à Comissão de Auditoria, ou seja, a Direção de Risco deixou de reportar à Comissão Executiva. Embora trabalhe no dia a dia com a Comissão Executiva nas operações, para preparar as coisas, o reporte formal, os documentos que faz são diretamente enviados ao Conselho de Administração e à Comissão de Auditoria. Aliás, o mesmo é verdade para a Auditoria Interna e para alguns trabalhos da *Compliance*, que reportam diretamente ao Conselho.

Foi ainda estabelecido que a função de gestão de risco das unidades do Grupo reporta funcionalmente à Direção de Risco, que era uma coisa que estava vaga, ou seja, as várias unidades de risco espalhadas pelo mundo dependem e reportam à casa-mãe; foi implementada uma delegação de competências, foi criada uma estrutura específica para acompanhamento e recuperação de crédito; reforçaram-se as competências e independência da Direção e da Gestão de Risco.

Além disto, e é uma coisa diferente, criámos um mecanismo, que é muito trabalhoso mas muito útil, que é uma comissão executiva dedicada ao risco. Uma vez por mês, a Direção de Risco vai à Comissão Executiva e faz um relatório totalmente independente e completo daquilo que é a avaliação

da Direção de Risco sobre a situação de risco do Grupo, diz isso à Comissão Executiva e interpela-a sobre as coisas, pedindo orientações sobre como certos problemas podem ser avaliados. Não vou enumerar todos mas desde risco de crédito até risco em geografias específicas, risco de taxa de juro ou risco em situações particulares da economia internacional, todas essas áreas passaram a ser reportadas mensalmente à Comissão Executiva.

Portanto, a Comissão Executiva, se fizer disparates — e continuará a fazê-los, como é evidente, enganar-se-á uma vez por outra, penso que se enganou pouco, mas enganar-se-á de vez enquanto —, não será por falta de ter uma Direção de Risco a chamar-lhe a atenção e a reportar-lhe regularmente a sua avaliação de risco da situação.

Não é a Direção de Risco que gere a Caixa, quem gere a Caixa é o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, mas a Comissão Executiva ouve, tem mecanismos que a forcem a ouvir a Direção de Risco sobre todos os aspetos da instituição.

Sobre a alteração ou não do modelo, é um pouco difícil de comentar. Fizemos um esforço para que o modelo de governação funcionasse, um governo com *checks and balances*, um governo com funções executivas e não executivas separadas, com chefias diferentes, e acho que valeu a pena a experiência que fizemos, acho que foi útil. Não estou a dizer que é universal, não estou a dizer que só esse modelo é que funciona. Como sabemos, bons modelos com más pessoas não funcionam e é preciso fazer um esforço, porque as pessoas envolvidas em qualquer modelo têm de fazer um esforço para que os modelos funcionem.

Honestamente, julgo que neste Conselho de Administração fizemos um esforço para, com estas pessoas, fazermos funcionar o modelo.

Tenho aqui uma nota em que não consigo ler a minha própria letra, mas a terceira questão era a do capital. Não sei se...

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado João Almeida, quer detalhar, se faz favor?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): - Sr. Presidente, resumindo, a questão é se, em algum momento, uma decisão sobre capitalização pode ser condicionada pela equipa de gestão ou se é sempre uma decisão soberana do acionista.

O Sr. Dr. **José Agostinho Martins de Matos**: - Muito obrigado, Sr. Deputado. Peço desculpa mas não tinha detalhado a questão com todo esse pormenor.

É evidente que a gestão de uma instituição tem de se preocupar, e é responsável, pela situação de capital da instituição, porque tem de geri-la, tem de gerir tudo, incluindo o capital. Se precisar de decisões que envolvam aumentos de capital, é evidente que tem de ter o acionista associado. Aquilo que uma gestão pode fazer é gostar ou não dos meios que tem, dados pelo seu acionista, para poder gerir a instituição. Aí, sim, admito-o, mas é assim mesmo em qualquer lado.

Aquilo que posso dizer é que a Caixa tem sido gerida com muita parcimónia de capital. Por razões várias, não temos tido muita abundância de capital, mas aceitámos o desafio de gerir a Caixa com capital um bocadinho «à pele». Às vezes é mais fácil e outras vezes é menos... Aliás, ter muito capital põe outros problemas. Há uma quantidade ótima de capital para uma empresa ser gerida, porque se tiver demasiado capital — e o capital tem custos — e se tiver objetivos de *return on equity* tenho mais dificuldade em atingi-los.

Portanto, estou genuinamente convencido que todas as gestões, no final, avaliarão com cuidado qual é o capital de que precisam para poder bons

resultados em matéria de *return on equity*, sob pena de ter valores muito baixos.

Quanto a orientações do Ministério das Finanças para a gestão, fomos conversando com a gestão e tivemos ou orientações ou a aquiescência àquilo que estávamos a sugerir ou que íamos fazendo. Não posso dizer que não tenha havido, mas foi evidente que o Sr. Ministro das Finanças, quando entrou, tinha de resolver um problema de Orçamento que era mais prioritário, ou seja, havia outros problemas mais urgentes na economia, mas deu atenção às questões que a Caixa lhe levou e lhe pôs e isso é absolutamente indiscutível. Nem precisava de o dizer, e só estou a dizê-lo porque é isto; se fosse para dizer o contrário eu diria que não tive oportunidade de falar com o Sr. Ministro sobre essa matéria.

Em relação às questões do Sr. Deputado Miguel Tiago, acho que em relação ao modelo já falámos.

Quanto ao capital contingente, não tenho a certeza se sim ou não, ou seja, se não houvesse capital contingente, se passaríamos a questão da ajuda de Estado, na altura em que foi.

Em relação aos CoCo, é preciso ficar claro que não estamos em incumprimento algum em matéria de CoCo. O que temos é uma avaliação prospetiva. Os CoCo do modelo atual, do modelo que eu geri, têm de ser reembolsados em meados de 2017. Não sei em que estado está neste momento essa discussão, mas os CoCo, as obrigações convertíveis, venciam-se em 2017 e, nessa altura, ou se venciam porque se podiam reembolsar ou elas eram convertidas em capital, em certas circunstâncias.

Portanto, não posso dizer em altura alguma, até chegar julho de 2017, que estamos em incumprimento no reembolso dos CoCo, porque só nessa altura é que se vencem.

Mas o processo tinha muitos outros *key performance indicators*, ou seja, outros indicadores de performance, no programa, que são

acompanhados regularmente; nuns estamos mais perto e noutros estamos mais longe, mas estávamos a cumprir todos. A questão do custo relacionado com o rendimento, o *cost income*, estava um pouco mais difícil, porque, é evidente, os custos foram contraídos mas com algumas limitações e o negócio, evidentemente, estava bastante mais baixo.

A conversão de CoCo em capital foi uma matéria em que se falou em abstrato, como uma possibilidade, mas não se chegou a ter uma proposta; chegou a conversar-se sobre essa possibilidade.

Em relação ao BPN e ao Estado já expliquei que são compromissos do Estado português, não são compromissos de outro tipo.

Não sei se respondi às questões todas, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Julgo que o Sr. Dr. José de Matos já respondeu a todas as questões que lhe foram colocadas e tenho a indicação de que os grupos parlamentares prescindem da 3.^a ronda de perguntas.

Assim sendo, em nome da Comissão, queria agradecer a presença do Sr. Dr. José de Matos, a disponibilidade para responder a todas as perguntas que lhe foram colocadas e os elementos importantes que nos trouxe para os trabalhos da Comissão, quer nas suas respostas quer na apresentação inicial.

Pedia aos Srs. Coordenadores que não se ausentassem para confirmarmos a reunião de amanhã. Quanto aos restantes membros da Comissão, declaro encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 50 minutos.

[Imagens projetadas](#) durante a intervenção inicial do Sr. Dr. José Agostinho Martins de Matos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.